

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL  
DAS RELAÇÕES POLÍTICAS  
(PPGHIS)**

**CANÍCIO SCHERER**

**ENTRE A UTOPIA E A REALIDADE:  
Tensões e conflitos entre o PT e Vítor Buaziz  
(1995-1998)**

VITÓRIA  
2005

**CANÍCIO SCHERER**

**ENTRE A UTOPIA E A REALIDADE**  
**Tensões e conflitos entre o PT e Vítor Buaiz**  
**(1995 –1998)**

Dissertação apresentada à Banca do Centro de Ciências Humanas e Naturais do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas (PPGHIS) da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para a obtenção do grau de Mestre.

Orientador. Prof. Dr. Valter Pires Pereira

VITÓRIA  
2005

**CANÍCIO SCHERER**

**ENTRE A UTOPIA E A REALIDADE**  
**Tensões e conflitos entre o PT e Vítor Buaiz**  
**(1995-1998)**

Dissertação apresentada à Banca do Centro de Ciências Humanas e Naturais do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas (PPGHIS) da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para a obtenção do grau de Mestre.

Aprovada em 23 de junho de 2005.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof. Doutor Valter Pires Pereira  
Universidade Federal do Espírito Santo  
Orientador

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Adriana Pereira Campos  
Universidade Federal do Espírito Santo  
Titular

---

Prof. Dr. Aloísio Kröhling  
FDV e UVV  
Titular

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Márcia B. F. Rodrigues  
Universidade Federal do Espírito Santo  
Suplente

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

---

S326e Scherer, Canício, 1961-  
Entre a utopia e a realidade: tensões e conflitos entre o PT e Vítor  
Buaiz (1995-1998) / Canício Scherer. – 2005.  
159 f.

Orientador: Valter Pires Pereira.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo,  
Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Partido dos Trabalhadores (Brasil). 2. Espírito Santo (Estado).  
Governador (1995-1998 : Vítor Buaiz). 3. Hegemonia. 4. Ideologia. 5.  
Socialismo. 6. Neoliberalismo. 7. Democracia. 8. Espírito Santo (Estado) -  
Política e governo. I. Pereira, Valter Pires. II. Universidade Federal do  
Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93

---

`A Rita de Cárcia e Thiago, razão de minha vida, pela paciência e compreensão.

Ao professor e amigo Alessandro Vescovi, pela transcrição das entrevistas, trabalho exigente e árduo.

Aos professores, especialmente ao orientador, Prof. Dr. Valter Pires Pereira e colegas de Mestrado pela acolhida e insubstituível amizade e parceria.

“Não há utopia verdadeira fora da tensão entre a denúncia de um presente tornando-se cada vez mais intolerável e o anúncio de um futuro a ser criado, construído, política, estética e eticamente, por nós, homens e mulheres”.

Paulo Freire

## RESUMO

Utiliza ampla e atualizada bibliografia para contextualizar e compreender o referencial teórico e conceitual sobre partidos, sistema partidário brasileiro e sobre o Partido dos Trabalhadores, cuja performance no Espírito Santo, entre 1995-1998, é discutida e analisada a partir de documentos do próprio partido, artigos da imprensa e pela utilização de métodos e técnicas da história oral. Estuda o PT, sua origem, configuração ideológica e objetivos programáticos, destacando a sua variada clivagem ideológica, dando ênfase às constantes tensões entre as tendências. Enquanto partido de viés socialista, discute o significado da sua opção pela esquerda, situando-o assim no conjunto do sistema partidário brasileiro, cuja fragilidade ressalta as características que apresentam o PT como novidade dentro do espectro partidário nacional. Para isto faz opção, dentre outras possibilidades, pelo referencial gramsciano de partido, que oferece condições de compreender e explicar a sua composição heterogênea, seus objetivos e estratégias para a busca da hegemonia, a conquista do poder e a construção do socialismo, denominado de *socialismo petista* e que deve ser alcançado através da prática democrática interna e externa e pela participação dos trabalhadores em todas as instâncias decisórias. Reflete sobre o processo de implantação do neoliberalismo no Brasil, - ora identificado como direita - e as conseqüências político-ideológicas deste para o PT. Neste sentido explica as causas e fatores que provocaram as tensões e conflitos entre o PT e o governador Vítor Buainy e seu posterior desligamento do partido. Os resultados destacam a luta interna pela hegemonia e a opção pelo neoliberalismo feita por Vítor Buainy, como determinantes. A dificuldade de um partido de perfil gramsciano concretizar suas propostas, a resistência dos grupos mais à esquerda em construir alianças, ampliar a visão para além do próprio partido, em vista da governabilidade e de se abrir para a realidade da globalização, entre outros, merecem estudo mais aprofundado.

Palavras-chave: Política. Poder. Partido. Partido dos Trabalhadores. Tendências. Socialismo. Hegemonia. Democracia. Ideologia. Neoliberalismo. História do Espírito Santo. História do Brasil.

## ABSTRACT

It uses a broad and updated bibliography to contextualize and understand the theoretical and conceptual referential about political parties, Brazilian parties system and the Labor Party which performance in ES within 1995-1998 is discussed and analysed from de documents of the party itself, press articles and through the utilization of methods and techniques of oral history. It studies the Labor Party, its origin, ideological configuration and programmatical aims, standing out its varied ideological fragmentation emphasizing the tensions among its tendencies. As a socialist party, it discusses the meaning of its left option, being placed in the Brazilian political system. This system with its fragility, shows the Labor Party as a novelty among the other parties in Brazil. To reach this aim, this study chose gramscian referential about parties, that provides condition to understand and explain its heterogeneous composition, its aims and strategies to get hegemony, to achieve power and to construct socialism, called *petista* socialism that should be reached through internal and external democratic practice and through workers participation in all deciding actions. It thinks about the process of setting neoliberalism in Brazil – now identifying as rightist tendency – and political-ideological consequences to Labor Party. Therefore explains causes and conditions that stimulated tensions and fights between Labor Party and governor Vítor Buaiz and his after Labor Party disconnecting. Results turn clear that were extremely important internal fights to conquer hegemony and the option to the neoliberalism made by Vítor Buaiz. Troubles found by gramscian line party to achieve its aims, more leftist groups resistance to construct alliances, to see beyond the party, because of control and opens to globalization, deeper studies.

Key-words: Politics. Power. Party. Workers Party. Tendencies. Socialism. Hegemony. Democracy. Ideology. Neoliberalism. Espírito Santo State History. Brazil History.



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>I SURGE UM NOVO PARTIDO DE ESQUERDA .....</b>	<b>32</b>
1 O SISTEMA PARTIDÁRIO BRASILEIRO E O PT.....	36
2 IDEOLOGIA E OBJETIVOS DO PT .....	41
3 SOBRE AS TENDÊNCIAS IDEOLÓGICAS .....	44
<b>II A CONJUNTURA NACIONAL, LOCAL E AS ELEIÇÕES .....</b>	<b>50</b>
1 TENTATIVA DE DESCRIÇÃO DO CENÁRIO.....	50
<b>1.1 Um país travado e a alternativa neoliberal .....</b>	<b>50</b>
<b>1.2 ES – a inclusão no mundo moderno .....</b>	<b>58</b>
2 AS ELEIÇÕES DE 1994 .....	63
<b>2.1 Dois caminhos e uma opção .....</b>	<b>63</b>
<b>2.2 Entre a esperança e a insegurança.....</b>	<b>70</b>
<b>III A CRISE ANUNCIADA .....</b>	<b>73</b>
1 O PT NO ESPÍRITO SANTO .....	73
2 VÍTOR BUAIZ e o PT .....	77
3 SER OU NÃO SER: TENSÕES E CONFLITOS .....	78
4 UM REMÉDIO AMARGO: DA CRISE AO ROMPIMENTO.....	87
<b>IV CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>93</b>
<b>V REFERÊNCIAS .....</b>	<b>102</b>
<b>VI APÊNDICES.....</b>	<b>106</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O tema – o PT no Espírito Santo e sua relação com o governador Vítor Buaiz – pode ser justificado a partir de dois motivos básicos: o primeiro se deve ao nosso interesse, enquanto estudante de história política, em entender não só o Partido dos Trabalhadores e sua variada clivagem ideológica, mas também pelo fato de o Espírito Santo ter sido o primeiro Estado, ao lado do Distrito Federal, em que o PT foi eleito para o exercício do poder neste nível, uma vez que até então acumulava experiência administrativa apenas em termos de gestão municipal; o segundo motivo refere-se às dificuldades enfrentadas no processo eleitoral, especialmente no segundo turno, mas também no curso do próprio mandato (1995-1998).

Trata-se de uma oportunidade ímpar para estudar e compreender a evolução de um partido que acumulou tão importantes responsabilidades num curto espaço de tempo, especialmente por ser formado basicamente por trabalhadores e pela classe média. Esta questão torna-se ainda mais relevante pelo fato de ser o PT um partido de esquerda, com uma história de oposição sistemática, tanto ao governo federal, quanto aos governos estaduais e municipais, pregando um modo próprio de administrar.

O tema interessa de modo especial, pois as polêmicas em torno das administrações petistas variam dos elogios e da aprovação, à condenação e às críticas mais veementes, especialmente à administração do PT no Estado do Espírito Santo, entre os anos de 1995 e 1998.

Estamos nos referindo às constantes tensões e conflitos entre o Governador e o seu partido, culminando com seu desligamento antes mesmo do final do seu mandato. Neste sentido, sentimo-nos instigados a estudar as motivações ideológicas e político-administrativas em conformidade com as circunstâncias conjunturais, uma vez que são notórias, históricas e públicas as divergências e crises entre as lideranças das diferentes tendências e blocos ideológicos que compõem o PT, desde a sua origem. Por isso, entender o PT, sua ideologia e suas propostas, bem como a sua engenharia (constituição/estrutura) interna é fundamental, especialmente após a queda do assim chamado socialismo real no Leste Europeu.

O estudo sobre o PT no Espírito Santo e sua experiência no governo do Estado irá nos indicar, entre outras coisas, até que ponto e como os conflitos internos podem prejudicar e até mesmo comprometer a oportunidade de governar efetivamente, e deste modo, exercitar o seu tão propalado socialismo democrático ou mesmo revelar as principais dificuldades e desafios para este fim.

Dentre as tensões destacamos os atritos entre Vítor Buaiz e as tendências de esquerda, especialmente a Articulação do B ou Opção de Esquerda. Esta tendência nunca viu com bons olhos a presença de pessoas ligadas ao PSDB dentro do governo. Tal posicionamento culminou na exoneração da Secretária de Educação do Município, Terezinha Cravo, membro da Articulação do B (Opção de Esquerda). Aliás, estas tensões entre as tendências e o prefeito não foram privilégio do PT espírito-santense. Tensões e conflitos houvera, igualmente, em outras administrações petistas como Fortaleza, Campinas, São Paulo e Porto Alegre, entre outras.

Outro fator de tensão se deve à relutância de Vítor em assumir as decisões do partido quanto à indicação do candidato João Coser à sua sucessão, agravadas pelo apoio explícito ao candidato do PSDB, Paulo Hartung, nos últimos dias da campanha eleitoral, o qual de fato viria a ser eleito para sucedê-lo.

A atitude de Vítor, de não aceitar a decisão da Convenção Municipal, contraria a premissa democrática de escolher candidatos no interior do PT, num processo que envolve a formulação e discussão de propostas, e a posterior escolha democrática a partir dos nomes indicados pelos diferentes grupos. Aliás, críticas internas no partido sugerem que naquele momento já foram traçados planos de apoio mútuo negociado entre Vítor Buaiz e o PSDB, não só para a sua sucessão na prefeitura da capital, mas para a própria indicação e posterior sucessão ao governo do Estado.

Para os críticos internos do PT, estas insinuações se justificam ou se confirmam por causa da adesão do PSDB à sua campanha e pela busca de apoio junto a Fernando Henrique Cardoso, ambas no segundo turno das eleições, apesar de oficialmente negadas. Da mesma forma, estas suspeitas são tidas como evidências pelo fato de Vítor ter apoiado José Ignácio, do PSDB, à sua sucessão ao governo do Estado, em 1998, mesmo não estando mais no partido.

É basilar, para identificar as causas administrativas, confrontar as bases do programa de governo elaborado pelo próprio PT com a conduta política e administrativa de Vítor Buaiz, para tentarmos perceber quais as dificuldades de uma administração de esquerda diante da burocracia estatal, diante da gravidade da crise financeira do estado e do atrelamento, praticamente inevitável naquela conjuntura, do executivo aos interesses do legislativo estadual, lugar onde o Governador teve que enfrentar a oposição do seu próprio partido. A interpretação e análise deste material ajudarão a identificar e esclarecer os fatores e/ou causas que levaram fatalmente ao confronto entre Vítor Buaiz e o PT.

Por outro lado, a conjuntura econômica local e nacional, neste momento já fortemente influenciada pelo projeto neoliberal implantado a partir do início do governo Collor e que será objeto de análise no segundo capítulo, pressiona Vítor a manter e adotar medidas neoliberalizantes, ideologicamente opostas às teses históricas do PT. A tensão naquele contexto assumira um caráter quase irreversível, qual rio caudaloso.

A crise de relacionamento entre Vítor Buaiz e o partido chegou a tal ponto - sem diálogo, e até a agressões verbais, - que a Executiva Estadual do PT pediu a sua exclusão à Executiva Nacional, que, por sua vez, tentou negociar uma alternativa para apaziguar os ânimos e salvar, tanto integridade do PT capixaba, quanto Vítor e sua administração. As tensões, no entanto, só aumentaram levando Vítor a se desligar do partido em agosto de 1997, e com ele um considerável grupo de correligionários.

A análise dos fatores políticos, administrativos e/ou ideológicos revelam as ambigüidades típicas do PT, já denunciadas em outras experiências administrativas, geralmente originadas nas divergências ideológicas das diferentes tendências e da disputa interna por espaços na administração, entre outras.

Ao denominar o PT como um partido de esquerda, não nos interessa fazer uma discussão exaustiva, se no mundo globalizado, com complexas relações sociais e políticas, ainda cabe a famosa díade direita - esquerda, trabalho que Bobbio (2001) já fez com muita propriedade. Apesar de a chamada cultura “pós-moderna” desprezar a clássica dicotomia direita - esquerda, alegando que estes conceitos se

tornaram obsoletos na complexidade das estruturas sociais e com eclosão da crise do socialismo no fim do século XX, Bobbio afirma que não se pode negar validade ao que opera plenamente na política e ao que está impregnado na linguagem e no imaginário cotidiano. Direita e esquerda permanecem como palavras-chave do discurso político contemporâneo, servindo ainda como referência para classificar, tanto políticos quanto partidos, preservando toda a carga emotiva, presente desde a Revolução Francesa.

Para justificar o uso dos termos: esquerda - direita, simplesmente partimos do que Bobbio (2001) chama de óbvio, ou seja, de que no senso comum, no imaginário de nossa cultura e no cotidiano da realidade política esta constatação é inegável, pois mesmo que algumas ideologias do passado tenham desaparecido, foram substituídas por outras.

Esquerda e direita não indicam apenas ideologias, mas programas distintos sobre os diversos problemas que afetam os homens em sociedade. Há opostos também no campo dos interesses e valores e na direção que se pretende dar à sociedade. É neste quadro que entendemos ou inserimos o PT como partido de esquerda, em oposição ao outros partidos mais identificados e comprometidos com o liberalismo, ora denominados de direita. É fato também, que para além desta dicotomia não é possível haver direita e esquerda sem um centro. Histórica e dialeticamente é o centro que determina o ponto de equilíbrio o a síntese, possibilitando com a sua adesão a prevalência de um sobre outro.

Principalmente a partir dos anos oitenta, a palavra esquerda está inegavelmente associada ao vocábulo “crise”, entendida aqui em seu sentido pejorativo, por causa das várias situações negativas, como a derrota eleitoral dos Sandinistas, a queda do socialismo real, as dificuldades enfrentadas por Cuba para se manter de pé e a incorporação gradativa das guerrilhas de esquerda na América Latina à institucionalização. Assim fala Sader (1997, p. 115) sobre esta constatação: “Parece que a esquerda se desencontra sistematicamente com a democracia. Ganha força quando a democracia está em crise catastrófica, porém é derrotada com ela [...]”. Porém, o inverso acontece no Brasil, onde uma esquerda renovada e vigorosa

ocupa cada vez mais espaços de poder, tendo que responder às novas demandas e à nova conjuntura.<sup>1</sup>

Ela cresce lutando pela democracia, especialmente quando luta pelos direitos sociais e políticos, contra as ditaduras, buscando imprimir um conteúdo mais social nos debates políticos.

A esquerda está viva e se manifesta no Brasil, apesar da repressão e das derrotas em vários países Latino-americanos, pelo papel político das greves dos operários, pela força política dos assim chamados sindicalistas autênticos, mostrando a sua capacidade ofensiva. É evidente, trata-se de uma esquerda com cara nova, distinta dos antigos e burocráticos PC's e dos movimentos guerrilheiros.

No Brasil e na América Latina esquerda democrática, de massas, sai do campo da conquista do poder pela força e, apesar da correlação de forças adversa a nível mundial, vai ocupando espaços e procurando fazer-se ouvir e fazer ouvir os milhões de excluídos do livre mercado, dentro das condições e da realidade de cada país. A “esquerda” é uma das condições de existência das incipientes democracias Latino-americanas: democracias de caráter social, de políticas de inclusão social, política e econômica.

Bobbio (2001) ainda destaca que os liberais defendem a idéia de que os homens são desiguais, evidenciando o que há de diferente, enquanto os democratas consideram injustas as diferenças: querem o máximo de poder nas mãos dos cidadãos. Para Giddens (1996) os liberais (direita) convivem, aceitam e justificam as desigualdades, cabendo à lógica do mercado conduzir seu destino e os democratas (esquerda) lutam pela justiça social, pela cidadania plena e pelo papel social do Estado.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Neste contexto, Marta Harnecker afirma que a ainda recente derrota do socialismo no Leste Europeu, desafia as esquerdas a refletirem e compreenderem o atual momento político e econômico. A atual revolução tecnológica e seus efeitos no mundo do trabalho, a essência da presente globalização neoliberal, entre outros, são desafios para a esquerda, hoje. E, reconhecendo a crise teórica, programática e orgânica na qual se encontra, ela reivindica de Marx as alternativas ao neoliberalismo, propondo que as esquerdas utilizem o caminho das reformas com propósitos revolucionários e não apenas reformistas. HARNECKER, 2000.

<sup>2</sup> Sobre esta discussão, Giddens (1996) observa que o tradicional “radicalismo de esquerda”, entendendo-se radical como sinônimo de mudança, revolução, transformação, tornou-se conservador. Este dado está mais evidente a partir da queda do socialismo real, onde se percebe

Nas modernas democracias, os partidos políticos, sejam de direita ou de esquerda, devem ser colocados como perspectivas abrangentes de solução de conflitos de poder político e/ou ideológicos, apesar de ser difícil a sua assimilação diante da fragilidade do sistema e da confusão partidária brasileira, mormente diante dos questionamentos e justificativas feitos por Bobbio (2001) acerca da possibilidade da existência de direita e esquerda em nossos dias.

Os partidos políticos são considerados como essenciais à democracia representativa, pois são elementos fundamentais na dinâmica de sua estrutura jurídico-política, constituindo-se num dos fenômenos mais característicos dos Estados modernos. Aliás, os principais cientistas políticos modernos concordam que não é possível conceber um estado democrático sem partidos políticos fortes. Neste sentido, Kinzo (1993, p. 2), em seus comentários, sublinha que “partidos não são uma condição suficiente para a democracia, mas são uma condição necessária. Não existe democracia moderna sem partidos”. Ressaltamos aqui, que não pretendemos fazer uma radiografia minuciosa do sistema partidário brasileiro e nem uma análise da história dos partidos, mas uma breve contextualização que permita situar o PT e compreender a sua identidade e práxis dentro do contexto político partidário brasileiro que, por sua vez, não pode ser analisado comparativamente aos modelos partidários dos EUA ou da Inglaterra.

A fragilidade do sistema partidário brasileiro fica evidente e caracterizada quando tomamos como referência a interessante releitura e análise dos partidos feita por Seiler (2000, p. 11), a partir da definição a-histórica de La Palombara e Weiner, explicitando-nos a estrutura do modelo clássico de partido, onde se lê que o partido deve preencher quatro condições:

- a continuidade na organização – isto é, uma organização cuja esperança de vida não dependa da dos seus dirigentes atuais;
- uma organização visível e verossimilmente permanente em nível local, dotada de comunicações regulares e de outros modos de relações entre elementos locais e regionais;

---

socialistas buscando resgatar o verdadeiro socialismo que nunca teria sido efetivamente implantado. Por outro lado, radicais e inovadores tornaram-se os liberais ao pregarem mudanças e reformas no capitalismo, refundando-o e tornando-o ainda mais excludente e individualista, apesar de revolucionário, no sentido de provocar mudanças mais rápidas, drásticas e visíveis. Os mercados criam as condições básicas da liberdade individual e são mais importantes para a democracia do que o próprio Estado. A justiça social não pode ser obtida por meio do Estado. Estado mínimo, porém, forte para fazer cumprir as leis da competição e defender contra os inimigos.

- uma determinação consciente dos dirigentes em conquistar e conservar o poder de decisão sozinhos ou em coalizão com outros, tanto em nível local quanto nacional, e não influenciar simplesmente o exercício do poder;

- uma preocupação com a organização, tendo em vista ganhar partidários por ocasião das eleições ou de qualquer outro meio de obter o apoio popular.

Fica evidente que o partido político necessita de estrutura, organização, identidade, representatividade e institucionalidade mínimas. A partir desta mesma concepção, Charlot<sup>3</sup> deixa claro que um partido não é um aglomerado de notáveis ou membros de um clube, que se reúnem tão somente para fins ou interesses momentâneos e restritos, com o que Sartori (1982, p. 6) também concorda, pois partidos legitimados pelo processo eleitoral, e por isso distintos de outros grupos ou organizações políticas, “[...] são canais mediante os quais as demandas da sociedade têm expressão e podem ser traduzidas em políticas públicas”.

Os *catch-all parties*<sup>4</sup> de Sartori (1982), procuram atrair todos os tipos de eleitores, independentemente de suas ideologias, criando um discurso evasivo que não entre em choque com os diferentes grupos que compõem a sociedade civil. Segundo Sartori, os partidos brasileiros podem ser classificados em duas categorias: os de esquerda e os *catch-all*, sugerindo que o PT, o PPS e o PC do B, estão excluídos da segunda opção, quando analisados a partir da sua organização e do seu conteúdo ideológico.

A estrutura, organização, participação e estratégia são quatro elementos que definem a dinâmica interna de um partido, refletindo necessariamente para o seu exterior, definindo inclusive, a sua tipologia, caracterizando-se como partido de quadros ou de massas.<sup>5</sup> Chacon (1998 p. 14-17) discute esta mesma caracterização, entre outras coisas, a partir da análise feita por Duverger.

Chacon, em sua análise do trabalho de Duverger, conclui que os partidos de quadros se caracterizam pela adesão restrita e fechada, de interesses, poderíamos dizer, com o intuito principal de financiar suas campanhas eleitorais. Enquadram-se nesta categoria, a maioria dos partidos conservadores e moderados da Europa. Já

---

<sup>3</sup> A origem histórica e a evolução dos partidos políticos a partir de diferentes experiências e enfoques, encontra-se num minucioso trabalho feito por Jean Charlot, onde analisa casos como a Inglaterra, França, Japão, países africanos e Estados Unidos. Cf. CHARLOT, 1982.

<sup>4</sup> Partidos “cata-tudo”, onde cabe mais um, independentemente de seus interesses.

<sup>5</sup> Conforme diferenciação feita por CHARLOT (1982 p. 170-171).



os partidos de massa caracteriza-se por uma adesão formal, rechaçando o financiamento de campanhas em troca da participação democrática das massas, como o Partido Socialista francês. Esta classificação dos partidos permite visualizar a tradicional díade direita – esquerda, já comentada acima.

Meneguello (1989) também resgata as principais características dos partidos de massa analisadas por Duverger, a saber: origem externa, extra-parlamentar; organização interna intensa que tem em sua base as seções (socialistas) ou as *células* (comunistas); intensa articulação que proporciona uma ligação entre a cúpula e a base; centralismo democrático, marcado por forte centralismo no nível nacional; obrigações estabelecidas para seus filiados, como contribuições mensais; doutrinário representado, acima de tudo, pela ideologia marxista, que busca conscientizar e disciplinar seus militantes; controle sobre seus parlamentares, representando a força das lideranças e retomando as determinações do centralismo, entre outras.

A respeito do partido de massas Lênin (1975, p. 62) já ensinava que o partido comunista deve ser “[...] o partido das massas, que espera de baixo o desenvolvimento da luta revolucionária, conhecendo e aplicando nessa luta, o único método que conduz abertamente ao fim; [...]”. Ou seja, o partido de massas é aquele que reúne e permite a participação e o envolvimento efetivo das diferentes classes na direção dos destinos do partido, em oposição à direção perpetrada por um grupo de chefes dirigindo de cima para baixo.

Para dar conta das demandas políticas e sociais, o partido de esquerda e de massas também necessita de seus quadros. Um partido capaz de disputar e ocupar todos os espaços políticos que a conquista do poder exigir. O debate em torno da necessidade de o PT ser um partido de quadros e de massas está presente em seu interior. O grande problema enfrentado pelo PT é ser massa e produzir quadros ao mesmo tempo, o que para alguns militantes é utopia ou incompatível com um partido de esquerda.

A despeito das diferentes concepções e/ou compreensões do que se entende por partido político é necessário esclarecer o conceito e sua função no sistema democrático brasileiro, da forma como será empregado neste estudo. Diante do

quadro partidário brasileiro, o conceito mais abrangente de Gramsci (1991, p.22-29), possibilitará considerar e salvaguardar as possíveis deficiências ou limitações frente ao conceito tradicional, tanto do PT como dos outros partidos brasileiros.<sup>6</sup> O modelo de partido de Gramsci é que nos dá condições de compreender a totalidade das relações no interior do partido político, pois ultrapassa a visão organizacional e nos possibilita compreender melhor a complexidade das relações existentes entre partido, Estado e sociedade.

Na concepção de Gramsci, o partido é o centro da rede social, um organismo de mediação e síntese, de hegemonia, dominação e luta, para formar a vontade coletiva. Neste sentido, o movimento comunitário, o jornal e até o sindicato pode ser considerado um partido ou expressão dele. Todos estes elementos estão, em síntese, em função da conquista do poder.

Neste mesmo contexto Gramsci (1991, p. 26) explica que, para existir um partido, são necessários três elementos: homens com disciplina e fidelidade, homens com capacidade diretiva e um elemento médio de articulação entre o 1º e o 2º: o intelectual orgânico.

Quem são os intelectuais orgânicos? Todos somos intelectuais, mas alguns não exercem a função. O intelectual orgânico encarna uma relação dialética que se dá entre o seu conhecimento e a sua prática política, que, por sua vez, tem um vínculo orgânico com o grupo social que representa e, por fim, com o bloco histórico, por meio da relação e integração com os outros intelectuais. Sua função é organizar, dirigir e educar politicamente. Assim ele tem um papel fundamental na criação e organização de uma nova cultura, na divulgação e reprodução da ideologia, informando e formando pelo exemplo. Para um partido socialista, este trabalho do partido é fundamental na busca da hegemonia,<sup>7</sup> ou seja, tornar a sua ideologia senso comum, filosofia das massas.

---

<sup>6</sup> Segundo Kenneth Janda, apud Jairo Marconi Nicolau, as diferentes definições de partidos podem ser agrupadas em ampla e restrita. A ampla comporta todas as organizações que atuam no campo eleitoral democrático, podendo utilizar-se de diferentes estratégias para alcançar o poder, tais como: a via parlamentar ou competitiva, a via administrativa ou restritiva e a via da força ou subversiva. A restrita refere-se às organizações partidárias estritamente preocupadas ou envolvidas com a competição eleitoral, que é o caso dos atuais partidos brasileiros. Cf. NICOLAU, 1996. p. 9-10.

<sup>7</sup> A formação do intelectual orgânico, o seu espaço de atuação e a sua função na construção da vontade coletiva e da hegemonia são explicitadas em: GRAMSCI, 1982. p. 3-23.

Os elementos essenciais na análise e caracterização de um partido compreendem considerações sobre sua ideologia, a base social, a estrutura orgânica e objetivos políticos. O pensamento político do PT, que será estudado mais adiante, deve ser o substrato concreto de construção partidária, como justificativa da própria existência do partido. No mesmo sentido, a identidade social também é imprescindível, uma vez que assume a missão de ser representante dos anseios populares.

No polêmico tema da ideologia e, na própria história do seu conceito, com sua teia infinda de contribuições, leituras e interpretações, entendemos que se trata de um conjunto de idéias, convicções e sentimentos que se referem à organização e exercício do poder político em uma estrutura social historicamente determinada, que move as pessoas (sociedade) à ação. Neste sentido, fala Eagleton (apud ZIZEK, 1996, p. 199), interpretando Gramsci: “[...] As ideologias devem ser vistas como forças ativamente organizadoras e psicologicamente ‘válidas’, que moldam o terreno em que os homens agem, lutam e se conscientizam de suas posições sociais [...]”.

No campo do senso comum há muitas confusões e também significados para a palavra ideologia: essa pode passar de idéias, religião, filosofia de vida a coisa de comunista. A propósito, Eagleton (1997, p. 19), comentando o teórico político conservador Minogue, lembra que ideologia, não é um conceito que se aplica somente aos partidos de esquerda, como se fosse esquema estéril e totalizante, típica dos oposicionistas, contrários à prática dominante.<sup>8</sup>

Conforme já assinalamos anteriormente, o nosso quadro teórico, tanto para caracterizar e compreender o PT no contexto da formação sócio-política brasileira, quanto para diferenciá-lo dos outros partidos, será gramsciana, entendendo-a como um espaço de batalha cultural, material e simbólica, numa relação intensamente vivida e que resulta na hegemonia, por sua vez caracterizada pela dominação, aliada à direção, prevalecendo quem possui a força e o consenso, ou seja, capacidade de convencimento e aglutinação. Esta noção de hegemonia é claramente perceptível nas batalhas internas entre as tendências petistas, evidenciadas no auge da crise entre o partido e o governador Vítor Buaziz.

---

<sup>8</sup> Para uma melhor compreensão deste tema polêmico e complexo, conferir Eagleton, **Ideologia** (1997), onde ele faz um estudo sistemático e crítico sobre o conceito de ideologia, sua evolução, suas concepções e usos ao longo da história.

A origem e a formação do PT se insere num contexto político bastante distinto do surgimento de outros partidos de esquerda, tanto no Brasil, quanto no exterior. A repressão política e sindical, a acentuada dependência econômica e política em relação às potências capitalistas, provocando resultados sociais desastrosos, entre os quais destacamos a concentração de renda e o aumento da miséria, com uma tendência estrutural de exclusão cada vez mais aguda da maioria da população em relação à riqueza produzida no país. A crise do capitalismo provocando a desaceleração da economia, o aumento dos juros internacionais potencializou o descontentamento da burguesia industrial, minando a sustentabilidade política do regime.

Por outro lado, a urbanização resultante do processo de industrialização favoreceu a proletarianização dos grandes centros urbanos, dando ao operário uma dimensão extraordinária, culminando na sua organização que eclodiu nas greves do final dos anos oitenta, espaço este muito bem explorado pelas correntes marxistas clandestinas ou alojadas no MDB e em outros movimentos sociais.

Um outro elemento de destaque, ao lado do movimento estudantil, foi o papel de setores da Igreja, mais precisamente por meio da Teologia da Libertação e das Comunidades de Base, como espaços de reflexão e formação de lideranças significativas, contribuindo de forma decisiva na formação da consciência social e política de muitas lideranças que se destacaram em movimentos sociais, participando decisivamente da constituição do PT.

A experiência com a esquerda tradicional e os novos atores sociais e políticos e a sua relação com as massas, sugeriram ou exigiram a formação de um partido com um outro perfil e, especialmente, propostas e práticas diferentes. Assim, quando o PT surge, ele se propõe a ser um partido socialista, radicalmente democrático, distinto do centralismo dos partidos socialistas do velho continente.

A conjuntura brasileira exigia novas estratégias e novos caminhos para a efetiva construção de um governo socialista, democrático e popular, um governo dos trabalhadores.

Qualquer observador ou pesquisador do PT, percebe com facilidade que desde a sua fundação, o PT se caracteriza por um verdadeiro guarda-chuva de grupos

ideológicos afins, cada um enxergando o partido com objetivos distintos ou como uma simples e única estratégia para a conquista do poder. A variada dispersão ideológica tornou-se uma das suas características mais marcantes. No entanto, revela-se difícil a tarefa de administrar as constantes tensões ideológicas internas, como a manutenção da unidade em vista do objetivo maior: a conquista do poder.

A conjuntura nacional, especialmente a partir da primeira metade dos anos oitenta, e os acontecimentos do Leste Europeu, promoveram e ou forçaram mudanças na prática e nos discursos de boa parte das tendências, provocando novas tensões e rearranjos na distribuição de forças no interior do partido, notadamente a partir de 1990 em diante, fato este evidenciado na nova configuração dos blocos observada em 1995, como nos mostra Azevedo (1995, p. 155). Cada vez mais prevalece a concepção gramsciana da guerra de posições, como via possível para a ascensão ao poder.<sup>9</sup> Para isso, a via legal ou eleitoral/parlamentar é importante, bem como, alianças estratégicas com outros grupos e partidos. Esta questão também foi abordada por Lênin (1975), quando criticou o radicalismo dos comunistas alemães.

O PT no Espírito Santo surge na mesma época da eclosão e crescimento de movimentos sociais urbanos, liderados especialmente por pessoas advindas de setores da Igreja, movimentos de bairro, sindicatos<sup>10</sup> e de ex-membros da assim chamada esquerda tradicional, como o PCB e o PC do B.

Da mesma forma, estavam representadas em nível local, as principais tendências do partido, alcançando, inclusive, repercussão nacional com a eleição de um dos primeiros prefeitos do PT no Brasil, tal como em Vila Velha, em 1987, para um mandato tampão de um ano, por determinação do TSE.

As militâncias eclesial e sindical tiveram papel significativo no surgimento do PT no ES e seu desenvolvimento no Estado, especialmente na grande Vitória,

---

<sup>9</sup> Para Gramsci, a tomada do poder pela força é praticamente inviável nos países ocidentais. Assim, ele defende uma postura de paciência, de construção de alianças, pela conquista e ocupação de espaços, aliada à formação da consciência coletiva (batalha cultural) e um trabalho incessante dos intelectuais orgânicos (aí incluído o próprio partido), em vista da construção de um novo bloco histórico e do futuro consenso em torno das suas propostas. Cf. COUTINHO, 1992. p. 167, especialmente.

<sup>10</sup> Estas lideranças sindicais, obviamente, são formadas numa concepção sindical mais centrada nas bases do que na cúpula, como a maioria era até então, geralmente controlados indiretamente pelos próprios patrões e/ou pelo governo.

principalmente entre os funcionários públicos e da indústria, revelando lideranças expressivas como Perly Cipriano, Otaviano de Carvalho, João Coser, Brice Bragato, Cláudio Vereza, e Vítor Buaiz, entre outros.

Confirmando este ambiente favorável e sua considerável penetração e aceitação entre os eleitores, em 1988, Vítor Buaiz foi eleito prefeito da capital, derrotando os candidatos do PFL e do PSDB, principais adversários, evidenciando a grande força do partido e confirmando-o como alternativa entre os eleitores, não só no cenário nacional, ou em grandes centros como São Paulo e Porto Alegre, mas igualmente no Espírito Santo. No entanto, apesar da ótima avaliação de sua administração por parte da opinião pública frente à prefeitura, tensões e conflitos internos no partido houveram, sendo controlados ou/ou solucionados, pelo menos aparente e temporariamente.

A nova Constituição, enfim promulgada em outubro de 1988, após o fim do regime militar, garantiu amplas liberdades e provocou perspectivas reais de enfrentamento dos velhos problemas como a corrupção, o clientelismo, promovendo um clima de “situação democrática”, como sugere Fausto (1995, p. 527). Aparentemente a democracia brasileira se efetivou com as eleições diretas para presidente da república, em 1989, quando, no segundo turno, colocou frente a frente dois programas e duas perspectivas completamente distintas, representadas por Fernando Collor - candidato dos empresários brasileiros e do capital internacional, apoiado pela grande maioria dos políticos da chamada direita - e Lula, do PT, representando os trabalhadores e partidos de esquerda em nome do socialismo ou da esquerda.

A vitória coube a Collor que, imediatamente colocou em ação um plano econômico, de orientação neoliberal<sup>11</sup>, para tentar superar o cenário de inflação e desorganização econômica herdado do modelo desenvolvimentista implementado pelos militares, ao qual a Nova República fora incapaz de solucionar no período de

---

<sup>11</sup> Ao longo dos anos 70 observou-se uma crise no liberalismo em nível internacional, mas não na sua produção teórica e nem na militância política. Durante o período compreendido entre as duas Guerras Mundiais, a Escola Austríaca foi a principal porta voz do pensamento neoliberal, defendendo a tese de que o liberalismo ainda não havia sido aplicado em plenitude. Neste sentido, Francisco Urubam Xavier de Holanda (2001), faz um estudo detalhado sobre a passagem do liberalismo ao neoliberalismo.

transição entre o fim do regime militar e a posse do presidente eleito pelo voto direto em 1989.

Mas o que é o neoliberalismo, objeto da ira e de desconforto das esquerdas? Não pretendemos aqui fazer um estudo exaustivo sobre o tema, mas apenas lançar mão de um conceito que nos ajudará a compreender a essência do neoliberalismo. Segundo José Paulo Neto (1995, p. 77), o neoliberalismo pode ser entendido como “[...] uma argumentação teórica que restaura o mercado como instância mediadora societal elementar e insuperável e uma proposição política que repõe o *Estado Mínimo* como única alternativa e forma para a democracia”.

Para os neoliberais, o capitalismo é o único sistema possível de organização social, baseado na divisão do trabalho e, que são inúteis e inviáveis todas as formas alternativas de organização social, inclusive o socialismo.

A aplicação de políticas de gestão econômica de tipo neoliberal, nos países de capitalismo avançado, significou e tem significado um modelar desmonte do setor público e um deslocamento dos conflitos econômicos para a esfera do mercado. Desde a ascensão de Margareth Thatcher ao governo inglês, no final dos anos 70, o pacote neoliberal de “ajuste” tem incluído forte contenção monetária, eliminação de constrangimentos e regulamentações sobre o livre fluxo de capital financeiro, aumento das taxas de juros reais, reformas fiscais de caráter anti-redistributivo e aumento deliberado das taxas de desemprego, entre outras medidas.

De outra parte, não se pode esquecer que desde meados dos anos oitenta, a economia e a política mundiais “globalizadas” assistiram à substituição da Guerra Fria - e de toda a concepção de mundo a ela articulada - por uma nova configuração das relações internacionais. Com a queda do bloco socialista, o anticomunismo deixou de ser a pedra-de-toque da ideologia burguesa ocidental. Os países do Leste vêm sendo, aos poucos, integrados ao novo modo de gestão, com a privatização dos controles estatais, a substituição da provisão pública pelo mercado e a agregação ao mercado mundial.

Após a crise dos anos setenta, os países centrais adotaram medidas de ajuste econômico cujos reflexos geraram fortes constrangimentos para a economia

mundial. A partir do início dos anos 80, o Terceiro Mundo entrou na crise, trazendo consigo o dramático problema das dívidas externas.

A chamada “crise da dívida” desencadeia-se com a forte crise financeira experimentada pelo México em 1982, que levou aquele país à decretação da moratória de sua dívida externa, ocasionando um abrupto corte na entrada de novos capitais externos e desatando uma crise econômica e financeira de grandes proporções entre os países subdesenvolvidos, em especial os da América Latina. Em razão deste evento, passa a ocorrer uma forte politização da emissão de créditos internacionais.

Dito de outro modo, a partir de então, ante à impossibilidade de financiar suas dívidas, esses países recorreram ao Banco Mundial (Bird) e ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e estes organismos, por sua vez, condicionaram o crédito a ajustes estruturais, isto é, uma série de reformas econômicas, políticas e institucionais, de mercado. Foi o projeto hegemônico neoliberal que guiou esta reestruturação e conformou esta trajetória.

Finalmente, no que diz respeito à relação entre a expansão do neoliberalismo e a disputa político-eleitoral é possível detectar-se, em determinadas situações, uma certa indiferenciação entre esquerda e direita. Mas essa indistinção, pelo que se pode perceber, não denota unanimidade na gestão estatal ou na competição política, e sim evidencia uma nova fratura no interior das elites políticas, perpassando direita e esquerda. No seio de cada Estado nacional, a arena do conflito - pautado pela pretensão hegemônica do neoliberalismo - tem-se caracterizado pela divisão do sistema político e administrativo entre, de um lado, os agentes voltados para o tratamento das questões macroeconômicas do ponto de vista da gestão financeira em seus constrangimentos e implicações internacionais e, de outro lado, os agentes que permanecem especializados na gestão social e que se vêem cada vez mais restritos ao nível local.

O neoliberalismo tem sido apresentado, especialmente a partir do início dos anos 90, como a única forma de interpretação do mundo, como referência política hegemônica, capaz de dar conta as demandas da globalização. Este pensamento único, supostamente enterrou qualquer perspectiva alternativa para o mundo,



mormente após a queda do muro de Berlim. E quem o ousar será tachado de esquerdista sem ideologia, de esquerda burra ou até de neobobo, conforme lembram Malaguti, L. ; Carcanholo, R. A. ; Carcanholo, M. D. (org.), (1998, p.15).

O aprofundamento da crise econômica diante dos pífios resultados do plano de estabilização financeira implementado, o estilo personalista de conduzir a nação e a corrupção, entre outros, empurraram centenas de milhares de pessoas às ruas, levando Collor à renúncia, diante da abertura de um processo de impeachment, em setembro de 1992, assumindo Itamar Franco, seu vice.<sup>12</sup>

Itamar refreou um pouco a febre privatizante, - típica do neoliberalismo - iniciada por Collor. Seu ministro da economia, implementou novo plano econômico, colocando a inflação sob controle e com isso consolidando a sua candidatura à presidência em 1994.

O crescimento do PT e do nome de Lula a partir de 1989 e, notadamente, a partir da campanha pela destituição de Collor foi extraordinário. Lula parecia imbatível no início de 1994 para as eleições presidenciais daquele ano. No entanto, embalado pelo relativo sucesso do Plano Real, Fernando Henrique Cardoso venceu com razoável facilidade o seu principal oponente, Lula, ainda no primeiro turno das eleições, reeditando o mesmo confronto entre a direita e a esquerda. Fernando Henrique Cardoso deu continuidade à política neoliberal de desestatização da economia brasileira, embora procurasse vender uma imagem de social-democrata, como sugere o nome do seu partido, o PSDB.

No período pré-eleitoral de 1994, a situação econômica no Espírito Santo não era muito distinta da nacional, porém, mais grave na questão fiscal e financeira e, por outro lado, os níveis de corrupção e violência eram crescentes. O ambiente era favorável para que surgisse um partido e/ou um candidato capaz de explorar politicamente esta problemática.

Neste contexto então deputado Cabo Camata se apresenta como “mocinho”, disposto a expulsar todos os marginais do estado da noite para o dia, discurso este

---

<sup>12</sup> Alberto Tosi Rodrigues descreve pormenorizadamente todo o processo de enfraquecimento e gradativo abandono de Collor por parte de seus antigos aliados e as pressões populares e políticas que culminaram na abertura do processo de impeachment em: RODRIGUES, 2000. p. 156-252.

que foi tendo uma aceitação cada vez maior pelos eleitores, especialmente entre os pobres e no interior do estado. Para o PT, a Igreja e movimentos sociais, Cabo Camata representava o que de pior havia em política, especialmente por sua fama de violento, sendo inclusive, identificado ou relacionado com o crime organizado no estado.<sup>13</sup>

Vítor Buaiz, embalado pela boa aceitação de sua gestão frente à prefeitura de Vitória e figura proeminente no meio social e político capixaba, conquistou a sua indicação pelo partido como candidato ao governo com relativa facilidade, aparecendo como forte candidato ao Palácio Anchieta. Vítor angariou considerável apoio no meio intelectual, dos partidos de esquerda e de alguns nomes importantes da política no estado, porém, não o suficiente para triunfar no primeiro turno.

Diante do crescimento vertiginoso de Cabo Camata, Vítor tratou de superar antagonismos, articular alianças e buscar apoios em outros setores e segmentos sociais e políticos, inclusive do PSDB e o PMDB.

Diante da preocupante e ameaçadora situação local, Vítor buscou também o apoio de Fernando Henrique Cardoso, recém eleito Presidente da República, que, por sua vez, representava para o PT, a continuidade da política neoliberal, o que gerou sério desconforto aos militantes e afiliados do partido. Fernando Henrique Cardoso havia acabado de derrotar, de forma contundente, ao candidato do PT, Lula, amparado nas expectativas positivas geradas pelo Plano Real.

Para os militantes mais à esquerda, esta ida a Brasília não era necessária naquele momento, a não ser que o apoio viesse de forma espontânea. Por outro lado, ocorreram inúmeras adesões espontâneas à sua candidatura. A tensão direita - esquerda, vivida e bastante debatida nas eleições a nível nacional, estava agora posta de forma constrangedora no Espírito Santo, apesar de não bem explicitada e/ou explorada durante a campanha, devido às peculiaridades da eleição no Espírito Santo.

A vitória de Vítor Buaiz, apesar de tensa e difícil nos últimos dias da campanha eleitoral, alimentou grandes e positivas expectativas, primeiro, pela reputação

---

<sup>13</sup> O crescimento da candidatura de Cabo Camata desvia, na verdade, o debate do meio ideológico e o situa no âmbito de senso comum.

favorável como político ético e administrador competente, alcançada frente à prefeitura de Vitória e, em segundo lugar, pelas propostas e nomes da coligação vencedora diante da crise de credibilidade do governo por causa da corrupção, da caótica situação financeira e social do Estado.<sup>14</sup>

O que se percebe, antes mesmo de assumir o governo, é que o PT enfrenta enormes dificuldades para administrar as divergências internas, algumas herdadas da administração municipal, especialmente para contemplar e acomodar os vários grupos e tendências nos diferentes escalões da administração estadual, bem como, respeitar os compromissos assumidos com os partidos coligados: o PSB e o PC do B. O retorno ou contrapartida aos apoios recebidos no segundo turno pelos outros partidos são outro ingrediente a engrossar o caldo no caldeirão político-ideológico que se tornou o governo Vítor Buaiz.

Já nos primeiros meses de governo, as divergências e tensões foram se configurando, a começar pela Assembléia Legislativa, em que o PT detinha apenas quatro cadeiras, ocupadas por Cláudio Vereza, José Baiôco, Brice Bragato e Juca Alves, respectivamente, sendo somente este último da mesma tendência do governador, a Unidade na Luta.<sup>15</sup>

Diante da crise financeira e fiscal do Estado, Vítor, já no governo do Estado, procura o governo federal, duramente criticado pelo partido a nível nacional, para negociar financiamentos e rolagem das dívidas. Ainda, contrariando as propostas de ação do plano de governo referentes à política de incentivos fiscais, Vítor mantém os incentivos dados ao FUNDAP (Fundo de Apoio às Atividades Portuárias), além de ter autorizado a venda do restante das ações da Escelsa, ainda em poder do Estado, entre outras decisões governamentais consideradas neoliberais e que serão abordadas oportunamente.

Estes e outros fatores, não menos significativos para a configuração das tensões, como o centralismo administrativo denunciado pela Executiva Estadual do partido e

---

<sup>14</sup> O quadro completo da situação sócio-política e econômica, a partir de levantamentos e da ótica do PT e as suas propostas para o Estado, encontram-se nas **Bases do Programa de Governo do PT**, debatidas e aprovadas no 13º Encontro Estadual do PT, realizado em abril de 1994. Documento interno do PT. Mimeo.

<sup>15</sup> O quadro completo da representação parlamentar da A.L. do ES, em 1995, é explicitado no capítulo três do presente trabalho.

de acordos feitos com setores considerados de direita e/ou neoliberais na Assembléia Legislativa, bem como, a nomeação de pessoas, desaprovadas pelo partido para funções de confiança, estão inseridos no conjunto das tensões e da crise.

Os conflitos e tensões entre o partido e o governador Vítor Buaziz geraram uma crise sem precedentes, ultrapassando as fronteiras do estado. Por outro lado, trouxeram à tona outra situação, típica dos partidos socialistas de concepção revolucionária, que é, por exemplo, lidar, enquanto partido dirigente, com a burocracia do estado burguês, assentado em concepções de democracia representativa, com a sua diversidade e pluralidade partidária e, acima de tudo, respeitando o estado de direito, conforme analisa Franco (1985).<sup>16</sup>

A Executiva Nacional do partido tentou serenar os ânimos, negociando alternativas, porém, a situação estava incontornável, chegando a agressões verbais e morais entre o grupo de Vítor, especialmente representado na pessoa de Rogério Medeiros e os membros das tendências descontentes. Enfim, desgastado pessoal, política e administrativamente, Vítor e seu grupo se desligaram do partido, em agosto de 1997.

As conseqüências políticas, tanto para Vítor Buaziz, quanto para o partido foram singulares e visíveis, provocando um esfacelamento no partido, perda de credibilidade e sensação de frustração nos próprios militantes, além de mágoas profundas entre as pessoas envolvidas, e em alguns casos, total abandono da militância político-partidária.

A natureza complexa do tema encerra ampla gama de questões teóricas e conceituais que fogem em muito ao escopo dos objetivos propostos para este estudo. Na realidade, o tratamento destas questões compõe, sob diversas perspectivas analíticas, o atual estado de conhecimentos sobre o contexto histórico em questão e sobre o sistema partidário brasileiro e o PT, especificamente, para o qual desejamos contribuir com evidências empíricas, no sentido de facilitar a compreensão dos fatos.

---

<sup>16</sup> Uma profunda e competente síntese do pensamento marxista e leninista das questões da autonomia e do partido revolucionário, como instrumento de combate do proletariado para destruir o aparelho burocrático-militar das classes dominantes, encontra-se em FRANCO, 1985.

Para o objetivo que queremos alcançar, há um considerável arcabouço teórico, principalmente sobre partidos políticos, sistemas partidários, ideologia e hegemonia. Neste sentido, o paradigma gramsciano nos oferece maior potencial para abarcar a complexidade inerente ao problema político-ideológico abordado. A situação específica do PT se enquadra no esquema teórico escolhido e dá o suporte necessário para a sua análise e compreensão.

Por conseguinte, os demais paradigmas serão apenas citados e empregados para indicar onde se situa efetivamente o paradigma gramsciano dentro do contexto histórico e teórico. Todo esforço de interpretação e análise está pautado na tentativa de realizarmos uma abordagem integrada do tema, inclusive para destacar o que de diferente ou característico há no PT.

Tendo em vista a fragilidade do sistema partidário brasileiro, procuramos seguir a orientação do delineamento teórico sobre a natureza e estrutura partidária, o grau de organização e institucionalização e assim garantir e contemplar o caso brasileiro, seguindo o modelo de investigação histórica, baseado em fontes primárias e na história oral.

Para isso, buscamos contextualizar histórica e estruturalmente o período que antecede as eleições de 1994, a saber, de 1989 a 1994, período no qual o PT perdeu duas eleições para presidente da república. Esta contextualização serve de pano de fundo para situar a cena política, trazendo à tona os fatos históricos que, na sua ação dialética, permitem visualizar a trama subjacente ao nosso objeto de estudo.

O trabalho de identificação, interpretação e análise foi feito a partir da pesquisa bibliográfica de fontes primárias como: documentos, relatórios, discursos e registros do PT, os atos administrativos publicados no Diário Oficial do Estado, artigos de jornais e revistas da época, a bibliografia referente ao tema e aos conceitos empregados no processo de interpretação e análise dos acontecimentos e, por fim, a partir do método da história oral, trabalhamos com as entrevistas feitas com os principais personagens envolvidos, a saber: o ex-Governador Vítor Buaiz, seu Secretário e aliado Rogério Medeiros e um representante das principais tendências do partido e do Diretório Estadual do PT no Estado, no período em questão.

No estudo sobre o PT, além das Resoluções sobre Congressos e Encontros (1998), utilizamos os estudos feitos por Meneguello (1989), Azevedo (1995), Silva (1998) e Keck (1991), principalmente.

As informações necessárias para a nossa abordagem do socialismo e partidos socialistas, buscamos em textos de Lênin (1975 e 1979), HARNECKER (2000), Löwi (2000), Gorender (1999), Coutinho (1981, 1992 e 1993), e, especialmente, de Gramsci (1981, 1990 e 1991), de cujo conceito de partido também nos apropriamos, bem como, de todo referencial teórico relativo a ideologia, hegemonia, etc. Ainda sobre as diferentes concepções de partido, circulamos pelas idéias de Chacon (1998), Charlot (1982), Sartori (1982), Seiler (2000), Duverger (1980), entre outros.

Para contextualizar a nossa realidade brasileira no que concerne ao sistema partidário, consultamos, especialmente, Mainwaring (2002), Jaguaribe (1992), Kinzo (1993) Lamounier ; Meneguello (1986). Para descrever a realidade sócio-econômica e política brasileira e espírito-santense, nos apropriamos de Fausto (1995), Guimarães (1990), Rodrigues (2000), Silva (1995), Bittencourt (2002), Perrone ; Moreira (2003), Franco ; Hees (2003), Schmyder (2002) e Silva (1995), entre outros.

A nossa leitura sobre o neoliberalismo e a sua implantação ou consolidação no Brasil está baseada em Holanda (2001), Rodrigues (2000), Paulo Neto (1995), além de documentos do PT, como as Resoluções (1998), etc.

As informações sobre o PT no Espírito Santo, bem como as relativas a Vítor Buaziz, provêm de documentos e registros do próprio partido, bem como, de depoimentos de militantes, e da vivência empírica do pesquisador.

Enfim, a análise e conclusões sobre os fatores que provocaram as tensões e conflitos entre o governador Vítor Buaziz e o PT, baseiam-se no Diário Oficial do Estado, em artigos e reportagens de jornais, em documentos do partido e, de modo especial, nas entrevistas feitas com o próprio ex-governador Vítor Buaziz, além de representantes das principais tendências do partido no Espírito Santo na época: João Coser e José Baiôco pela Opção de Esquerda, Brice Bragato, pela Força Socialista, Aloísio Kröhling, Independente, Rogério Medeiros pela Unidade na Luta. Entrevistamos também, Carlos Lobo, da Democracia Socialista, porém, por motivos técnicos, ficamos sem o devido registro.

Iniciamos o trabalho, colocando no primeiro capítulo, um breve histórico relativo à formação do PT, um partido característico de esquerda, no contexto do sistema partidário brasileiro, considerando as origens, nuances ideológicas e objetivos programáticos. Em seguida, procuramos descrever e compreender sua visível e constitutiva heterogeneidade, observada na caracterização das principais tendências internas<sup>17</sup>, com as clivagens ideológicas e inevitáveis divergências, disputas e tensões internas.

No segundo capítulo, procuramos fazer uma leitura interessada da conjuntura nacional e local de 1989 a 1994, anos em que o PT foi derrotado nas eleições para presidente, para que pudéssemos inserir e compreender melhor, neste contexto, as eleições de 1994, tanto para presidente da república, quanto para o governo estadual do Espírito Santo. De antemão podemos sinalizar, que o pano de fundo das disputas revela, na verdade, a histórica e inequívoca tensão dialética entre esquerda e direita, sob as consignas do socialismo e neoliberalismo, notadamente a nível nacional, e a necessidade imperiosa de uma opção por parte do eleitorado brasileiro, trazendo a reboque, um dado nada novo no Espírito Santo, com o ressurgimento de um certo discurso populista, altamente sintomático naquele momento histórico.

Por fim, no terceiro capítulo, o objeto central do nosso estudo, traz, em um primeiro momento, breve abordagem histórica do PT no Espírito Santo e a relação do governador eleito, Vítor Buaiz, com o partido, identificando e analisando as possíveis causas e fatores que geraram as tensões e o seu desligamento do partido.

Nesta releitura, será possível perceber que algumas das tensões que eclodiram no governo do Estado, na verdade, já se originaram na sua administração frente à prefeitura da capital, no período 1989-1992, principalmente a tensão motivada pela luta entre e as tendências de esquerda, lideradas pela Articulação do B ou Opção de Esquerda e o grupo de Vítor Buaiz, da Articulação do A ou Unidade na Luta.

O segundo fator de tensa, de cunho político-ideológico, está relacionado às medidas administrativas neoliberais adotadas pelo governador Vítor Buaiz. O neoliberalismo sempre foi vigorosamente combatido pelo PT, no entanto, a necessidade de apoio da Assembléia Legislativa, na qual possuía minoria, em vista da sustentabilidade e

---

<sup>17</sup> A descrição/caracterização das principais tendências encontra-se no, Apêndice 1.

governabilidade, aliado à conjuntura regional e nacional, exigiu do governador medidas amargas e impopulares, que provocaram o clima insustentável entre ele e o partido, culminando com o seu desligamento.

Expressamos nossa gratidão aos que nos auxiliaram no processo de “garimpagem” da documentação relativa ao PT, na pessoa de D. Auta, sem a qual nossa tarefa teria sido ainda mais difícil. Neste mesmo sentido, a nossa gratidão se estende aos ilustres entrevistados, que educada e gentilmente nos cederam seu tempo e informações, respondendo com interesse e atenção às nossas perguntas. Nossa gratidão também ao Prof. Aloísio Kröhling, pelos inúmeros títulos colocados à nossa disposição para pesquisa.



## I SURGE UM NOVO PARTIDO DE ESQUERDA

O objetivo deste capítulo é justificar porque o PT pode ser caracterizado como um partido de esquerda, a partir do contexto de seu surgimento ou fundação, situando-o dentro do sistema partidário brasileiro. Em seguida, traçamos o seu perfil ideológico e seus objetivos, revelando uma de suas características principais, a heterogeneidade de idéias, apesar do objetivo único, evidenciada nas suas inúmeras tendências internas.

Neste sentido, o aporte teórico utilizado será o conceito de ideologia desenvolvido por Gramsci. Dentre as razões para a utilização da matriz teórica gramsciana, está o fato de que seus conceitos não poderem ser trabalhados de forma separada, mesmo possuindo um alargamento, sua matriz só pode ser entendida de forma conjunta. Bem como, a chave conceitual de seu pensamento não é ideologia, mas hegemonia, que, para ser estabelecida na sociedade depende da difusão e enraizamento da ideologia do grupo que busca estabelecer o domínio político por meio da conquista do consentimento da sociedade. Neste sentido, Eagleton (1997, p. 106) esclarece que:

A hegemonia, então, não é apenas um tipo bem-sucedido de ideologia, mas pode ser decomposta em seus vários aspectos ideológicos, culturais, políticos e econômicos. A ideologia refere-se especificamente à maneira como as lutas de poder são levadas a cabo no nível da significação [...].

Da mesma forma, a teoria do partido da classe operária de Gramsci, permite enquadrar o PT como um partido político de esquerda, elucidando as razões que o diferenciam dos demais partidos.

Desde a Revolução Russa (1917/1918) e durante um longo período, o espectro político ficou bipolarizado sob o predomínio dos dois grandes sistemas de organização econômica, social e política da sociedade e do Estado: o capitalismo de direita e o socialismo de esquerda, assim rotulados nos jargões puramente ideológicos, como se não existissem dentro de cada um múltiplas divergências e tendências.

O postulado teórico elaborado por Karl Marx, se expandiu rapidamente pelo mundo, mobilizou grandes massas de trabalhadores em vários países, que eclodiram em

novas revoluções como a de Cuba, da China, do Vietnã, da Coréia, entre outras. Nos Estados latino-americanos e no Brasil também surgiram movimentos proletários e partidos políticos de orientação socialista.

Mesmo após a queda do Muro de Berlim, em 1989 e da desintegração do chamado bloco socialista, nos anos subseqüentes, o conflito fundamental entre o socialismo e o capitalismo continua vivo, inconciliável, cada um na busca de estratégias de sobrevivência, bem como, apresentando-se ao mundo como alternativa mais viável diante das crises e desigualdades sociais e econômicas. Em praticamente todos os países se registram histórias de movimentos, lutas e conflitos ideológicos, motivados por esta díade.

No Brasil, apesar de algumas iniciativas de cunho esquerdista, só em 1922, sob o estímulo da Revolução Russa, organizou-se o Partido Comunista Brasileiro, que apesar de passar quase toda a sua existência na clandestinidade, tentou combinar a resistência cotidiana à exploração dos trabalhadores pelo capitalismo com a participação eleitoral (muitas vezes usando outras siglas) e a luta pelo socialismo.

Historicamente e em maior ou menor grau, o Estado brasileiro sempre exerceu um certo controle sobre a estrutura sindical e reprimiu as ações autônomas de trabalhadores e a esquerda organizada. Buscando unificar a atuação dos setores populares, criou-se em 1935 a Aliança Nacional Libertadora, hegemonizada pelo PCB, que teve grande sucesso até ser colocada na clandestinidade. Este movimento também serviu de pretexto para o golpe do Estado Novo em 1937, cuja concentração de poderes durou até 1945, com a queda de Getúlio Vargas.

No entanto, a luta pelas reformas de base continuou acirrada no período posterior, especialmente sob o governo de João Goulart até Jânio Quadros, sem uma real e consistente organização dos trabalhadores (o que ocasionou o racha do PCB, surgindo o PC do B em 1962). Aliás, o chamado racha é fruto das reformas de base, mais visíveis, ocorridas no interior do socialismo a partir de 1961. Esta movimentação foi o suficiente para a reação da direita concretizada com o golpe de 1964. Outros grupos, inclusive armados surgiram nos anos de ditadura militar e que foram duramente combatidos. Porém, a resistência e a luta não terminaram aí, conforme afirma Araújo (2000, p. 118):

A derrota da luta armada propiciou a construção de um novo campo de luta e oposição ao regime. Esse novo campo buscava romper os limites da clandestinidade e tornar visível a oposição à ditadura. Desta forma, valorizava a luta política legal e a participação em espaços públicos abertos. Uma oposição cada vez mais legal, pública, visível e até mesmo institucional começou a se delinear a partir dos primeiros anos da década de 1970, logo após a derrota da luta armada, entre 1972 e 1974. Em 1974 este novo quadro já estava com os contornos claramente definidos.

Não foi sem lutas e tensões que a legalidade aos poucos foi sendo conquistada. Neste processo, a vitória do MDB (oposição) nas eleições teve grande peso político. Representantes da esquerda, lideranças ligadas a movimentos sociais, entidades representativas de profissionais liberais como OAB, ABI, entre outras, dão sustento ao movimento oposicionista no interior do MDB.

As tendências de esquerda, inicialmente mais ativas no movimento estudantil, também se faziam presentes nos círculos culturais e em alguns movimentos sociais, especialmente da Zona Leste paulistana, bem como, na luta democrática pela anistia; encontram na eclosão do movimento operário dos anos 1978-80, o ambiente e clima favoráveis para o exercício de influência no interior dos movimentos sindical e popular. Já refeita do período da luta armada e embalada pelo ambiente favorável daquele momento histórico e atuando dentro e fora do MDB, essa esquerda aos poucos busca a sua reorganização num espaço legal autêntico e independente.

Neste período encontramos uma sociedade impregnada de autoritarismo, sem participação popular, politicamente atrasada e às voltas com um grave crise econômica, com taxas de desemprego e custo de vida cada vez maiores. Ao longo da década de setenta, observa-se também, setores importantes da economia começando a manifestar sinais de incômodo com os rumos do modelo econômico, caracterizado por uma forte desaceleração, pelo agravamento das relações de trabalho, pelas crises do petróleo, provocando o aumento das taxas de juros internacionais. A incapacidade de manter o crescimento industrial - em grande parte artificial - observado a partir de Kubitschek, favoreceu o descontentamento da burguesia industrial, especialmente pelo fim das altas taxas de lucro, fator este que provocou a retirada do apoio quase incondicional até então dado à ditadura militar.

Num outro campo, diga-se de passagem, muito significativo e até determinante, apesar da repressão intensa, desenvolveram-se também outras formas de resistência, principalmente através de um vigoroso trabalho de base, por meio das

chamadas CEB's (Comunidades Eclesiais de Base), estimuladas por teólogos e outras lideranças religiosas, especialmente daquelas ligadas à Teologia da Libertação. Trata-se da formação da consciência social e política através das pastorais sociais, fazendo despontar novas lideranças que frutificou no final dos anos 70 em intensas mobilizações populares, desde o renascimento do movimento estudantil entre 1977 e 1978, passando pelas greves dos metalúrgicos do ABC.<sup>18</sup> Greves estas possíveis, graças ao novo sindicalismo, gestado no interior do moderno operariado do ABC paulista, desatrelado da tutela do Estado.

Foi no bojo deste processo que os militantes dos novos movimentos populares e vários setores da esquerda organizada sentiram a necessidade de um novo partido, com um caráter profundamente democrático e de massas. E que, mesmo sem partir de um projeto de sociedade estritamente definido servisse de instrumento para articular a imensa diversidade das lutas cotidianas e a construção de uma nova sociedade, sem explorados e sem exploradores.

Sem sombra de dúvidas, a mobilização dos trabalhadores, incentivada e apoiada pelos mais diferentes grupos e entidades acima citadas, inclusive de tendências de origem marxista, deu uma nova dimensão revolucionária e política às greves do ABC e serviram de embrião para o nascimento do PT. Assim, principalmente durante a sua primeira década de existência, o PT pode ser considerado como um partido moderno de massa e de esquerda, onde o papel da ideologia foi o elemento determinante na sua estruturação.

Este sonho, que a chamada esquerda tradicional não conseguiu concretizar, deu origem ao Partido dos Trabalhadores, cuja fundação oficial do partido se dá em fevereiro de 1980 e a legal ocorre somente em 1º de junho de 1980.

---

<sup>18</sup> Em SILVA, 1998. Cap. I, encontra-se uma síntese objetiva, clara e consistente da conjuntura e da atuação da assim chamada esquerda no Brasil até o momento em surge o PT.

## 1 O SISTEMA PARTIDÁRIO BRASILEIRO E O PT

O processo de formação de partidos e dos sistemas partidários varia no tempo e no espaço, especialmente quando nos referimos ao Brasil, onde poucos são os partidos formados a partir das massas, ou seja, de baixo para cima. E quando surgiram, houve casos de perseguição e repressão por parte do poder central, como já sinalizamos anteriormente. A realidade e a evolução dos partidos no Brasil em muito pouco ou nada se assemelha ao surgimento e evolução dos partidos políticos na Europa e na América do Norte neste período, apesar da separação/divisão entre liberais e conservadores ali observada, analisa Maiwaring (2001, p. 33).

Estudiosos dos sistemas partidários consideram que o Brasil jamais teve um sistema político-partidário efetivamente estruturado e forte, pelo menos na ótica do conceito tradicional, o que se confirma pela caracterização feita por Charlot,<sup>19</sup> igualmente analisada e comentada por Duverger e Seiler, conforme destacamos na introdução. Nesta mesma tendência, Scott P. Mainwaring (2001) afirma que o Brasil tem um sistema partidário fraco, pois é pouco institucionalizado, fato constatado pelo constante aparecimento e desaparecimento de partidos, ainda em nossos dias.

Numa autêntica democracia os partidos têm a importante função de canalizar as demandas sociais, tanto mais, quanto maior for a complexidade da sociedade. Os partidos devem estabelecer os vínculos entre a sociedade e as instâncias decisórias, para que as demandas sociais sejam devidamente debatidas e os interesses coletivos sejam resguardados. São também, o espaço privilegiado, através do qual os grupos de interesse buscam apresentar as suas reivindicações. Sobre a relevância dos partidos em um sistema democrático, Kinzo (1994, p. 3) destaca quatro funções importantes: “[...] 1) estruturar a participação popular; 2) conferir inteligibilidade ao processo eleitoral; 3) organizar a competição de diferentes grupos pelo poder; 4) estimular a negociação política e a construção de consensos [...]”

Na visão gramsciana, implícita nos discursos do PT, todos estes elementos confluirão pela ação do partido político, quando este cumpre a sua função de

---

<sup>19</sup> A origem histórica e a evolução dos partidos políticos, a partir de diferentes experiências e enfoques, encontra-se num minucioso trabalho feito por Jean Charlot, onde analisa casos como a Inglaterra, França, Japão, países africanos e Estados Unidos. CHARLOT, 1982.

intelectual coletivo, ou seja, passar do corporativo ou egoístico-passional, típico dos partidos brasileiros, para a formação da vontade coletiva ou ético-política. Neste sentido, o partido é um organismo de mediação e síntese. Daí se chamar o PT como um partido programático, orgânico, com uma prática diferenciada.

Desde o período Imperial (1822-1889), a política brasileira evoluiu sob o domínio de representantes das elites econômicas, com partidos não poucas vezes criados em nome destes interesses coincidentes com os interesses do Estado. Embora o Partido Republicano, criado em 1870, possa ser considerado a vanguarda do movimento anti-monarquista, organizou-se, doravante, apenas nas províncias, onde ficou sob o domínio das elites regionais, e assim permaneceram com o fim da monarquia e a instauração da república depois de 1889. Durante a Primeira República, o único partido que poderíamos chamar de partido de massas, apresentando-se em nome do operariado e dos interesses populares, com uma certa representatividade era o partido Comunista, porém, com pouca inserção popular, conforme destaca Schmitt (2000).

A partir de 1930, com Getúlio à frente, deu-se início a um projeto de construção de um novo Estado. Sua característica principal é o centralismo, incompatível com o federalismo e a competição eleitoral. . No entanto, para se legitimar no poder, Getúlio empreendeu uma reforma política, com um novo código eleitoral, promulgado em 1932. As mulheres foram contempladas e a idade para votar foi reduzida de 20 para 18 anos, mas carregava forte viés antipartidário.

Em meados da década de 30 surgiram dois movimentos relativamente modernos, distintos das antigas representações políticas, um inspirado no fascismo - o movimento integralista – anti-liberal e conservador e, de outro lado, surgiu a ANL (Aliança Libertadora Nacional), uma frente popular capitaneada pelos comunistas, que eclodiu numa revolta popular frustrada em 1935. Este acontecimento foi o pretexto para uma centralização maior ainda, culminando na supressão da ANL, reforçando a posição dos militares no governo. Sem adversários, os integralistas também desaparecem três anos depois. A ditadura de Getúlio fechou o congresso, suprimiu todos os partidos e suspendeu as eleições, criando espaços para a criação de um sistema de corporações que pudessem representar os interesses dos trabalhadores e dos empresários junto ao governo.

Com o término da ditadura personalista de Getúlio, em 1945, teve início a primeira experiência efetivamente democrática no Brasil, com o sufrágio universal e alternância de poder, apesar das inevitáveis limitações, notadamente pela proibição do voto dos analfabetos e pela ilegalidade dos comunistas a partir de 1947.

A partir de maio de 1945, com a Lei Agamenon,<sup>20</sup> foi introduzida na legislação eleitoral brasileira a exigência de organização em bases nacionais para o registro de partidos políticos, consagrada posteriormente pela Constituição de 1946. Era considerado de caráter nacional o partido com representação em pelo menos cinco estados, com o registro mínimo de 50 mil filiados e pelo menos mil eleitores em cada um.

Durante a chamada terceira república (1945–1964), foram registrados provisoriamente 32 partidos. No entanto, na época do golpe militar, apenas 13 funcionavam legalmente, permanecendo o Partido Comunista na clandestinidade. O maior partido neste período era o PSD (Partido Social democrático), já organizado em todas as unidades da federação em fins de 1945, assumidamente governista. Em seguida destaca-se a UDN (União Democrática Nacional), sem vínculos com o governo, seguido pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), herdeiro do Estado Novo e pelo qual Getúlio se elegeu presidente em 1950. Constam ainda neste período, partidos como o PSP, PR, PDC, PTN, PL, PST, PSB, PRP, PRT, para citar os principais.

Nos primórdios do regime militar os partidos continuaram funcionando, como também o calendário eleitoral, processo este alterado em julho de 1965, por meio da Lei 4.737, que, entre outras alterações, determinava a reorganização dos partidos, sem determinar prazos, mas dando a entender claramente o desejo de se reduzir o número deles.

Assim nos primeiros anos do regime militar, numa verdadeira obra de engenharia política, foram criados dois partidos para compor o Congresso e assim legitimá-lo, dando-lhe uma aparência democrática.

---

<sup>20</sup> Trata-se do Decreto Lei n. 7.586, de 28.05.1945 e leva este título em referência ao seu elaborador, o então ministro da Justiça, Agamenon Magalhães. Cf. SCHMITT (, 2000. p.12).

O regime reagrupou todas as denominações partidárias existentes num sistema de dois partidos, um identificado com o governo, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o outro de oposição, chamado de Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Porém, num primeiro momento, eles foram vistos como sucedâneos e comandados à revelia da vontade e do apoio populares, conforme esclarece Sérgio Abranches (1992, p. 166).

Com a vitória esmagadora do MDB nas eleições de 1974, então já abertamente oposicionista, pois abrigava os descontentes com o regime, além de inúmeros militantes de esquerda que aí encontravam espaço legal para seus pleitos, as pressões para uma maior abertura política começaram a arrefecer. Ocorre, a partir de então, um retorno controlado ao pluripartidarismo, através da reforma partidária de 1979. Já em 1985, por meio de emenda constitucional, amplia-se o leque partidário, que permite, inclusive, a legalização dos partidos de orientação marxista. Apesar de lentos e controlados, foram passos importantes em direção à democratização do país.

O PT, como detalhamos anteriormente, é fruto da mobilização, principalmente dos sindicalistas dos grandes centros industriais, de setores da esquerda tradicional, de membros da Igreja e outros atores sociais contrários ao regime militar, excluídos do processo social e político, especialmente as massas trabalhadoras das grandes cidades. Assim, surge com o intuito de implementar o socialismo e a democracia no Brasil e, de imediato, diferenciando-se dos outros partidos e dos tradicionais partidos de esquerda, pela própria origem, organicidade e representatividade. Afirma Gorender (1999, p. 228) “[...] O PT nascia desvinculado dos vícios do passado esquerdista e trazia o certificado da autenticidade operária [...]”

Embora o PT tivesse sua origem relacionada especialmente às cidades industriais de São Paulo, que durante os anos setenta conseguiu ampliar ainda mais a sua influência no cenário político e econômico nacional, procurou-se organizar o partido em nível nacional, em todos os setores da sociedade em que houvesse trabalhadores, organizados em núcleos, transformando-se rapidamente em um partido de âmbito nacional.



Os núcleos são organismos básicos da estrutura do partido, organizados “por local de moradia, por categoria profissional, por local de trabalho ou por movimentos sociais” (PT: Resoluções, 1998, p. 82). São eles os responsáveis pela organização local do partido, pela formação política da militância, pela execução/prática da democracia interna e pela ligação com os movimentos sociais, entre outras, ou seja, pela construção da vontade coletiva, atuando como verdadeiros intelectuais orgânicos, conforme visão de Gramsci (1982, p. 3-23).

Os chamados congressos nacionais visam promover a discussão e o consenso em torno de temas fundamentais em vista da unidade de metas e objetivos para o partido a nível nacional. Desde o seu surgimento foram feitos esforços para que o partido se estabelecesse e fosse reconhecido em todo o território nacional, o que outros partidos tiveram mais dificuldade de concretizar com tanta celeridade.

Apesar de a estrutura partidária ser comum à de outros partidos socialistas da Europa Oriental e da China, o PT procurou se diferenciar, tanto destes referenciais, quanto de outros partidos de esquerda no Brasil. Seus fundadores classificam os partidos socialistas na URSS e na China como partidos excessivamente burocráticos, reivindicando ser diferente. Realmente, tendo sido um dos pontos focais de dissensão contra um centralismo e repressão do regime militar, o PT defende, como uma de suas prioridades, a prática da democracia interna, promovendo uma intensa discussão sobre o modo de se construir o socialismo.

Em contraste com outros partidos políticos brasileiros de esquerda, o PT buscou se fazer mais democrático e aberto ao debate de suas grandes teses e propostas, destacando sempre a efetiva participação dos trabalhadores em todas as instâncias partidárias, como um verdadeiro partido de massas, bem como, diferenciar-se dos tradicionais partidos brasileiros, que funcionam, geralmente, como meio ou trampolim para o político ou um grupo de políticos situar-se nos espaços do poder.

Diante do faz-de-conta democrático oferecido pelo regime militar, o PT procurou institucionalizar a discussão intra-partidária e o debate de idéias, não só como prática política diferenciada, mas como necessidade, tendo em vista um mínimo de unidade necessária diante das grandes questões e objetivos, por causa da heterogeneidade de idéias e tendências em constatare efervescência em seu interior.

A marca principal desta característica democrática e participativa é a possibilidade ou a permissão para a constituição das tendências, agrupamentos de militantes com posições ideológicas divergentes, mas que devem se submeter ao Estatuto e às resoluções políticas do partido. O problema é que as discussões ideológicas intrapartidárias não raro resultaram na expulsão de tendências ou grupos e no desligamento de quadros importantes, como aconteceu no Espírito Santo. Não é difícil perceber que o PT, já no nascedouro, se apresenta heterogêneo, vivendo numa constante tensão dialética.<sup>21</sup>

É a sua origem e a sua práxis que dá ao Partido dos Trabalhadores, com seus objetivos, seu pensamento político e suas contradições, em certo sentido, a condição “originalidade e novidade” (*grifo nosso*) dentro do contexto partidário brasileiro. Vale ressaltar aqui, que poucos anos após o seu surgimento e de um crescimento vertiginoso registrado nas eleições, o PT já não se constituía mais e um partido exclusivamente de trabalhadores. Setores consideráveis da classe média e inúmeros intelectuais a ele aderiram.

## 2 IDEOLOGIA E OBJETIVOS DO PT

O Partido dos Trabalhadores se apresenta à sociedade como novidade e como alternativa viável para a superação das desigualdades sociais mediante mudanças profundas na economia e na política. Surge condenando o stalinismo e a social-democracia.<sup>22</sup> Ideologicamente o PT se apresenta como um partido socialista.

O socialismo petista - (nem socialismo real e nem social-democracia) - coloca-se como radicalização da democracia, distinto de tudo que, enquanto concepção vimos concretizado em todos os países do chamado socialismo real. Este compromisso democrático pretende concretizar-se em todas as dimensões do Partido: no seu

---

<sup>21</sup> A história do partido, seu pensamento político, suas teses e debates internos são encontrados nos seus Documentos Básicos (1979-1981) e nas Resoluções políticas dos Encontros Nacionais de 1987, 1989 e 1990.

<sup>22</sup> Quanto à rejeição da social-democracia, o PT diz que a mesma maqueia o capitalismo, apenas atenuando a exploração, e o stalinismo é tido como sinônimo de centralismo burocrático e

modo de ser e de organizar-se, nos valores que assume perante a sociedade, no seu relacionamento com os movimentos sociais e com a sociedade civil, nas propostas consubstanciadas em seu programa político, na sua atuação parlamentar e em cargos executivos, em toda ação cotidiana de cada petista, conforme se afirma nas Resoluções do 1º Congresso do PT (São Bernardo do Campo, dezembro de 1991). Aliás, um partido que surge negando mais do que afirmando.

Rapidamente o PT é reconhecido, inclusive por adversários, como um partido ideologicamente embasado ou programático. A confirmação desta observação pode ser encontrada em seus documentos, onde se expressam suas posições, opiniões e definições políticas. Aliás, as discussões e a reflexão ideológica é prerrogativa na construção do próprio partido.

A democracia deve ser a sua meta e seu procedimento, representando o conceito-chave de suas propostas. Democracia esta que só será efetiva com o concurso dos trabalhadores. E ainda: “O PT afirma seu compromisso com a democracia [...], pois não há socialismo sem democracia e nem democracia sem socialismo”. O problema é que [...] “quando o PT é democrata, não é socialista; e quando é socialista, não é democrata”, conforme afirma Azevedo.<sup>23</sup> Em todo caso, a *utopia* (grifo nosso) será concretizada através de uma luta constante pela democratização da sociedade, entendendo-se com isso, que a verdadeira democracia só é possível no socialismo petista, ou seja, a participação política dos trabalhadores em todos os níveis de decisão. Sobre esta questão Keck (1991, p. 280) comenta: “[...] O poder, naquela visão democrática, não é apenas algo que é ‘tomado’, através do Estado, mas também algo construído (na sociedade).”

Esta democracia deve ser implantada não só por meio das eleições, mas no dia-a-dia dos trabalhadores, como uma atividade própria e corriqueira, concluindo que a democracia no capitalismo não é possível<sup>24</sup>.

---

autoritário.

<sup>23</sup> Esta observação origina-se de um estudo feito sobre as Resoluções políticas, documentos, cartas e discursos, onde o autor aponta as incoerências e ambigüidades do partido. AZEVEDO, 1995, p. 3.

<sup>24</sup> Azevedo faz ressalvas críticas à falta de clareza e ambigüidades no uso dos conceitos de democracia e de socialismo nos documentos, cartas e discursos das lideranças petistas, como também procura explicitá-los da forma como são apresentados pelo partido. AZEVEDO, 1995 p. 20-32, especialmente. Outro crítico mordaz das incoerências e ambigüidades do PT é ROSENFELD, 2002, especialmente.

O V Encontro Nacional, em 1987, já numa fase mais madura, após longo e tenso processo de debates internos, confirma a estratégia maior do partido – o socialismo – e, conforme referendado no VI EN, em junho de 1990, este socialismo será de caráter democrático popular, que levará o partido a falar com toda convicção no VII EN, em maio/junho de 1990, que se sente chamado a explicitar seu projeto histórico, “a utopia concreta de um socialismo radicalmente democrático,” (PT: Resoluções, 1998, p. 83) como resgate do verdadeiro socialismo em oposição ao assim chamado socialismo real que acabara de ruir no Leste Europeu.

O socialismo almejado pelo PT, embora não esteja suficientemente explicitado ainda, é um socialismo democrático, de cunho antimonopolista, antiimperialista e antilatifundiário, realizável na medida em que a classe trabalhadora for hegemônica e dominante no poder de Estado, com liberdade de expressão e de organização, rejeitando, portanto, a idéia de partido único. Esta concepção de socialismo não obedece a modelos, e é diferente do socialismo real, especialmente pelo seu caráter democrático, construído e gerido pelos trabalhadores sobre os escombros da burguesia. Esta idéia é expressa por Azevedo (1995, p. 51) nos seguintes termos:

Queremos o poder e a construção do socialismo através da vitória sobre a burguesia e seus aparelhos ideológicos de dominação; ‘estamos dispostos a disputar em todos os campos a hegemonia na sociedade e chegar ao socialismo pela ação e pela vontade das maiorias. Pelo desejo do povo e dos trabalhadores.

Reitera-se mais uma vez o caráter democrático do socialismo petista, com o respeito efetivo aos direitos fundamentais da pessoa humana e do Estado de Direito e de todas as liberdades individuais e coletivas da sociedade.

A conquista do socialismo e a construção de uma sociedade socialista é, portanto, o objetivo estratégico maior. Os petistas continuam argumentando que a luta pelo socialismo se dará em dois momentos: a tomada do poder político e a construção do socialismo sobre as condições deixadas pelo capitalismo, sendo que para isso é necessário que a classe trabalhadora seja hegemônica, colocando o poder político e o Estado a seu serviço.<sup>25</sup>

---

<sup>25</sup> Neste sentido, Gramsci ensina que a construção da hegemonia se dá num processo lento, de ocupação de espaços legais de poder, numa verdadeira guerra de posições, em todos os segmentos da sociedade civil e do Estado e que ela é temporal e historicamente situada, ou seja, ela prevalece enquanto uma contra-ideologia não a suplantar.

Embora teoricamente pareça estar claro o que pretende, pairam ainda dúvidas de como o PT pretende provocar a mudança para o socialismo, alternando compromisso radical com os caminhos democráticos e legais com intenções - de influência leninista – de ruptura revolucionária, revelando a sua principal faceta e uma das suas principais características: a variada clivagem ideológica e as constantes tensões e disputas internas.

Neste momento é extremamente útil uma aproximação às origens, às idéias e propostas das principais tendências ideológicas e correntes políticas presentes no interior do PT (ver Apêndice 1), para favorecer uma melhor compreensão de sua complexa engenharia interna e que certamente irá contribuir para explicar em parte as tensões e conflitos pertinentes a este estudo.

### 3 SOBRE AS TENDÊNCIAS IDEOLÓGICAS

Falar do PT no campo da ideologia requer conhecimentos sobre as mais diversas correntes originadas a partir do pensamento marxista. Não basta situar o partido como um reduto de esquerda, afinal, segundo Silva (1998), são dezesseis tendências que ao longo do processo de consolidação do partido sofreram alterações nos agrupamentos, decorrentes de disputas internas. Grosso modo, podemos caracterizar suas tendências como variantes e combinações do pensamento de vários teóricos e seguidores marxistas: os leninistas, maoístas, trotskistas, gramscianos, luckacsianos.

Desde sua fundação, os textos oficiais e resoluções do partido exprimem a existência de confrontos entre as várias definições ideológicas, como assinala Azevedo (1995, p. 9): “[...] são o resultado da disputa política e do embate ideológico internos, a síntese das idéias e das posições em confronto, a ‘média’ que pode ser entendida como as idéias e das posições do conjunto da agremiação [...]”

Toda esta configuração de idéias deu ao PT um caráter pluralista e reforçará a sua variada clivagem partidária, como uma das suas marcas registradas. A diversidade

de idéias que compõe o partido convencionou-se chamar de *Tendências*, que cresceram tanto a ponto de terem que ser regulamentadas pelo partido, cujo processo finalizou-se em abril de 1990, de onde se extrai que:

A Tendência interna caracteriza-se por submeter-se ao programa e não às resoluções do PT, por reconhecê-lo explicitamente como partido estratégico na construção do socialismo e por diferenciar-se nas propostas alternativas ou complementares relacionadas com aspectos parciais, da estrutura ou do funcionamento do partido.<sup>26</sup>

As diferentes tendências internas são prerrogativa para existência do próprio partido, ou seja, sem as tendências não há PT, assim como, sem o PT, as diferentes tendências se resumiriam a um aglomerado de pequenos grupos ou partidos de esquerda...

As diferentes tendências ideológicas e blocos formados dentro do partido e algumas de suas posições e teses mais relevantes estão sintetizadas no Apêndice 1, a partir de uma classificação prévia, elaborada por Azevedo (1995, p. 79-83), onde ele destaca a seguinte configuração: a *Articulação* e outros três subconjuntos, a saber: a) agrupamentos originados a partir de organizações comunistas clandestinas ou de origem marxista-leninista: *Nova esquerda e Força Socialista*. b) organizações trotskistas: *Democracia Socialista, O Trabalho, Convergência Socialista*, principalmente; c) Grupos originários de Movimentos Populares e da Pastoral Operária: *Vertente Socialista e PT Vivo*.

É evidente que esta classificação não segue critérios rígidos, uma vez que no seio da *Articulação* há militantes das mais variadas origens ideológicas, bem como de diversos movimentos sociais e de lideranças mais ligadas às comunidades eclesiais, o que também é observável nas outras tendências.

Apesar da forte ascendência da classe trabalhadora dentro do PT na sua origem e dos discursos que o situam como o partido da classe trabalhadora, o partido não pode ser reduzido à expressão de uma classe.

Observa-se que até o início da década de 1990, a força dos sindicalistas era significativa ou majoritária dentro do partido. Ocorreu um processo de configuração da classe média no interior do partido, desde os estudantes já filiados e que,

---

<sup>26</sup> Diretório Nacional do PT. "**Regulamentação das tendências internas**". São Paulo, maio de 1990.

posteriormente, se estabelecem como profissionais liberais, como professores, além de um pequeno grupo de empresários, etc.

Após a regulamentação das tendências em abril de 1990, e dos desdobramentos políticos, tanto na conjuntura nacional, quanto na internacional, ocorreu um *rearranjo* nos blocos e uma reconfiguração de forças dentro do partido.

Até 1995, as mudanças nos blocos saltam à vista, pois o partido não mais se divide em dois, mas em quatro subconjuntos partidários, não havendo mais grupo majoritário, tornando as disputas internas mais intensas e complexas, com novos leques de alianças.

A primeira mudança significativa se concretiza com a expulsão da Convergência Socialista, após anos de tensões e embates com o bloco majoritário. A CS era um grupo trotskista que se colocava à extrema-esquerda em termos ideológicos que, aliando-se a outros cinco grupos poucos conhecidos, funda o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU).

Meses depois, foi elaborado o *Projeto para o Brasil* que mais tarde veio a chamar-se Democracia Radical. A nova facção começou a se formar em agosto de 1991, quando um grupo de dirigentes petistas, de diversas tendências internas, divulgou um documento intitulado *Um projeto para o Brasil*. A proposta da nova corrente era dar subsídio para uma ruptura com a tradição e o autoritarismo que, segundo eles, é marca registrada da esquerda. Este grupo, de acordo com Azevedo (1995, p. 175), se tornou uma facção, conhecida hoje como a *direita do PT*, conforme pontuam os deputados da extinta NE, José Genoíno e Eduardo Jorge, entre outros.

Num terceiro momento, o antigo bloco majoritário, a ART, dividiu-se em duas facções. A divisão iniciou-se às vésperas do VIII EN, realizado em junho de 1993. Uma das facções, inicialmente denominada de Articulação de Esquerda, tornou-se a atual Hora da Verdade, integrada, entre outros nomes, por Ruy Falcão, ex-presidente do PT Nacional e David Capistrano Filho, ex-prefeito de Santos. A segunda facção, chamada inicialmente de Direita da Articulação, ou de Advertência, mais tarde ficou conhecida como Unidade na Luta, cujos principais nomes são: Aloízio Mercadante, José Dirceu, Benedita da Silva, Paulo Delgado, Chico Vigilante

e Lula. Assim sendo, Lula pode ser incluído na Direita da Articulação, uma vez que é o grupo mais próximo a ele.

Portanto, como se pode perceber, o antigo bloco minoritário sofreu perdas por dois lados, os ditos de esquerda (CS, expulsa em 1992) e outro grupo da chamada ala da direita, com a mudança da NE e da maioria da VS. O antigo bloco majoritário, a ART, subdividiu-se, como visto anteriormente, em Hora da Verdade e Unidade na Luta. Surgiu ainda um terceiro grupo, originário de militantes egressos destes dois blocos, chamado Democracia Radical. Hoje, a Democracia Radical (Demora) tem em José Genoíno o seu maior articulador, destacado entre a mídia pela facilidade de diálogo com os setores da direita.

O quadro abaixo nos dará uma idéia mais aproximada de como estava a distribuição de forças dentro do partido, de como era a *cara* do PT na época das eleições de 1994 e nos anos seguintes, período em questão no presente estudo, especialmente no Espírito Santo.<sup>27</sup>

<u>Articulação</u>				
Extrema-esquerda		Esquerda	Centro	Moderados
Na Luta PT	Outros	(esquerda da Articulação)	(direita da Articulação)	Democracia radical
Força Socialista	Vertente Socialista	Hora da Verdade	Advertência	Ex-militantes da Articulação
O Trabalho	Grupo do Rio	Opção de Esquerda	Unidade na Luta	Ex-militantes da Vertente Socialista
Movimento por uma Tendência Marxista		Democracia Socialista	Independentes	Ex-Nova Esquerda
				PT Vivo

**Quadro 1 - As tendências internas do PT**

A partir deste quadro fica mais fácil perceber que a distribuição das forças dentro do partido tornou-se mais heterogênea do que já era, revelando um grau maior ainda de

<sup>27</sup> Quadro das tendências elaborado especialmente a partir de Azevedo (1995) e Silva (1998).



disputas internas, provocando alianças em todos os sentidos, ora mais à esquerda, ora mais à direita, de acordo com os interesses, não mais havendo a chapa da ART e a chapa dos outros blocos minoritários nos momentos de definição de rumos, como nos primeiros anos do PT. Estas articulações e acordos ficaram mais evidentes em vista das eleições presidenciais de 1994, pela necessidade que Lula tinha de tornar seu discurso menos radical, tornando-o mais palatável ao eleitorado mais conservador e possibilitar outras alianças julgadas necessárias.

Após a derrota no primeiro turno, as avaliações também continuaram se dividindo entre os que criticavam a opção por alianças mais à direita, assim como os moderados criticavam a ala mais à esquerda pela “estreiteza das propostas”. Há até quem subdivida os petistas em moderados e radicais, lights e xiitas, reformistas e revolucionários, social-democratas e marxista-leninistas, conforme explica Azevedo (1995, p. 160). Permanecem, portanto, os desencontros intra-partidários.

O bloco da extrema-esquerda e da esquerda, com poucas diferenças de postura defende a necessidade do desenvolvimento de uma alternativa revolucionária em oposição ao liberal-reformismo, enfatizando a importância de se responder às demandas da luta de classes, em oposição ao capital, para levar os trabalhadores ao poder, aliando lutas institucionais, reforma e revolução, acúmulo de forças e ruptura. Aceita alianças à esquerda com restrições. Seu discurso continua autoritário, claramente leninista, dando margem a dúvidas sobre o processo de transição ou ruptura da institucionalidade. Seu socialismo democrático também permanece insuficientemente explicitado. Percebe-se aí que não houve mudanças nas propostas de 1983 para cá neste grupo.

O bloco do assim chamado *centro* congrega o maior número de lideranças e é o mais afinado com Lula, o que não se traduz necessariamente em homogeneidade de idéias. Aliás, há extremos para ambos os lados, à direita e à esquerda, passando da rejeição do próprio socialismo e da social-democracia - defendida por alguns – à adesão aberta à social democracia e ao socialismo com todas as suas imprecisões conceituais. Prega um socialismo democrático, alternativo à social-democracia e ao socialismo burocrático e a ruptura com a chamada ordem conservadora. Percebe-se uma moderação no uso de certos termos, mas o que significa realmente o socialismo democrático ainda não está suficientemente esclarecido. Quando

defende a multiplicação dos instrumentos da democracia direta e semi-direta , ainda revela traços leninistas.

O bloco *moderado*, ironicamente chamado por alguns de direita é formado por aqueles petistas que mais mudaram as suas concepções ao longo da sua história, sendo vistos como novidade e ao mesmo tempo como objeto de polêmicas. O lado positivo estaria relacionado ao abandono da ortodoxia. Já para os críticos, tudo isso cheira a retrocesso. Dentre os principais nomes deste grupo estão: Pedro Dallari, José Genoíno, Tarso Genro, Ricardo Azevedo, Eduardo Jorge, Irma Passoni, entre outros.

Favorável ao pluripartidarismo, rejeita a idéia da ditadura do proletariado, e promete romper definitivamente com a tradição leninista, propondo uma visão reformadora do socialismo, onde cabe inclusive a diminuição do espaço do Estado na economia. Isto quer dizer que é social-democrata? Genoíno nega afirmando que a social-democracia está superada. A ambigüidade deste grupo, aparece também no seu conceito de socialismo democrático, o que se observa na idéia de que o socialismo e radicalização da democracia são dois nomes para a mesma coisa, ou seja, não é possível saber o que realmente se entende por este vocábulo. Há ainda outros pontos pouco claros quanto à atuação ou participação dos trabalhadores no poder e sobre a atuação do próprio partido, segundo Azevedo (1995, p. 175-176).

Portanto, avanços são perceptíveis a esta altura da história do PT, mas os resquícios autoritários e ortodoxos permanecem, bem como a falta de clareza de suas propostas e caminhos para a construção do socialismo. Também está evidente que, na medida em que o partido deu uma guinada à direita, adaptando seu discurso aos interesses eleitorais, a sua aceitação por parte do eleitorado e da sociedade em geral, cresceu na mesma proporção, apesar de ainda gerar desconfianças e críticas. Na verdade, o partido consolidou-se logo na via da institucionalidade, abandonando a perspectiva da via revolucionária, como alternativa para se chegar ao poder, revelando aí uma significativa influência do pensamento de Gramsci.

## **II A CONJUNTURA NACIONAL, LOCAL E AS ELEIÇÕES**

No presente capítulo procuraremos fazer uma descrição, interpretação e análise da conjuntura nacional e local (Espírito Santo), entre os anos de 1989 e 1994, período em que o PT participou de duas eleições para presidente, sendo derrotado em ambas pelo neoliberalismo e pela baixa aceitação ou compreensão de seu discurso e/ou de suas propostas socialistas, que, diga-se de passagem, assustavam a maioria do eleitorado nacional, em grande parte influenciado pelos formadores de opinião da direita brasileira, por meio da mídia. No mesmo sentido será contextualizado o ambiente sócio-político e econômico do Espírito Santo, especialmente o de 1994, ano em que aconteceu a eleição de Vítor Buaiz para governador, objetos de nosso estudo.

Pretendemos demonstrar neste capítulo, que a partir da eleição de Collor para presidente, o processo de implantação de medidas neoliberais se aprofundou e se tornou unanimidade entre as classes dirigentes do país e exigência dos credores internacionais para a manutenção ou aprovação de novos créditos à economia, favorecendo e aumentando assim a polarização com o PT e os outros partidos de esquerda.

### **1 TENTATIVA DE DESCRIÇÃO DO CENÁRIO (1989 – 1994)**

#### **1.1 Um país travado e a alternativa neoliberal**

A formação mercantil-colonial legou Brasil um forte controle da economia, com monopólios e concessões cerceando a iniciativa privada e tornando o Estado cada vez mais pesado e menos eficaz, praticamente em todas as áreas.

No capitalismo que se cristalizou no Brasil, o Estado assumiu um papel importante

na economia, pois a saúde econômica e financeira depende da sua capacidade de legislar e coordenar as grandes forças econômicas, até para garantir a arrecadação de impostos, manter a ordem e distribuir justiça social, conforme lembra Guimarães (1990, p. 204).

É preciso ressaltar que ao legislar sobre tarifas alfandegárias e sobre a assistência geral do povo, amparando e fortalecendo as forças vivas nacionais, o Estado moderno realiza funções econômicas tão importantes quanto políticas e jurídicas.

Neste sentido, destaca Guimarães (1990), em 1980 havia no Brasil mais de 500 empresas controladas pela união, respondendo por 50% do PIB interno e 55% dos investimentos. As indústrias de base (Petroquímica, Siderúrgica e de Mineração) estão nas mãos do Estado. O controle de preços e a exportação dos produtos agrícolas estão nas mãos do governo. Os agricultores são reféns dos financiamentos do Banco do Brasil.

A rápida urbanização da sociedade brasileira, junto com o crescimento demográfico generalizado, transformou o país de forma radical a partir dos anos setenta. Em 1990, cerca de 75% da população vivia em centros urbanos.

A antiga sociedade agrícola e exportadora, especialmente do café, transformou-se numa das mais industrializadas dentre as nações em desenvolvimento. Por outro lado, a burocracia estatal também se agigantou, apesar dos processos de planejamento agregados, favorecendo o surgimento de uma nova classe de tecnocratas. Por outro lado, o conjunto de organizações civis, como sindicatos, conselhos profissionais (médicos, advogados, jornalistas, etc.), ONGs e movimentos de bairro, passaram a desempenhar papel político cada vez mais relevante, aliado à comunicação de massa, que exerce influência indiscutível sobre a opinião pública, como vimos na época do *impeachment* de Collor e, de modo particular, na campanha eleitoral de 1994, tanto a nível nacional quanto local. A sociedade e o modo de se fazer política está agora extremamente complexificado.

No campo político, mais especificamente, observamos que o fim do regime militar e a eleição indireta de Tancredo Neves, substituído prematuramente pelo seu vice, José Sarney, imposto pelo PMDB por ocasião da montagem da denominada “Aliança Democrática”, diversos elos com o passado não foram cortados,

permanecendo o chamado “entulho autoritário”, porém, as liberdades públicas foram respeitadas. Em 1985 eleições diretas para presidente da república e para uma Assembléia Constituinte foram aprovadas.

A Aliança Democrática, bloco supra-partidário, montado para eleger indiretamente o primeiro presidente civil após o regime militar, e completar o período de transição, não teve cacife necessário para recolocar o país nos trilhos e, diante da elevada inflação e da estagnação da economia, promoveu a troca de ministros da economia e de planos econômicos, com pouquíssimos resultados práticos.

Sem a liderança e a legitimidade de Tancredo Neves e sem uma estrutura partidária sedimentada, a Aliança Democrática enveredou pelos caminhos da insegurança e incertezas, o que se confirma pela morosidade e indefinições do Congresso Constituinte, apesar da participação maciça da sociedade civil.

Com o fracasso do Plano Cruzado, a impopularidade de Sarney alcançou índices preocupantes. O clima antipolítico estava latente, inclusive contra o Congresso, cujos trabalhos não evoluíam a contento, principalmente devido às fortes pressões externas, perpetradas por diferentes segmentos sociais.

A Constituição, enfim promulgada em 5 de outubro de 1988, manteve o regime presidencialista, ampliou as liberdades políticas e a formação de partidos. Assim, novos partidos surgem da noite para o dia, ao bel prazer de pequenos grupos regionais ou para satisfazer os interesses e espaços políticos de outros.<sup>28</sup>

A população está se sentindo praticamente órfã e profundamente carente de uma figura que restaure a auto-estima e a confiança, um certo sentimento de orfandade, como sugere Lamounier (1989, p. 119):

[...] a utopia presidencial plebiscitária, isto é, a visão de uma organização institucional fortemente centrada na presidência, esta por sua vez carregada de certo sentido messiânico: de uma responsabilidade histórica no terreno do desenvolvimento e da reforma social, e, em virtude dessa responsabilidade, detentora de uma legitimidade supostamente superior à do legislativo ou de qualquer outro poder da sociedade [...]

Nesta visão, a figura de um presidente carismático, aglutinador da vontade popular e legitimado pelas massas teria as condições necessárias e suficientes para

---

<sup>28</sup> Em 1988 já havia 36 partidos inscritos no TSE.

reorganizar o país e promover o desenvolvimento e a estabilidade. Figura essa, com tais atribuições, pode até lembrar ou sugerir Getúlio Vargas, mas na prática é inexistente na história ou na tradição do Brasil, não passando, portanto, de uma aspiração, de uma utopia.

Lamounier observa que talvez algumas encarnações, embora distintas, se aproximem desta utopia: a figura de Leonel Brizola e a própria utopia participativa do PT, e até mesmo Jânio Quadros. Parece que Collor, como veremos mais adiante, tenha captado este sentimento e tentado preencher ou ocupar este espaço, colocando-se como o guardião da moralidade e condutor de um novo desenvolvimento, com seus rompantes de “cesarismo”, colocando-se acima do bem e do mal e apresentando-se às vezes como uma espécie de messias, cujo epílogo já sabemos.

O que o país necessitava naquele momento era consolidar a democracia, garantindo a sua irreversibilidade, o avanço e a modernização econômica e a redução das desigualdades sociais, apesar de haver grupos ou oligarquias desejosas de que tudo continuasse como tal, pois lhes era econômica e politicamente interessante.

Embora o Brasil tenha tido índices de desenvolvimento econômico consideráveis, ainda temos grandes massas de excluídos e totalmente marginalizados, tanto econômica quanto política, cultural e socialmente.

Além destes dados, o sistema representativo também continua muito aquém das demandas políticas, apesar da normalidade do calendário eleitoral, da livre disputa dos interesses eleitorais e a certeza de que os resultados ou desejos das urnas sejam cabalmente respeitados e assimilados e tampouco manipulados.

A fragilidade do sistema representativo ficou evidente nas eleições de 1989, quando partidos tradicionalmente bem representados no Congresso, não conseguiram a mesma votação para presidente, enquanto o PT de Lula e o PRN de Collor, cujo partido ainda nem existia por ocasião do Congresso Constituinte, obtiveram quase a metade dos votos no 1º turno. A heterogeneidade interna, a falta de clareza ideológica e a luta pela sobrevivência política de suas lideranças contribuem significativamente para esta situação.

Apesar da restauração das liberdades democráticas, no Brasil praticamente não houve avanços no quadro social. Além da segregação social, as necessidades educacionais, de saúde, segurança, trabalho, moradia são gritantes, conforme sustenta Buarque (1992). Há ainda a explosão urbana, preconceitos raciais, esterilização em massa e a crescente perda de poder aquisitivo da população.

A economia está falida ou sucateada pela longa recessão que se seguiu ao “milagre econômico”, incapaz de concorrer no mercado internacional e refém de uns poucos produtos com interesse exclusivo de exportação, geralmente subsidiados pelo Estado, com pouca produção de alimentos para o consumo interno.

A falta de sintonia com as demandas tecnológicas do país provocou o sucateamento da base científica e tecnológica, deixando dezenas de cientistas desmotivados e desempregados ou buscando outros centros de pesquisa no exterior.

O sistema previdenciário e de assistência social está insolvente e ineficaz, retratando a falência do Estado, com altíssimas taxas de juros e salários de fome. A alta folha de pagamentos limita os gastos do governo em outras áreas, inclusive investimentos em serviços sociais.

O Brasil do final do século XX também se destaca pelo saque ao patrimônio natural, pela exploração irresponsável dos seus recursos, vítimas do lucro fácil e em nome de um pseudo-desenvolvimento. A mesma dilapidação é vista na submissão da atividade cultural, submetida aos interesses do mercado, pela manipulação e imposição de valores importados e distantes da realidade e das necessidades do povo.

Outro fator que coloca o Brasil em destaque é o alto grau de corrupção e impunidade, provocada pelo oportunismo político e degradação da ética, onde os interesses corporativos estão sempre acima dos sociais, gerando conformismo e indiferença diante da miséria social.

A violência generalizada também prejudica o Brasil, por causa do pelo assassinato de crianças e lideranças sindicais e políticas, pela violência urbana decorrente do aumento de tráfico de drogas e do crime organizado, pela inflação e pelo

endividamento e dependência econômica, além da falta de clareza e seriedade governamental.

Enfim, depois de 500 anos de história, o Brasil se depara com médicos desempregados, enquanto há mortes por falta de médicos, professores sem alunos, quando temos milhões de crianças fora das escolas, terra sem homens e homens sem terra. Exportam-se alimentos enquanto por aqui perambulam milhares de famintos pelas cidades e pelo campo. A partir desse quadro é compreensível o pessimismo da população e a falta de credibilidade da classe política brasileira.

A dependência econômica e política, a facilitação para a entrada de capital externo, a remessa de vultosos lucros para o exterior, a concentração de renda, e o controle da força de trabalho ainda não haviam sido adequadamente enfrentadas e solucionadas, uma vez que o projeto *neodesenvolvimentista* da Nova República não se sustentou, gerando crises de governabilidade.

Os dados negativos da política econômica conservadora desenvolvida durante o regime militar, como a nacionalização das indústrias em vista da substituição das importações, entre outras, favoreceu ou precipitou o movimento pela democracia nos anos oitenta. Por outro lado, a recessão resultante da crise econômica do início dos anos oitenta, provocou divisões no interior do movimento sindical quanto à construção de uma central sindical, mostrando que o movimento operário estava vivo. Neste quadro, o PT sempre teve considerável apoio entre os trabalhadores do setor público.

O ano de 1989 representa o auge do crescimento e da afirmação do PT por se tratar de um momento privilegiado de disputa de projetos para o Brasil. De um lado, Collor, como alternativa neoliberal<sup>29</sup>, como veremos a seguir, sob pressão dos organismos internacionais para a abertura indiscriminada da economia e liberdade plena de mercado, privatizações, etc.

Do outro lado, um projeto de inspiração socialista, capitaneada pelo PT, ao lado de outras forças esquerdistas, claramente contrárias ao modelo econômico proposto, embalado pela experiência das lutas sindicais e da pressão dos trabalhadores, mas

---

<sup>29</sup> Conforme POMAR, (2002), este foi momento crucial em que a burguesia organizou uma frente política em vista da manutenção do poder implementação de políticas voltadas ao mercado.



afetado pela crise do socialismo no leste europeu. Num contexto de crise generalizada da economia capitalista e da crise do socialismo real, e do aprofundamento dos extremos entre a riqueza e a pobreza, o neoliberalismo se impunha com mais força, conforme sugere Silva (1998, p. 9 -13).

Nos anos 80, durante o período de transição, iniciam-se as reformas orientadas para o mercado, como instrumento para o enfrentamento da crise do Estado brasileiro, bem como para frear o crescimento da esquerda, por parte das elites empresariais e pela chamada direita brasileira. Trata-se da desconstrução do modelo de Estado desenvolvimentista, responsável principal pelos padrões de acumulação, agora em crise escancarada pela mobilização social.

Nas eleições presidenciais de 1989, observamos uma polarização entre duas concepções distintas de governo, uma apoiada nas clivagens sociais, na pessoa e Luiz Inácio Lula da Silva, do PT e a outra que acabou encarnando, mesmo que não tão explicitamente, mas como única alternativa naquele momento, a tradicional direita ou as oligarquias conservadoras e os adeptos da desprivatização do Estado, que saiu vitoriosa, encabeçada por Fernando Collor de Mello. Ele, no entanto, não assumiu publicamente este papel, procurando sempre se posicionar como independente.

Collor foi eleito representando uma imagem heróico-messiânica, mobilizando e canalizando paixões e esperanças de moralização da vida pública e redirecionamento da economia, e por outro lado, aparecendo como o paladino da luta contra a corrupção, o empreguismo, enfim, contra toda a injustiça.

O anunciado e tão esperado plano de “salvação econômica” revelou claramente a sua opção neoliberal, conforme explica Rodrigues (2000, p. 103), especialmente pelas políticas de “[...] abertura industrial e comercial, de enxugamento do aparelho de Estado, de desregulamentação e privatização, [...] bem como, pelo conservadorismo político e centralização tecnocrática no processo de tomada de decisões”.

Embutida nesta opção neoliberal vem o direcionamento dos conflitos sociais e distributivos para o mercado. E, a reboque de todo este processo, vem a reforma burocrática ou enxugamento da máquina, que prevê a demissão de funcionários. No

entanto, o seu governo oligárquico e despótico não passou de um sonho de verão, que culminou com a sua renúncia precoce, em 29 de dezembro de 1992.

As massas se mobilizaram, incentivadas por grande parte da mídia, contra a corrupção deslavada, contra a corrosiva recessão econômica, o escandaloso tráfico de influências e a crise política e moral. Parecia que, enfim, a democracia estava definitivamente instalada no Brasil, enterrando de vez a corrupção, os desmandos e o clientelismo. Apesar do clima de vigilância democrática demonstrado pela sociedade, não se pode negar que a retórica política e interesses sectários, especialmente da oposição e até mesmo de aliados estavam focados nas próximas eleições.

Após a queda do governo oligárquico e despótico de Collor, assumiu seu vice, Itamar Franco, com a difícil missão de reorganizar política, moral e economicamente o país, tarefa para a qual não se mostrou capaz, apesar das inúmeras tentativas e do apoio inicial da grande maioria dos partidos que haviam se posicionado a favor do *impeachment* de Collor. Aliás, ele mesmo não se considerava legitimado uma vez que não fora eleito para tal função.

No início dos anos noventa o Brasil ainda estava sob o impacto do governo Collor e de suas medidas econômicas neoliberalizantes e num clima favorável a medidas moralizadoras e mais democráticas no campo político. Economicamente, a natureza dos desafios postos à esquerda brasileira e ao PT - crítico contundente da política econômica neoliberal e que se apresentava como alternativa para a construção de um país mais democrático e econômica e socialmente mais justo - eram enormes.

Para entendermos melhor o PT no Espírito Santo e sua performance política no período em questão neste estudo, é importante uma breve visualização do perfil sócio-político e econômico do Estado, para depois considerarmos a natureza da administração do PT e de Vitor Buaiz, entre 1995 e 1998.

## **1.2 ES – a inclusão no mundo moderno**

O Espírito Santo é um Estado que se caracteriza por uma história de dominação e

subordinação, entre fazendeiro de café e seus trabalhadores e entre os mesmos produtores de café e os compradores dos estados economicamente mais poderosos do sul. O Espírito Santo também se destaca pelas disparidades financeiras e sociais entre seu povo. Além disso, apresenta uma história multicultural, com enormes desafios a serem enfrentados, com um centro relativamente industrializado, de um lado e um interior de economia relativamente atrasada, de outro.

Trata-se, de um estado pequeno no litoral Atlântico, fazendo divisa com a Bahia para o norte, Minas Gerais para o oeste e Rio de Janeiro para o sul. O estado faz parte da região sudeste do país que inclui o Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Comparado a estes três estados, o Espírito Santo é um pigmeu econômico e político e como tal sempre foi tratado como periferia da região sudeste e até mesmo do país.

Com o declínio do comércio de açúcar no Brasil, a economia do Espírito Santo passou a ser dominada pela cultura do café. A produção de café no Espírito Santo refletiu em muito a realidade das lavouras no resto do Brasil, com massas de escravos trabalhando em grandes propriedades. Após a abolição da escravatura em 1888, grande parte da produção de café passou para as mãos de pequenos proprietários rurais. Uma afluência de imigrantes europeus entrou e substituiu o trabalho escravo, especialmente pomeranos, poloneses, italianos, alemães, tirolezes, suíços e holandeses, inundando o estado com suas próprias e distintas culturas, tornando-se esta uma das principais características da identidade cultural capixaba.

Para Silva (1995), o Espírito Santo só entrou de fato na economia brasileira a partir do ciclo cafeeiro, a partir de meados do século XIX. A Estrutura produtiva e as relações de trabalho, no entanto, não evoluíram como no Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. No Espírito Santo, continuaram prevalecendo o colonato, o trabalho temporário e o trabalho familiar. Era pequena a quantidade de grandes propriedades, pois predominavam as pequenas, dominadas pelo grande capital agro-fundiário. Enfim, a dominação oligárquica, herdada do império, permanece e progride na república. Inclusive a formação do sistema partidário no ES carrega consigo a fragmentação da estrutura social, condicionada pelas lutas entre o coronelismo e o populismo, conclui a pesquisadora.

A crescente dependência da cultura do café no Espírito Santo gerou vários problemas. Primeiro, a baixa produtividade das pequenas propriedades depois de 1888, contribuiu para uma baixa taxa de expansão econômica e de acumulação de capital. Segundo, a crescente dependência econômica do café gerou, por sua vez, uma economia fortemente atrelada à demanda do poder econômico emergente de São Paulo e dos outros estados do sul. Qualquer queda nos preços do café provocava uma crise econômica séria no Espírito Santo. Terceiro, a dependência econômica do Espírito Santo contribuiu para a criação de um sistema de patronato econômico entre os que cultivam a terra e os proprietários delas que se transferiram para a esfera política. Com a economia e a política sob o domínio dos proprietários, criou-se uma cultura de dependência dos trabalhadores rurais do Espírito Santo, caracterizando-se num verdadeiro remanso político e econômico, comprometendo possíveis e necessárias mudanças na estrutura da política econômica.

Esta situação perdurou até os anos cinqüenta, quando a queda dos preços do café encorajou o governo federal a buscar meios alternativos para aliviar os problemas que tais quedas produziram. Trata-se de reflexos determinados pelo ímpeto adicional gerado pelo centralismo do regime militar que tomou o poder em 1964.

As razões para a erradicação dos cafezais podem ser creditadas à queda abrupta dos preços internacionais, os grandes estoques do governo, a existência de grandes áreas de terras dominadas por cafezais improdutivos e a contaminação dos cafezais por pragas, entre outros. No Espírito Santo o total erradicado representava 54% do café plantado.

É verdade que os proprietários foram indenizados de alguma forma, mas mais de 200 mil meeiros e trabalhadores braçais foram tangidos para as cidades, enquanto os campos, na sua maioria, foram ocupados pela agropecuária, incapaz de acolher toda mão-de-obra excedente, que se dirigiu, na sua grande maioria, para a Grande Vitória, também sem infraestrutura urbana e nem empregos suficientes para tantos desempregados.

A erradicação dos cafezais e a conseqüente crise econômica instaurada, levou o governador Christiano Dias Lopes a procurar ajuda federal, uma atenção especial. A partir de 1969, o ES foi favorecido por incentivos à entrada de capitais privados,

especialmente o Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo - Funres, que previa a isenção de impostos e taxas federais em troca de investimento na agricultura e na indústria.

Como desdobramento do Funres foi criado posteriormente, em 1971, o Fundap – Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias que, como sabemos, foi um dos motivos de atritos entre o governador Vítor Buaiz e seu partido. Por este mecanismo, as empresas importadoras e exportadoras teriam o direito de usar uma porcentagem (8%) do ICM (Imposto sobre Circulação de Mercadoria) arrecadado pelo governo estadual para financiar empreendimentos agrícolas, comerciais e industriais no Espírito Santo. O montante arrecadado passou a ser gerido pelo Geres – Grupo Executivo de Recuperação Econômica do ES – e distribuído em forma de financiamento aos pequenos e médios empresários por intermédio do Bandes – Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo. Estes mecanismos de financiamento continuam em operação até os dias atuais.

Na prática, o poder público passou a financiar os investimentos privados. Por outro lado, significou o início da recuperação econômica, pois favoreceu a industrialização do estado, especialmente os municípios da Grande Vitória.

Os governadores seguintes continuaram oferecendo incentivos e criando parques industriais para atrair novos investimentos. Assim aportaram no ES a Vale do Rio Doce, a CST, a Aracruz Celulose, a Samarco, entre outras, trazendo a reboque a instalação dos portos para a exportação dos minérios trazidos de Minas Gerais pelos trens. Também foram dados incentivos para a renovação da agricultura, inclusive do cultivo de uma variedade de café mais resistente ao calor, o café “conillon”, bem como o início de obras viárias como a “segunda ponte”.

Em continuidade a este processo, foi construída, a partir de 1978 e concluída em 1989, a “terceira ponte”, interligando Vitória a Vila Velha, que se tornou praticamente uma “cidade dormitório”.

Há que se observar, que todo este processo trouxe as suas conseqüências danosas, especialmente para o meio ambiente, com a poluição do ar, das águas e a destruição de ecossistemas inteiros por meio dos chamados “desertos verdes” de eucaliptos.

A industrialização provocou graves problemas sociais por causa da urbanização desordenada, favelizando as periferias de Vitória e adjacências pela ocupação de mangues e morros, agravada pela falta de esgotos, escolas, transporte coletivo e hospitais, como atestam também Franco e Hees (2003, p. 144-46). A criminalidade e a insegurança foram resultados inevitáveis. Aliás, a criminalidade e a violência são temas recorrentes até em estudos de pesquisadores internacionais como Martha K. Huggins,<sup>30</sup> abordando a questão do crime organizado e dos esquadrões de morte.

O regime militar deixou um saldo positivo para o Espírito Santo em alguns aspectos econômicos e um extremamente negativo no âmbito político. São as duas faces da mesma moeda e, mais uma vez, a história espírito-santense refletiu a evolução dos acontecimentos em nível federal. A este respeito, assim se expressou Dailson Laranja, importante figura política (apud SCHMYDER, 2002, p.114):

É inegável o desenvolvimento econômico que os governos militares proporcionaram para o Espírito Santo, mas a conta foi muito alta. Anularam o Poder Judiciário e a imprensa. Sem estes dois instrumentos, a alienação política expandiu-se na sociedade [...]. Era o sadismo de um lado e o medo de outro. O povo não podia pensar ou manifestar-se. O cerceamento das lideranças, o aniquilamento político dos adversários do regime com mortes, desaparecimentos, torturas e ameaças alienaram gerações inteiras [...].

Como já vimos acima, a fachada de legitimidade e normalidade eleitoral foi mantida, permitindo à população escolher os seus vereadores e prefeitos das cidades do interior do Espírito Santo, além dos deputados estaduais, federais e senadores. Os governadores eram escolhidos indiretamente pela Assembléia Legislativa, a partir de uma lista tríplice apresentada pelo presidente-general, impedindo a participação soberana do povo capixaba.

Do ponto de vista político o Espírito Santo sofreu as influências dos interesses oligárquicos da era cafeeira, de um lado, e de outro dos interesses da burguesia industrial, provocando um certo desinteresse pelo dia-a-dia da nossa sociedade e uma certa falta de representatividade, como destaca bem Bittencourt (2002, p. 8-9), inclusive na Assembléia Legislativa do estado, denunciando um superdimensionamento do poder econômico, da banalização da vida política e compra de votos.

---

<sup>30</sup> Martha K. Huggins, pesquisadora norte americana, fez um estudo enfocando a polícia, esquadrões da morte e direitos humanos, em particular no Brasil, como consequência do treinamento das polícias brasileiras e latino-americanos pelos, Estados Unidos, em nome da segurança do

A partir de 1976, apesar da repressão do regime militar, o movimento estudantil se reorganizou, protagonizando movimentos de resistência, recebendo apoio de sindicatos e outras entidades, engrossando a campanha pró-democracia. Dentre estes estudantes e sindicalistas encontravam-se Vitor Buaiz e Rogério Medeiros, futuro governador e secretário da fazenda, respectivamente.

Com o fim do regime militar, como já vimos, foi restabelecido o pluripartidarismo e no Espírito Santo surgiram partidos como PDS e PTB, originários da antiga Arena, o PDT, o PMDB, do qual alguns ajudaram a fundar também o PT. Neste processo de fragmentação, outros partidos pequenos foram se formando.

Na primeira eleição direta para governador, em 1982, os partidos de oposição foram vitoriosos nos principais estados, inclusive no ES, onde Gerson Camata se elegeu pelo PMDB, restaurando-se a democracia no ES e no Brasil. Depois de Camata foram governadores Max Mauro, pelo PMDB (1987-1990), Albuíno Azeredo, pelo PDT (1990-1994), Vítor Buaiz, pelo PT (1995-1998), José Ignácio Ferreira, pelo PSDB (1999-2002), sendo que atualmente o estado é governado por Paulo Hartung, eleito pelo PSB, mas hoje sem partido. Todos foram eleitos democraticamente por partidos considerados “progressistas” de esquerda, ou de centro-esquerda.

A chegada destes partidos ao poder, sugere a priorização do bem-estar social, como os investimentos em saúde, educação e segurança pública. Era preciso tomar medidas para compensar a chamada “dívida social” herdada do período anterior e que promoveu uma forte concentração de renda e conseqüente exclusão social. É verdade que o PDT e o PT não chegaram a governar de fato o estado a partir de seus programas partidários, pois foram eleitos por frentes partidárias e tiveram que fazer alianças com as forças conservadoras da Assembléia para garantir a governabilidade, especialmente Vítor, Buaiz, como veremos no próximo capítulo.

Ainda sobre a questão econômica, percebemos que os governadores pós-regime militar seguiram à risca a cartilha da política econômica neoliberal implementada a nível federal, fenômeno perceptível nas inúmeras privatizações, especialmente as empresas mineradoras e as ligadas ao setor portuário.

Nos anos 90, a população do estado era de cerca de 3.000.000 de habitantes, com 79,5% residentes na zona urbana e somente 20,5% na área rural, sendo Vila Velha o município mais populoso do Estado<sup>31</sup>. Com tamanha concentração demográfica nas cidades, especialmente na Grande Vitória e, diga-se de passagem, gravemente desordenada, os problemas sociais não são poucos e nem pequenos. Dentre os problemas mais graves destacam-se: a crise financeira, a pobreza, o desemprego, a corrupção e a violência.

## 2 AS ELEIÇÕES DE 1994

### 2.1 Dois caminhos e uma opção

As eleições de 1994 tiveram por finalidade escolher o novo Presidente da República, os novos governadores estaduais e renovar as Assembléias Estaduais e o Congresso Nacional.

Em nível Nacional foram costuradas alianças entre os partidos, que não necessariamente se repetiram nos estados. Porém, elas evidenciam que as preferências dos principais partidos revelam o aprofundamento ou cristalização do confronto entre direita e esquerda no Brasil.

O quadro que emergia da demissão de Collor, a votação expressiva e a postura oposicionista a Collor, faziam de Lula um candidato nato e forte para as eleições presidenciais de 1994. Nesta perspectiva, o PT começa a pensar um projeto de poder a longo prazo, ciente do seu espaço e força no cenário político brasileiro, um projeto de hegemonia política.

Era preciso apresentar o partido como força representativa da sociedade civil organizada e com peso político-parlamentar cada vez mais evidente e, por outro lado, quebrar as resistências das forças conservadoras e do empresariado. Para isto, Lula procurou estreitar laços com o empresariado de um lado e, de outro, ir ao

---

<sup>31</sup> Conforme dados de PERRONE ; MOREIRA, 2003. p. 184.



encontro dos trabalhadores desorganizados por meio da sua “caravana da cidadania”, visitando e mantendo contatos por todo o interior do Brasil. Sua equipe aproveitou para registrar todos estes movimentos e encontros tendo em vista a próxima campanha eleitoral.

Diante do crescimento eleitoral do Partido dos Trabalhadores, verificado mais uma vez nas eleições municipais de 1992, começaram a surgir movimentos internos das tendências na busca por mais espaço, uma vez que várias lideranças, especialmente da ala majoritária, foram assumindo cargos em executivos municipais ou em legislaturas, abrindo espaços e provocando este interesse, o que levou a uma guinada à esquerda.

Estas mudanças refletiram na Executiva Nacional, provocando novas tensões e divergências internas, levando à divisão das principais lideranças do partido diante do plebiscito sobre o sistema de governo, previsto para 1993, tendendo os mais moderados para o parlamentarismo e a esquerda ao presidencialismo, posição esta que acabou prevalecendo na votação final.

Este fator analisa Rodrigues (2000, p. 260), favoreceu o distanciamento ainda maior entre o PT e o PSDB, servindo como pretexto para a independência do PSDB, e motivo para recusar uma posição secundária numa possível chapa presidencial nas eleições de 2004, além das resistências da ala esquerda do PT.

Aliás, o convite feito ao PT por Itamar Franco para integrar o seu governo foi motivo de mais tensões e desentendimentos internos, culminando na saída de Luíza Erundina do partido, por não seguir a recomendação partidária, contrária à sua participação, causando enorme desgaste político.

A ausência de resultados práticos e imediatos no combate à inflação e a questão das privatizações praticamente imobilizava o governo de Itamar Franco, aparecendo para a opinião pública como fraco e ineficaz.

Nesta altura dos acontecimentos, Lula e Paulo Maluf apareciam como prováveis oponentes no embate eleitoral de outubro de 1994, enquanto o PSDB de Fernando Henrique Cardoso se rearticulava diante da derrota do parlamentarismo, sua bandeira, no plebiscito. Como o PT se definiu pelo presidencialismo, o PSDB

enterrou de vez a idéia de aliança e decidiu construir candidatura própria à presidência.

Para evitar nova polarização entre “direita e esquerda”, intelectuais e empresários propuseram uma saída pelo “centro”, como caminho para aglutinar forças dispersas. Observa-se que nem as próprias elites foram capazes de convencer a população quanto à conveniência do parlamentarismo, apesar de se considerarem pólo de agregação e celeiro de idéias.

Rodrigues (2000, p. 273) conclui que para estas elites está claro que governar “[...] é estabilizar a moeda e realizar o consenso do Estado mínimo [...]”. E argumenta que para elas a questão primordial diante da crise de governabilidade que Itamar Franco enfrentava, era necessária e urgente a implantação de uma política econômica eficaz e assim estancar a crescente insatisfação e mobilização social, neste momento irremediavelmente favorável à esquerda.

Após muitas idas e vindas e após inúmeras crises e denúncias contra seus ministros, Itamar Franco acabou se rendendo às pressões para uma ampla reforma ministerial, convidando entre outros, o chanceler e sociólogo , para assumir o Ministério da Fazenda e dando-lhe total autonomia para reorganizar a economia, cedendo, de fato, a gestão pública ao PSDB.

Apesar das tensões e incertezas, aos poucos se estabeleceu no país um clima de alívio diante perspectiva de que agora se tinha de fato alguém com apoio e cacife suficientes para gerir. Não só a economia, mas toda a coisa pública, sendo imediatamente apontado como solução pelo até então órfão “centro”. Parece que no fundo, era o que o PSDB precisava para definir efetivamente o seu candidato próprio à presidência. Havia algumas lideranças expressivas, como Ciro Gomes, Tasso Jereissati e Mário Covas, além do próprio Fernando Henrique Cardoso. Bastava agora produzir resultados na área econômica para tal.

As primeiras medidas de controle fiscal, apresentadas no Congresso foram surpreendentemente bem aceitas, tanto pelos parlamentares, quanto pelo empresariado em geral, até porque era a única alternativa naquele momento. A partir de então, o PSDB priorizou a pauta econômica em seus embates eleitorais, enquanto o PT se voltou para a questão da ética na política, reclamando uma

política econômica mais inclusiva. O PT denunciava o clima de desânimo cívico evidente diante da não punição dos envolvidos no esquema PC-Collor, da alta taxa de inflação e do desemprego.

Por outro lado, pesquisas de opinião procuraram levantar o perfil do futuro presidente, aparecendo como primordiais a honestidade e a experiência e competência para conter a pobreza e resolver os problemas sociais e econômicos, revelando claramente o desejo do povo em ver estabilizada a economia e controlada a inflação, conforme comenta Rodrigues (2000).

Dentre as propostas de reforma montadas pela equipe de Fernando Henrique Cardoso, destaca-se a redução dos direitos sociais excessivos. Enfim, para o sucesso dos planos do PSDB, era necessário controlar o déficit orçamentário e aprovar reformas liberalizantes.

Como as medidas até então adotadas ainda não haviam surtido os efeitos desejados e necessários, o então Ministro do Planejamento, Edmar Bacha começou a traçar as primeiras linhas de um novo pacote econômico, que, entre outras, visava substituir o Cruzeiro Real por uma moeda forte, um indexador geral. O sucesso deste pacote, no entanto, dependia da aprovação do Congresso e das reformas constitucionais previstas, enfim iniciadas no segundo semestre de 1993.

Havia milhares de propostas revisionais e de emendas, com um teor altamente favorável à abertura da economia para o mercado, ao contrário do Congresso Constituinte. A revisão foi ofuscada e quase paralisada pelas sucessivas denúncias de corrupção de CPI's. Naquele momento, o governo paralisado já aceitava a idéia de antecipar as eleições na tentativa de dar um novo fôlego e novas perspectivas ao país.

Neste íterim, o Congresso aprovou a nova lei eleitoral que trazia no seu bojo uma série de dispositivos, visando diminuir os espaços e as chances do PT na campanha presidencial, especialmente pelas restrições impostas à propaganda eleitoral televisiva, um dos trunfos do partido, além de versar sobre o financiamento de campanhas, estabelecendo um teto para as doações de empresas, bem como, criando novos prazos para as filiações partidárias. A intenção do PSDB e a esta

altura da direita também, conforme comenta Rodrigues (2000, p. 313-319), era conter qualquer mobilização eleitoral de massa.

Enfim, o ministro candidato, apesar de não ter oficializado a sua candidatura, anunciou as tão esperadas medidas de estabilização monetária. A instabilidade política e a falta de alternativas favoreceram a aprovação destas medidas por parte do Congresso, que incluíam um indexador geral chamado URV (Unidade Real de Valor), com valor equivalente ao dólar e que depois se transformaria em moeda, na medida em que os contratos estivessem todos feitos na nova unidade de referência, além da aprovação de um Fundo Social de Emergência.

O Plano Real, implementado por Fernando Henrique Cardoso, ainda na esteira do plano Collor, traz embutidas as premissas neoliberais, por supor, dentre outras, que o desenvolvimento do Brasil no mercado globalizado só será possível se o país se ajustar à nova realidade internacional, promovendo a abertura comercial, promovendo assim o aumento da concorrência e como consequência desta, o aumento da produtividade e da competitividade, o que, segundo esta concepção, provocaria a diminuição da pobreza e da concentração de renda.

Como vimos na exposição de seus objetivos, o PT se opõe programaticamente a este tipo de proposta, por entender que não distribui renda, pelo contrário, e que a política de privatização culminaria na perda da própria autonomia política e econômica do país, bem como, significaria a depredação e entrega do patrimônio público ao capital internacional. E mais, a defesa da privatização é parte integrante do programa da social-democracia. À qual o PT se opõe veementemente.

A aprovação destas medidas não foi feita sem arranjos e acordos secretos entre os interessados na divisão do bolo eleitoral de outubro de 2004. Entre os principais interessados estavam o PFL e o PMDB, de cujos votos o Ministro da Fazenda necessitava no Congresso, condicionando, inclusive, a sua permanência no cargo à aprovação das medidas consideradas necessárias. Enquanto estas alianças eram articuladas por Fernando Henrique Cardoso, Lula seguia liderando nas pesquisas de opinião e não deixava de ser uma alternativa, ainda que remota, para uma possível coligação com o PSDB.

Por outro lado, o 9º Encontro nacional do PT, realizado entre os dias 29/04 e 01/05, preparado para lançar oficialmente o nome de Lula à sucessão de Itamar Franco, revelou mais uma vez o embate interno das forças políticas que disputavam a hegemonia e os rumos da própria campanha, restringindo alianças e fazendo duras críticas ao plano econômico, acusando a aliança feita pelo PSDB de tentativa de direita se manter no poder e evitar a qualquer custo a vitória de Lula.

As críticas ao plano econômico, agora conhecido por Plano Real, consideram que as propostas eram neoliberais e representavam uma continuidade do plano Collor. Vejamos o que as conclusões do 9º Encontro Nacional dizem, entre outras coisas, a respeito do plano:

A ofensiva neoliberal, viabilizada pela eleição de Collor, sofreu um duro golpe com o *impeachment*. Desde então, fica cada vez mais claro para o país que só a candidatura Lula reúne condições para superar a crise e retomar o desenvolvimento, com distribuição de renda, riqueza e poder. Sabedoras disso, as forças conservadoras movimentam-se, desde 1992, com o único intuito: impedir nossa vitória eleitoral. É por isso que as elites se esforçaram para impedir que o movimento Fora Collor fosse além da reivindicação de ética na política e passasse a contestar também o neoliberalismo e a privatização do Estado. [...] Em todos os episódios – movimento pelo *impeachment*, unidade nacional em torno do governo Itamar, plebiscito sobre o sistema de governo, revisão constitucional – nosso partido acertou globalmente, derrotando total ou parcialmente as manobras que visavam impedir nossa vitória ou, simplesmente, nos descaracterizar, transformando-nos em fiadores do pacto entre as elites. [...] É fundamental que o PT, nossos economistas, nossos parlamentares, passem à ofensiva no combate público ao plano, fundamentando de forma consistente nossa oposição a ele, que não esgota em seus aspectos eleitorais. [...] As eleições de 1994 representam uma oportunidade ímpar na história de nosso país. Com Lula, a classe trabalhadora e o conjunto das forças autenticamente democráticas do Brasil têm ao alcance das mãos a chance de conquistar a Presidência da República, para inaugurar um período de profundas mudanças estruturais. (Projeto Memória, 1998, p. 578-584).

A partir deste encontro, Lula procurava apresentar-se como alternativa viável aos setores mais resistentes da sociedade, especialmente o empresariado, inclusive junto à Rede Globo, que procurava ignorá-lo enquanto realidade inevitável no processo sucessório, ignorando-o quase por completo.

A chapa enfim montada por Fernando Henrique Cardoso, como resultado de suas articulações, trazia Guilherme Palmeira do PFL como vice, caracterizando uma aliança de centro-direita, inclusive plenamente assentada no governo.

Com o lançamento da nova moeda, o Real, em julho de 1994, substituindo a URV, em paridade com o dólar, a inflação em queda e com o apoio da maioria do Congresso e do empresariado em geral, a candidatura de Fernando Henrique Cardoso enfim decolou, colocando em seu discurso Lula como o candidato da inflação. Diante dos primeiros resultados das medidas estabilizadoras, ser contra o Real era ser contra a estabilidade monetária. Por outro lado, o PT procurava passar a idéia de que o plano econômico não passava de um “estelionato eleitoral”.

Problemas com denúncias de favorecimento de seu vice José Paulo Bisol, culminaram na sua substituição pelo economista e deputado Aloísio Mercadante. Coube-lhe a tarefa de explicar ao eleitorado de que o PT na verdade não era contra o Real, que naquele momento já havia caído nas raças da população, especialmente pelo controle da inflação. Por outro lado, Fernando Henrique Cardoso também teve que substituir o seu vice por problemas semelhantes ao vice de Lula, colocando em seu lugar, o senador Marco Maciel, do PFL.

Em agosto a inflação medida registrava 5% e a estabilização monetária era enfim realidade. O plano do PSDB dera certo e a vitória de Fernando Henrique Cardoso estava praticamente garantida. O PT continuava falando quase sozinho contra o plano sem conseguir reverter o quadro e, em 3 de outubro Fernando Henrique Cardoso foi eleito ainda no primeiro turno com 54% dos votos válidos. O embate entre direita e esquerda ensaiado em 1989, acabou não acontecendo por conta da aliança de centro-direita formada em torno do plano de estabilização monetária.

Restou ao PT o consolo de ter conquistado mais um pouco de espaço político, popularizando e massificando seu discurso, bem como, de ter conquistado o aumento expressivo de votos pelo país. Destaca-se ainda a eleição de dois governadores: Cristóvam Buarque no Distrito Federal e Vítor Buaiz, no Espírito Santo, após disputa acirrada no segundo turno, como veremos a seguir.

## 2.2 Entre a esperança e a insegurança

No início de 1994, a candidatura de Vítor não estava efetivamente posta e nem clara para o partido como um todo, especialmente devido à especulação em torno da possibilidade da candidatura do ex-governador Gerson Camata, agora senador da república, porque era considerado um dos políticos mais proeminentes do Espírito Santo.

Finalmente em de 11 maio, Gerson Camata anunciou oficialmente que não era candidato. Nesta altura do ano, Vitor surgiu como um nome bem cotado na opinião pública, junto com outro candidato de destaque, o ex-governador Max Mauro, os quais foram oficializados pelas respectivas agremiações partidárias ainda no final de maio. Vitor procurou formar uma aliança eleitoral com a ala mais progressista do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), mas foi desautorizado pelo diretório nacional do PT. Diante disto, o PT formou uma coalizão eleitoral com seus aliados tradicionais, o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B). O líder do PSB, Renato Casagrande foi lançado como candidato a vice-governador.

No final de maio, ao término do prazo, foram registradas quatro candidaturas: Vítor, Rose de Freitas, Max Mauro e Cabo Camata. Inicialmente, parecia que Max Mauro seria o adversário mais difícil para o PT, entretanto a candidatura de Vitor cresceu e passou a receber apoio cada vez maior de integrantes de outros partidos, inclusive do prefeito de Vitória, Paulo Hartung. Em parte isto se deve à sua imagem de moderado e à avaliação positiva da opinião pública sobre sua administração em Vitória entre 1989 e 1992.

Havia críticas sobre o seu estilo de governar, mas que vinham principalmente do seu próprio partido, o PT, como veremos oportunamente. Porém, à medida em que as eleições se aproximavam, a candidatura de Vítor Buaiz mantinha-se na preferência, polarizando com a de Cabo Camata, cujo índice de preferência do eleitor, possibilitou-lhe chegar ao segundo turno, obtendo 27,33% dos votos válidos, enquanto Vítor obteve 46,63%.<sup>32</sup>

---

<sup>32</sup> Em números absolutos, Vítor obteve 495.948 votos contra 290.677 de Cabo Camata.

O fato surpreendente é que Cabo Camata era relativamente desconhecido antes das eleições de 1994, em compensação, Max Mauro, por exemplo, era ex-governador. Foi policial, ex-presidente da Associação dos Cabos e Soldados do Espírito Santo e deputado estadual eleito no pleito de 1989. Com uma campanha populista, angariou expressiva simpatia entre os menos favorecidos. Neste aspecto ele foi ajudado por vários fatores, inclusive a crise econômica nacional dos anos oitenta, que provocou o empobrecimento da população, aumentando a violência, gerando um clima de desânimo e insegurança.

A maior parte desta população, simpatizante da sua postura e de seus discursos inflamados, vivia nas periferias dos grandes centros urbanos, de onde vinham as pressões por serviços sociais mais efetivos, das quais o Estado não dava conta, problemas estes agravados, como discutimos anteriormente, devido à grande migração em busca de emprego no setor industrial, que recebera tantos incentivos na década de setenta, gerando considerável massa de desempregados, dos quais muitos viraram criminosos, aumentando com isto o medo e a violência.

Além dos problemas sociais e econômicos, bem explorados por Cabo Camata, outros fatores contribuíram para o crescimento da sua candidatura, tais como a tradição paternalista e autoritária, muito presente no imaginário afetivo do povo pobre, e a ausência de um governante que se impõe como autoridade, que encarnasse efetivamente o poder como nos tempos do autoritarismo do regime militar, quando a polícia agia. Com métodos severos. Cabo Camata preencheu magistralmente esta imagem, satisfazendo as emotivas latentes no senso comum dos eleitores mais simples neste momento histórico. Em seus discursos prometeu restaurar a segurança, agindo com rigor frente à marginalidade.

Como Vítor não havia conquistado a maioria de 50% dos votos válidos no primeiro turno, exigidos pela lei eleitoral, teve que enfrentar o segundo colocado Cabo Camata, num segundo turno. Neste período, a campanha eleitoral se caracterizou por tensões e turbulências, sendo necessária, inclusive, a presença da polícia federal nos locais de votação para assegurar a tranqüilidade do pleito.

Cada candidato tratou de buscar apoio nos mais diversos setores da sociedade para ampliar suas bases e superar o adversário. Assim, Vítor obteve apoio do candidato



derrotado Max Mauro e de outras lideranças políticas, de empresários, intelectuais e da esquerda como tal, e até do PSDB, enquanto Camata obteve apoio de políticos e especialmente da Federação da Agricultura, ligada à UDR (União Democrática Ruralista), braço político dos grandes proprietários de terras e frontalmente contrária à política agrária defendida pelo PT e pela esquerda. Porém, Camata conseguiu polemizar e chamar a atenção para um tema aparentemente localizado, provocando repercussão nacional, ou seja, o problema da segurança pessoal e pública, vendendo uma imagem de um mocinho valente que veio para combater crime, enquanto Vítor aparecia como candidato tolerante e frágil ou impotente. Cabia, portanto, ao eleitorado fazer a escolha.

Na medida em que o dia da eleição se aproximava os ânimos acirravam e a incerteza sobre a vitória de Vítor tomava conta, pois as pesquisas indicavam que a vantagem obtida no primeiro turno praticamente inexistia, gerando mais tensões e destemperos verbais de aliados de ambos os lados, quando Camata chegou a ser comparado a Hitler.

Inclusive, recém eleito presidente da república, ainda no primeiro turno, manifestou apoio a Vítor, gerando grande constrangimento no interior do PT capixaba e entre seus aliados da esquerda.

Enfim, Vítor foi eleito com 55,49% contra 44,59 % dos votos válidos, revelando que a votação mais expressiva de Vítor aconteceu nos grandes centros urbanos, enquanto Cabo Camata foi favorecido pelo interior do Estado.

A coligação original entre PT, PSB e PC do B, elegeu apenas sete deputados, sendo que a maioria era do PFL, PTB PPB, especialmente, considerados de direita. Este quadro era o prenúncio de futuras dificuldades para o novo governador, em vista da governabilidade.

Toda problemática envolvendo a bancada petista e as alianças feitas por Vítor Buaiz na Assembléia são abordados no próximo capítulo.

### **III A CRISE ANUNCIADA**

No nosso terceiro e último capítulo procuraremos retomar um pouco da história do PT no Espírito Santo, com a sua caracterização ideológica e seus blocos e/ou forças internas e a relação/história do candidato Vítor Buaiz com o partido, através da reconstrução de uma breve biografia política.

Feita esta contextualização histórica, serão identificados, descritos e analisados os diversos fatores que provocaram as tensões e conflitos entre o PT e o governador, culminando com a saída de Vítor do partido, em agosto de 1997, junto com um considerável grupo de correligionários.

Os dados em que nos apoiamos para a elaboração deste capítulo foram obtidos principalmente nas “Bases para o programa de governo”, além de documentos e análises internas do partido, confrontando-as com as ações políticas e administrativas, publicadas no Diário Oficial e na imprensa escrita, bem como, pelos depoimentos recolhidos através de entrevistas com o ex-governador e representantes das principais tendências na época.

#### **1 O PT NO ESPÍRITO SANTO**

No Espírito Santo, o PT surgiu na mesma época em que se realizaram as primeiras reuniões e mobilizações nacionais, tendo em vista a elaboração da carta de princípios, verificando-se a participação ativa de lideranças capixabas, especialmente ao longo de 1979.

O PT se estabeleceu no Espírito Santo em condições semelhantes às de outras regiões, inclusive quanto à configuração ideológica. Dado à profundidade de seu apoio em áreas urbanas, como São Paulo e Porto Alegre, parece evidente que sua inserção e adesão mais forte no Espírito Santo esteja entre os trabalhadores dos setores industriais e públicos na capital Vitória e nos municípios circunvizinhos, especialmente Vila Velha, Cariacica e Serra, na região conhecida como Grande Vitória. Naquela época a Grande Vitória já concentrava a metade da população do

estado, conforme dados do IBGE, fato este favorável ao crescimento do PT, pois havia mais de 250.000 habitantes em cada um dos quatro municípios que então compunham esta região.

Embora o PT tenha atraído grande apoio e aceitação em Vila Velha e Vitória, ainda não podia ser considerado um partido grande no início dos anos 90. Faltavam em seus quadros lideranças politicamente expressivas e representativas na sociedade, permanecendo em evidência praticamente as mesmas pessoas que ajudaram a fundar o partido. Entre estas lideranças podemos citar Cláudio Vereza, Vitor Buaiz e Perly Cipriano, dos quais dois ainda permanecem proeminentes dentro do PT, nos dias atuais. Evidência da força que o partido estava adquirindo foi a vitória de Magno Pires da Silva, nas eleições municipais em Vila Velha, em 1987, a despeito das poucas possibilidades aparentes.

Vale lembrar que Magno Pires foi eleito para um *mandato tampão* de um ano, em decorrência da Legislação eleitoral que estabelecia critérios de impedimento para os que pretendiam concorrer às eleições que, na oportunidade, elegiam os deputados constituintes em outubro de 1987. Neste período, Magno governou aliado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB). Foi a primeira eleição de um petista para um cargo executivo no Estado e uma das primeiras do país. Tratava-se de importante desafio porque o PT não tinha nenhuma experiência administrativa anterior.

No período em questão, as principais Tendências nacionais existiam e estavam representadas no PT, no ES, disputando espaços e participando das discussões em nível regional e nacional. A maior parte dos fundadores, em Vitória, identificava-se com a Articulação, que foi o primeiro grande bloco a se formar dentro do partido, embora não se assumisse como tendência. A nível nacional, seu principal representante era o candidato presidencial Lula e o presidente do partido, José Dirceu.

No final dos anos 80, a Articulação capixaba tinha entre seus nomes o prefeito de Vitória, Vitor Buaiz, o seu vice-prefeito Rogério Medeiros, o candidato anterior do PT para governador Perly Cipriano, o presidente do partido no estado, Cláudio Vereza, bem como, José Baiôco, Juca Alves e os vereadores de Vitória Gilsa Barcellos e João Carlos Coser.

Assim como a nível nacional, a Articulação no Espírito Santo se originou a partir de lideranças ligadas a movimentos sociais, sindicalistas e às pastorais da Igreja Católica, principalmente. Era um bloco numeroso que procurava manter o controle do partido contra as pretensões de outras tendências.

A Articulação já se apresentava politicamente dividida em dois setores, que se distanciaram a partir da luta social no campo: um em torno dos trabalhadores rurais sem terra e outro formado por sindicalistas rurais. Eram unidos apenas nas questões mais imediatas e no objetivo partidário maior, que é a conquista do poder. Porém, as estratégias, sobre como alcançar este objetivo constituíam o núcleo de divergências constantes. Vale lembrar, que uma das características pelas quais o PT é conhecido, é a de se constituir como espaço de discussão democrática.<sup>33</sup>

Porém, apesar de aparentemente sufocar, a Articulação disfarçou diferenças ideológicas entre seus afiliados enquanto pôde, o que levou à divisão da tendência em dois blocos em 1987: a Articulação do A e a Articulação do B, posteriormente denominadas de Unidade na Luta e Opção de Esquerda, respectivamente. Enquanto Vítor, Rogério Medeiros, Juca Alves e Perly Cipriano, entre outros, se agrupavam na Unidade na Luta, Coser, José Baiôco, Cláudio Vereza e Gilsa Barcelos, entre outros, associaram-se na Articulação do B. O Espírito Santo foi o primeiro estado no Brasil a ver esta divisão dentro da Articulação.

Durante a gestão de Vitor na Prefeitura as diferenças e divergências já foram bastante sintomáticas, mas contornadas ou minimizadas pela boa aceitação de seu governo. Os grupos mais à esquerda, no interior do partido, criticavam constantemente a administração de Vítor, como por exemplo, a presença de pessoas próximas ao prefeito, integrando a administração, ligadas ou filiadas ao PSDB, na mesma medida em que procuravam conquistar mais espaço. As tensões evidenciaram-se por completo, principalmente a partir da exoneração de Terezinha Cravo, da Articulação do B.

A Unidade na Luta propunha-se um perfil mais moderado e a tendência a articular-se para fora do partido, enquanto a Opção de Esquerda apresentava a tendência a

---

<sup>33</sup> Estas divergências são discutidas no 3º Encontro Estadual da Articulação. Vitória, 16 de abril de 1988.

articular-se para dentro do partido, portanto, recebeu o apoio de tendências menores como a moderada Democracia Radical e a Força Socialista (marxista-leninista), à qual pertence a deputada Brice Bragato, dando vantagem a este grupo nas eleições internas, especialmente em julho de 1997, por ocasião da eleição do novo Diretório Regional, ocasião na qual a Articulação do A perdeu a hegemonia interna para a Articulação do B ou Opção de Esquerda. Em 1994, as principais Tendências e seus representantes mais expressivos eram:

<b>Força Socialista (FS)</b>	Brice Bragato, Robson Neves (antes de 1995).
<b>Democracia Socialista (DS)</b>	Carlos Lobo, Otaviano de Carvalho.
<b>Articulação do A (Unidade na Luta ou Advertência)</b>	Sílvio Manoel dos Santos, Perly Cipriano, Rogério Medeiros, Vítor Buaiz, Juca Alves, Auta Fernandes da Trindade, Robson Neves (a partir de 1995).
<b>Articulação do B (Opção de Esquerda ou Hora da Verdade)</b>	João Coser, Iriny Lopes, José Baiôco, Cláudio Vereza, Magno Pires da Silva, Tarcísio Vargas.
<b>O Trabalho</b>	Paulo Vinhas, Luciano Avellar.
<b>Independentes</b>	Aloísio Kröhling e Hélder Salomão

**Quadro 2 – As principais tendências e representantes**

Escaldado pela oposição que sofreu por parte de um grupo de petistas à sua candidatura à prefeitura de Vitória, em 1988, além das divergências internas durante o seu mandato à frente da prefeitura, Vitor e seus partidários da Articulação do A ou Unidade na Luta trataram de conquistar o controle do Diretório Regional do PT. Em 1993, a Unidade na Luta não só conquistou a maioria das cadeiras na executiva regional, como elegeu Vítor presidente regional do PT, o líder de fato do PT no Espírito Santo, abrindo considerável vantagem na disputa pela indicação do candidato do partido às eleições para o governo do estado.

Como indivíduo proeminente e afiliado do partido, e como ex-prefeito de Vitória, com altíssimo índice de aprovação por parte da população, Vitor começou um processo de negociação interna para consolidar a sua candidatura para governador. Neste processo, Vitor foi ajudado pela criação de um programa petista para governo

elaborado e acordado pelo conjunto das tendências do PT, coordenado por Magno Pires da Silva, pertencente ao grupo mais à esquerda do partido, a tendência Hora da Verdade ou Opção de Esquerda.

Apesar das divergências internas, e do aparente equilíbrio de forças, o partido se manteve coeso e caminhou relativamente unido, tanto na indicação da candidatura de Vítor Buaiz ao governo do estado, quanto durante a campanha eleitoral. Era o único nome capaz de agregar forças e com chances reais de vitória.

## 2 VÍTOR BUAIZ E O PT

Vítor Buaiz é natural de Vitória e filho de uma das mais tradicionais famílias de empresários da capital. Estudou medicina na Faculdade de Medicina da UFES, formando-se em 1967. Iniciou a sua militância política enquanto estudante, quando fez parte do Diretório Acadêmico, sendo eleito como secretário do DCE, pela chapa de centro. Nesta época, a Fafi era o local predileto de encontro dos estudantes, onde eram promovidos os conhecidos bailes dos estudantes e, ao mesmo tempo, servia de espaço para discussões acadêmicas e políticas.

Em 1968 fez especialização na Santa Casa do Rio e, em 1969, já de volta a Vitória, Vítor empreendeu intensas atividades sociais, prestando atendimento comunitário no município da Serra e lecionando e auxiliando a Pastoral da Saúde, como membro ativo das Comunidades Eclesiais de Base (Ceb's).

Apesar de constantemente ter seu nome vinculado ao partido, Vítor não militou no PC do B, porém, foi professor de alunos ligados a ele, o que lhe causou uma prisão de 46 dias em 1972, período após o qual foi liberado sem ter comprovada a sua filiação.

Ao longo da década de 1970, Vítor despontou como importante liderança política, com um envolvimento intenso em torno dos interesses da sua categoria e em outras lutas políticas. Vítor liderou um grupo de médicos que se opunha ao projeto, do então Governador Eurico Resende de transformar a Fundação Médica em Autarquia, recriando assim o Sindicato dos Médicos, do qual foi eleito presidente em 1979.

Neste período, conheceu o jornalista Rogério Medeiros, que se tornou amigo particular, vice-prefeito e secretário estadual de finanças, além de terem participado juntos da criação da CUT – ES.

É um dos fundadores do PT no Espírito Santo, onde fez parte da tendência Articulação, maior agrupamento ideológico, tanto dentro do PT do Espírito Santo, quanto no PT nacional, integrando posteriormente o bloco Unidade na Luta, resultante da cisão interna da Articulação, junto com Rogério Medeiros e Perly Cipriano, entre outros. Vítor foi candidato a Deputado Federal em 1982 e também a prefeito da capital em 1985, sendo eleito na segunda tentativa para o Congresso Nacional em 1986 e em 1988 para a prefeitura da capital.

A sua gestão frente ao executivo municipal, entre 1989-1992, teve considerável aprovação popular, cerca de 82%, construindo e/ou consolidando uma imagem de político e administrador competente, democrático e ético, apesar das controvérsias entre as diferentes tendências do seu partido.

Após deixar o PT, Vítor filiou-se ao Partido Verde. Hoje, no entanto, não milita mais em partido político. Continua exercendo o magistério e trabalhando como clínico. Enfim, considera que o seu governo serviu de laboratório para o PT em todo país, cujas lições servem de referência para o atual prefeito de Vitória, João Coser e inclusive para Lula na presidência da República.

As diferenças e divergências internas surgidas durante o governo municipal, contribuíram consideravelmente para os conflitos internos que estouraram posteriormente durante o seu mandato de governador, divergências estas que serão abordadas a seguir.

### 3 SER OU NÃO SER: TENSÕES E CONFLITOS

Após a polêmica e até sofrida vitória de Vítor Buaiz, é hora de nos voltarmos para os motivos ou fatores que tornaram seu governo, nascido sob a égide da ética, da esperança e da transformação, em motivo de frustração, crises e até decepção, tanto para a sociedade, como para muitos militantes do PT.

Pela Lei eleitoral, até 1997, prefeitos, governadores e o presidente da república não podiam ser reeleitos, daí a necessidade de Vítor Buaiz procurar um candidato de confiança para a sua sucessão à prefeitura de Vitória. Neste sentido, apresentou ao partido o seu vice, Rogério Medeiros. Mas, na prévia do partido, o seu candidato foi derrotado por João Coser, da Opção de Esquerda, coligado com a Força Socialista e a Democracia Radical, especialmente, tendências mais de esquerda e que já tinham conflitos com Vítor na Prefeitura.

Para acirrar ainda mais os ânimos, e acentuar ainda mais as críticas iniciais das tendências de esquerda, de que Vítor pretendia fazer uma aliança de centro com o PSDB, ele não assumiu a decisão da prévia partidária, omitindo-se na campanha e ou fazendo declarações desfavoráveis ou contrárias ao candidato do seu próprio partido, conforme atesta João Coser: “O Vítor não assumiu a posição da convenção, apesar de ela ter sido extremamente democrática, o que inclusive combina com ele. Ele não participou da campanha. Foi em alguns eventos, mas participava de má vontade. Cumprimentar o Vítor durante a campanha foi coisa constrangedora, nunca deu um depoimento, e pelo contrário, toda vez que meu nome crescia um pouco nas pesquisas, o prefeito buscava uma entrevista na Rede Gazeta, onde ele dizia que eu não estava preparado para ser prefeito de Vitória. Eu até era uma boa pessoa e tudo, mas que eu não estava preparado ainda para ser prefeito de Vitória, e o colunista da Gazeta, José Carlos Corrêa, - que é muito amigo do Vítor, - fez naquela época, seis colunas de opinião, contrárias à minha candidatura. Quase todo dia, segundo a linha e a orientação do Vítor, reafirmando a falta de condição para que eu fosse prefeito de Vitória, por causa do meu preparo”.

Já Vítor justifica sua atitude de não apoiá-lo, por que mesmo antes da campanha, o seu grupo sempre criticou o seu governo, com os quatro vereadores do partido, fazendo-lhe oposição sistemática na Câmara Municipal. Durante a campanha estas críticas teriam continuado. Assim, justifica Vítor, “Não podia defender a candidatura dele, nem procurar empresários para arranjar recursos, pois ele não significava a continuidade do meu governo, ele tinha uma concepção totalmente diferente do que era, aí a coisa rompeu em termos políticos”.

O resultado destes embates foi um partido dividido até o fim da campanha, quando o



candidato do PT foi derrotado por Paulo Hartung, do PSDB, inclusive com o apoio, não oficial, de Vítor Buaziz.

Como vimos na descrição sobre o contexto do segundo turno das eleições estaduais, parecia que o PT e a coligação original, formada com o PC do B e o PSB, juntamente com os outros apoiadores que aderiram à sua campanha na reta final, estivessem suficientemente unidos e comprometidos com a reconstrução do estado. No entanto, diversos fatores, ainda durante a própria campanha eleitoral, começaram a gerar incômodos dentro do próprio partido.

O PT sempre se posicionou frontalmente contrário às políticas neoliberais implantadas no Brasil a partir do governo Collor e confirmadas e revigoradas pelo Plano Real, implementado pelo então ministro da fazenda e sua equipe. Plano este, aliás, que alavancou a sua candidatura e a projetou de forma irreversível, levando-o à vitória ainda no primeiro turno, derrotando de forma incontestável o candidato do PT, Luis Inácio Lula da Silva.

Diante da real possibilidade de Vítor sofrer uma derrota indesejada no segundo turno, houve mobilizações em prol do apoio do recém eleito presidente, cujo encontro para este fim teria sido articulado por lideranças expressivas do PSB regional, especialmente o prefeito de Vitória, Paulo Hartung e o senador, José Ignácio Ferreira.

Esta busca de apoio foi considerada extremamente decisiva e necessária por Rogério Medeiros, seu assessor mais próximo e influente, e pelo próprio candidato a governador, diante do momento delicado e da possibilidade de um retrocesso político de conseqüências imprevisíveis, como a possibilidade do crime organizado se instalar no governo do estado com a eleição de Cabo Camata.

Sobre esta polêmica, João Coser, da Hora da Verdade e Aloísio Kröhling, Independente, afirmam que este apoio não era necessário, enquanto Brice Bragato considera que, diante da ameaça real de Camata, todo apoio era bem vindo, mas tem dúvidas se valeu a pena.<sup>34</sup>

---

<sup>34</sup> As opiniões e/ou comentários, tanto do ex-governador, quanto dos representantes da diferentes tendências internas do PT no ES, são resultado de entrevistas exclusivas concedidas ao autor deste trabalho encontram-se, na íntegra, no Apêndice 2.

Quanto à Assembléia Legislativa, dos seus 30 deputados recém eleitos, apenas quatro eram do PT, a saber: Cláudio Vereza, José Baiôco, da Hora da Verdade, Brice Bragato, da Força Socialista e Juca Alves, representante da tendência de Vítor Buaiz, a Unidade na Luta. Vejamos como estava configurada a Assembléia Legislativa do Espírito Santo em janeiro de 1995:

PT, PDT, PMDB, PSDB e PPB	4 deputados cada
PTB e PSB	3 deputados cada
PFL	2 deputados
PL e PMN	1 deputado cada
Total	30 deputados

**Quadro 3 – Os partidos e sua representação na Assembléia Legislativa em 1995**

A coligação PT e PSB, elegeu apenas sete deputados (O PC do B não conseguiu eleger nenhum deputado). Percebe-se por este quadro, que o perfil ideológico heterogêneo dos seus deputados, sugeria a necessidade de alianças estratégicas com outros partidos, como o populista PDT, ou com outro mais ao centro, como o PSDB e o PMDB, por exemplo, para se conseguir a maioria necessária em vista da governabilidade.

O vereador e ex-secretário de comunicação de Vítor, Otaviano de Carvalho, da tendência Democracia Socialista, juntou-se ao grupo dos petistas após as eleições municipais de outubro 1996, quando o deputado José Luiz Balestrero, do PSB, foi eleito prefeito por Viana.

Otaviano de Carvalho (DS), como Secretário de Comunicação e Magno Pires (Opção de Esquerda), como Secretário de Planejamento e Gestão Estratégica eram os únicos integrantes do primeiro escalão que não pertenciam à tendência majoritária de Vítor (Unidade na Luta), além de nomeações políticas de cunho pessoal. Robson Neves da Democracia Radical, Chefe de Gabinete e depois Secretário da Educação, tornou-se aliado de primeira hora do governador, optando por fazer parte também da Unidade na Luta.

Outras lideranças petistas, ligadas à Unidade na Luta fizeram parte do gabinete de Vítor, como Perly Cipriano, Secretário de Cidadania e Justiça, Pedro Benevenuto Júnior, Secretário de Saúde e Fernando A. B. Bettarello, Secretário de Transportes.

O Secretário de Fianças era inicialmente Ricardo Santos, do PSDB, mas foi substituído ao longo do primeiro ano de mandato por Rogério Medeiros, que ocupava a função de Chefe da Casa Civil.

Desde a prefeitura de Vitória (1989-1992), o tom do governo Vítor sempre tendeu para a moderação, prática assumida também no governo do estado, enquanto a bancada petista na Assembléia mostrava-se mais militante, de tom mais esquerdista. O único parlamentar que não se enquadrava neste perfil era Juca Alves, que se tornou porta-voz do governador. Mesmo que quisesse apoiar o governo Vítor de forma mais ampla e consistente, este grupo se via em minoria. Com o apoio dos três deputados do PSB e até mesmo com Max Filho do PTB, que também se alinhava à esquerda, não passavam de um grupo minoritário de sete deputados.

As desconfianças entre Vítor e a bancada petista aumentaram a partir da escolha dos nomes do primeiro escalão, constituindo o assim chamado núcleo de governo. Quando fez nítida opção preferencial pelos petistas ligados à tendência Unidade na Luta, embora João Coser, da Opção de Esquerda, tenha sido também convidado, recusando, no entanto, o convite, conforme declarou.

Estas diferenças se alargaram quando Vítor, em nome da governabilidade fez alianças com a Assembléia, consideradas de direita pela bancada petista, comprometendo o programa de governo do PT. Este fato se comprovaria pelo apoio de Vítor à eleição de um candidato do PFL para a Comissão de Finanças, uma das mais importantes da casa. Este deputado teria apoiado Cabo Camata durante a campanha eleitoral, além de ter feito críticas duras à bancada petista. Assim, estava anunciada, desde o início do governo, a crise entre PT e Vítor.

Como já dissemos acima, qualquer prefeito, governador ou presidente que queira implementar um programa de governo para o qual foi eleito, necessita do apoio do legislativo e, como é praticamente impossível que seja eleita uma maioria absoluta de um único partido, ou até de uma única coligação, as alianças são necessárias, fato também compreensível no caso de Vítor Buaiz. O problema é com quem se aliar e em troca de quê. No Brasil, assim como no ES, estes apoios normalmente trazem retorno na forma de nomeações importantes e cargos públicos pelo interior do estado, prática que o PT sempre condenou.

As tensões entre Vítor e o partido, já presentes na prefeitura, tornaram-se mais intensas e públicas por ocasião do governo do estado; foram objeto de inúmeras reuniões e tentativas de acordo ou reconciliação por parte do Diretório Nacional.

Mas o envolvimento do Diretório Nacional não estava somente limitado ao debate ideológico contínuo que aconteceu entre Vitor e a oposição do PT. O ano de 1996 era um ano de eleições municipais e o Secretário de Comunicação de Vítor, Otaviano de Carvalho, afastou-se do governo para se candidatar à prefeitura de Vitória. Otaviano era membro da DS, ideologicamente oposta à Unidade na Luta, que dominava o Diretório Regional do partido. Em junho, período da definição do provável candidato do partido, o nome de Otaviano aparecia como o preferido, o que provocou mais atritos e distanciamento ainda maior com o governador.

Tradicionalmente, o PT sempre se aliou com partidos de esquerda, como o PPS, PC do B e o PSB. Mas divisões internas do partido, no Espírito Santo, tinham chegado a tal ponto, que o deputado José Baiôco chegou a acusar Vítor de fazer alianças com partidos de direita como o PFL e o PPB pelo interior do estado, com o intuito de continuar recebendo o apoio de suas bancadas. Estas suspeitas se baseiam no comentário do Secretário da Casa Civil, Robson Neves, afirmando que estes partidos jamais votaram contra os projetos do governo na Assembléia.

Mais adiante as críticas aumentaram ainda mais pelo fato de Vítor ter declarado que não apoiaria o eventual candidato do partido à prefeitura de Vitória, Otaviano de Carvalho, afirmando que não seria oportuno, enquanto governador, entrar nesta discussão. No entanto, e contraditoriamente, declarou apoio ao candidato do PSDB, Luiz Paulo Velloso Lucas, no final de setembro, quando se aproximava a eleição. Esta decisão se justificaria pela necessidade de garantir a governabilidade, uma vez que o PSDB e o PFL haviam sido favoráveis às suas propostas de reconstrução do estado, enquanto a bancada do PT lhe fazia oposição sistemática. É notória e histórica esta dificuldade de o Executivo conseguir o apoio necessário na Assembléia.

Assim sendo, também é difícil que um partido que está no governo consiga aplicar o seu programa de governo sem concessões e ajustes. Por isso, as críticas mais ácidas das esquerdas do PT se referirem ao não cumprimento do programa de

governo elaborado democraticamente por representantes de todas as tendências, como plataforma de um possível governo petista e base para discussão de qualquer aliança eleitoral.

Ao optar pelo apoio ao candidato do PSDB, Vítor estava fazendo uma aposta de alto risco, pois uma possível derrota de Luiz Paulo poderia significar a rejeição de medidas e projetos polêmicos, apresentados à Assembléia e considerados necessários para a reestruturação e equilíbrio financeiro do estado. Enfim, Luiz Paulo foi eleito, além de ter conseguido eleger mais sete vereadores, enquanto o PT elegeu apenas dois, assim como também conseguiu eleger apenas dois em Vila Velha, município onde o partido sempre foi muito ativo. Com tantos desencontros, a imagem do PT no estado estava bastante arranhada, mas não a de Vítor, conforme pondera Rogério Medeiros, pois o partido só conseguiu eleger 65 vereadores em todo o estado naquele ano.

Após o primeiro ano de mandato, quando teve que dar conta dos planejamentos e previsões orçamentárias do governo anterior, Vítor reuniu a sua equipe de governo no início de 1996, no *Seminário de Planejamento Estratégico*, com o intuito de fazer uma radiografia do estado e redefinir ações que pudessem promover o equilíbrio financeiro do estado.

Dentre as ações definidas, uma foi especialmente criticada pela esquerda petista e pelos deputados do partido, que é a questão da revisão do Fundap. A ala esquerda sempre foi contrária a este tipo de incentivos fiscais, por favorecerem, segundo ela, somente algumas empresas privadas, sem retorno efetivo para a população. Segundo Rogério Medeiros, esta questão tinha que ser revista, uma vez que os incentivos dados às empresas fundapianas, pouco ou nada geravam ao caixa do estado. A definição do recolhimento de uma cota mensal de 7% da movimentação com importação e exportação aos cofres do estado foi aprovada.<sup>35</sup> Todas as medidas discutidas neste seminário e implementadas, não foram suficientes para equilibrar financeiramente o estado.

Por outro lado, a realidade do mercado internacional e nova realidade da economia nacional pregaram uma peça no PT e no governo Vítor Buaiz, agravando ainda mais

---

<sup>35</sup> Toda polêmica sobre a questão Fundap e os argumentos usados para a sua manutenção e

a sua situação financeira. Como vimos acima, o PT apostou suas fichas no fracasso do Plano Real. Baseado na realidade econômica pré-Real, o governo do PT projetou uma determinada taxa de inflação e, com as medidas implementadas, apostava no aumento da arrecadação. A partir desta perspectiva, aumentou o salário do funcionalismo em 25,34%, já em maio de 1995, logo no início de seu mandato, tentando demonstrar que veio para governar com e pelos trabalhadores. Resultado: o Plano Real promoveu um maior controle da inflação enquanto que a arrecadação no estado não aumentou, agravando com isso ainda mais a já caótica situação financeira. Em consequência deste fato, entre outros, o caixa do estado não deu conta, provocando atrasos no pagamento dos salários e, conseqüentemente, fazendo pipocar greves intermináveis, mais acentuadas na área da saúde e da educação e, por ironia do destino, geralmente comandadas por sindicalistas e lideranças petistas.

Esta mesma conjuntura, ditada pelo mercado internacional, agora também em pleno florescimento no país com a implementação das políticas neoliberais efetivadas pelo Plano Real, colocou o governo do ES literalmente contra a parede, na medida em que a rolagem das dívidas com a União, e novos financiamentos estavam condicionados à reestruturação e ajuste do estado, ao equilíbrio fiscal. E isso significava seguir o receituário implantado com o Plano Real.

Praticamente forçado pelas condições conjunturais, Vítor publicou no Diário Oficial do estado, no dia 09 de outubro de 1996, a lei N. 5.276, instituindo o *Programa de Desestatização, Reestruturação e Ajuste no Estado*. As medidas haviam sido aprovadas pela Assembléia Legislativa, com os votos contrários e muitas críticas da bancada petista, para os quais estas medidas sacramentavam a submissão total do governo aos ditames da política neoliberal de .

A mudança de rumos começou pela implantação do Conselho de Estado, com o intuito de romper com o isolamento ideológico-político-partidário e inserir o estado no processo de desenvolvimento nacional, conforme discurso do governador, publicado no Apêndice do D.O.E., do dia 09 de setembro de 1996. Vítor e sua assessoria entenderam que esta era a única alternativa para tirar o estado da crise em que se encontrava.

O programa previa, entre outras medidas, a diminuição da dívida pública, a reestruturação da administração pública, ou seja, a diminuição do quadro de pessoal e da folha de pagamentos, o aumento da arrecadação e a promoção de investimentos, além de estimular a livre concorrência. Neste sentido a esquerda petista tem razão: as medidas faziam parte do receituário neoliberal.

Por esta lei, o Poder Executivo também ficou autorizado a promover, por decreto, a desestatização e flexibilização das empresas em poder do estado. Dentre as principais medidas adotadas está a venda do restante das ações da Escelsa (3%), ainda em poder do estado; concessão da Rodovia do Sol à iniciativa privada; enxugamento da máquina administrativa mediante implantação do PDV (Plano de Demissão Voluntária); abertura do processo de privatização do Banestes.

Na tentativa de conseguir R\$ 300 milhões de reais de financiamento do governo federal para pagar duas folhas de pagamento atrasadas, ofereceu como garantia a Cesan (Companhia de Saneamento), avaliada em R\$ 650 milhões de Reais, conforme notícia publicada em A Gazeta, no dia 06/12/96. Estas medidas, além de provocar ainda mais a animosidade da parte oposicionista do PT, culminaram na convocação de Vitor à Executiva Nacional para se explicar.

Destacamos ainda um outro fator, não menos apimentado neste caldeirão de críticas e acusações: é a nomeação do deputado Gilson Gomes, do PPS, para a Secretaria de Segurança. Ele era acusado por petistas de manter ligação com grupos de extermínio no estado e de ter praticado atos de desrespeito aos direitos humanos. O que irritava ainda mais as lideranças petistas era que a reforma do secretariado não foi discutida e nem aceita pelo partido. Segundo nota emitida pela executiva Nacional, o partido perdeu influência nos rumos da administração no ES e exige mudança de rumo, conforme noticiou A Gazeta em 26 de março de 1997. No dia seguinte, Vitor afirma que não acata ultimato e que manterá Gilson Gomes na sua função.

Neste clima de embate constante, a militância também se queixa de que o governador simplesmente não respeitou o “modo petista de governar”, ao não incluir e nem ouvir os Conselhos Populares, ao de fazer uma administração centralizadora,

circunscrita apenas ao núcleo de governo, ocupado apenas por pessoas ligadas à Unidade na Luta.

Enfim, as entrevistas com o próprio ex-governador e os militantes revelam as dificuldades típicas dos partidos de inspiração socialista no trato das administrações públicas, mormente pela dificuldade de lidar com a burocracia estatal, pela resistência em dialogar com o mundo capitalista já globalizado e pela dificuldade de distinguir a instância partidária e sindical do governo, especialmente as tendências mais à esquerda, revelando a constante tensão e luta pela hegemonia. Neste sentido, Vítor afirmou na sua entrevista que “[...] *eles queriam que eu fosse governador do partido, que eu beneficiasse totalmente os sindicatos [...]*”.

A esta altura dos acontecimentos, o divórcio entre o governador e o partido estava iminente; era uma questão de horas ou de dias.

#### 4 UM REMÉDIO AMARGO: DA CRISE AO ROMPIMENTO

As relações de Vítor com a Direção Nacional do PT também estavam abaladas, especialmente após a aprovação de uma Resolução, em agosto de 1996, expressando solidariedade ao funcionalismo e exigindo que ele re-avaliasse as medidas recentemente adotadas e que implicaram em centenas de demissões.

No dia em que o projeto de desestatização foi aprovado pela Assembléia Legislativa, ocorreu uma violenta manifestação, inclusive com invasão do Palácio Anchieta, por militantes da esquerda petista e funcionários públicos. O confronto com a polícia retratava metaforicamente a relação de Vítor com o PT, pois a partir daquele episódio, membros da Executiva Estadual do PT pediram oficialmente à Executiva Nacional, a sua expulsão do partido.

Já diante das tensas relações do governador com a bancada petista na Assembléia, a Executiva nacional tentou mediar o conflito e recomendou a criação de um conselho político-partidário para acompanhar o governo, mas que nunca funcionou, segundo a deputada Brice Bragato.



Após uma semana de intensa crise interna, recheada por críticas ásperas de ambos os lados e que culminou com a saída de Rogério Medeiros do partido, no início de dezembro de 1996, a Direção Nacional conseguiu uma trégua entre o partido e o governador. Um alto dirigente nacional, Cláudio Vacarezza, veio investigar o vazamento de informações de uma reunião, realizada no dia 25 de novembro entre a alta cúpula nacional do partido, o governador Vítor Buaiz e as principais lideranças petistas do estado, com o objetivo de discutir a crise do partido no ES e a gestão de Vítor Buaiz. O vazamento de informações desta reunião para a imprensa foi o motivo da crise supra citada.<sup>36</sup>

Recordamos aqui que, por ocasião do desligamento de Rogério Medeiros, Vítor afirmava que não sairia do partido, conforme declaração feita em uma entrevista publicada em A Gazeta, em 08 de dezembro de 1996.

Em certo sentido, era necessária e urgente uma solução para a crise no PT capixaba, tendo em vista a necessidade de o partido caminhar unido para as discussões em torno de um programa de governo e das possíveis alianças em vista da eleição presidencial de 1998. Os dirigentes nacionais do partido estavam, cientes que a crise no estado repercutia negativamente em todo país. Na verdade, o vazamento das informações daquela fatídica reunião, representou o começo do fim entre Vítor Buaiz e o PT. Segundo ele, isto significou uma tremenda irresponsabilidade e a total quebra de confiança.

Para complicar ainda mais a situação de Vítor no partido, o Diretório Regional estava totalmente dividido. Para a oposição petista no ES, Vítor não passava de um partidário do governo neoliberal de e deveria ser expulso do partido, idéia ou desfecho que a Direção Nacional tentava contornar. Acerca da campanha pela expulsão de Vítor do partido, Rogério Medeiros afirma que na verdade, se trata de uma antiga luta interna do partido, luta pela sua hegemonia.

Como se já não bastasse o clima tenso entre o governador e a bancada petista, logo no início de 1997, Vítor decidiu participar ativamente das conversações em torno da

---

<sup>36</sup> Segundo Rogério Medeiros (informação verbal), dentre as informações que vazaram para a imprensa, e que deveriam ser sigilosas, de exclusivo interesse intra-partidário, estavam aquelas que tratavam de uma crítica/denúncia dele mesmo, na qual afirmava que a arrecadação da Receita Estadual não era maior devido à corrupção no setor.

composição da chapa para a eleição da nova Mesa Diretora da Assembléia Legislativa. Vítor endossou a candidatura de José Carlos Gratz do PFL, que havia trabalhado a favor de Cabo Camata. Segundo Vítor a razão desta decisão era clara: precisava de uma base estável de apoio na Assembléia e ele contava com Gratz para isto. Além desta razão, afirma Vítor, era necessário romper de vez com o engessamento que a esquerda petista lhe impunha, tendo em vista a continuidade de seu governo, e a necessidade de dar respostas à sociedade, pois fora legitimado no cargo pelo povo e não pelo PT. Era uma questão de cumprir o seu papel de governador, administrar de forma responsável e honrar a confiança nele depositada. Mas para a oposição petista este era um escândalo absoluto, um ato de delinquência política que justificava a sua exclusão do partido.

Gratz retribuiu a confiança nele depositada por Vítor, prometendo que trabalharia com severidade e que trabalharia a favor da aprovação das propostas apresentadas por Vítor à Assembléia. Dentre estas propostas estava um projeto de redução de custos, que implicaria no corte de pessoal. De fato, um dia após a sua eleição, foi anunciado que o Programa de Demissão Voluntária começaria em março. Pela proposta pretendia-se economizar R\$ 65 milhões com a folha de pagamentos do governo.

Em fevereiro de 1997, mais uma reunião de conciliação aconteceu entre Vítor, lideranças petistas regionais e a Executiva Nacional. Decidiu-se criar um fórum permanente de discussão entre os diferentes grupos em tensão no ES. A aparente trégua durou um mês apenas, culminando com a nomeação de Gilson Gomes para a Secretaria de Segurança, decidida sem consulta prévia ao partido, excluído das decisões importantes, e quebrando o pacto construído por ocasião da última reunião daquele fórum de discussões.

Como já vimos anteriormente, pesavam contra Gilson Gomes diversas acusações em relação com o crime organizado e sobre agressões aos direitos humanos, e significava a negação de tudo o que tinha sido denunciado durante a campanha eleitoral em 1994, especialmente no segundo turno.

Para a bancada petista, tratava-se de mais um ato de subserviência de Vítor em troca de apoio às suas propostas na Assembléia. A executiva Nacional exigiu de

Vítor a exoneração do novo secretário, ultimato que ele não atendeu, segundo ele, em nome da governabilidade e da responsabilidade que a função lhe exigia.

A reação dos servidores públicos foi propor um processo de *impeachment*, enquanto que a bancada o acusava de estar comprometendo ainda mais a já caótica situação financeira, em vez de solucioná-la e de não ter tratado a dívida do estado com a devida responsabilidade. Reconhecem que o estado precisa ser reformado e sugerem, entre outras propostas, começar pela revisão das concessões e incentivos fiscais dados pelo Fundap.

Nova reunião se segue em São Paulo na tentativa de “salvar”, tanto o PT capixaba quanto o governo Vítor Buaiz. A oposição capixaba esperava a expulsão imediata de Vítor do partido, mas a Direção Nacional tentou mais uma vez o caminho da conciliação, exigindo de Vítor uma administração com o partido e com maior participação popular, especialmente pelo fato de Vítor ter criado um Conselho Estadual em vista da reestruturação econômica, incluindo empresários acusados de relações estreitas com o regime militar e de ter excluído a participação popular.

Outro fator que debilitou ainda mais a já frágil relação do governador com o PT foi a eleição de lideranças nos 73 Diretórios Municipais, em vista da eleição do novo Diretório Regional, em julho de 1997. O interesse nestas articulações era grande de ambas as partes das facções em litígio, uma vez que o controle da liderança regional significava enorme poder de influência nos rumos futuros da sigla no estado. Neste sentido, houve reuniões e campanha para novas filiações. Vítor era apresentado como negação da história e da tradição do PT e aliado do PFL, PSDB, PTB, etc.

Enfim, em 20 de julho, Iriny Lopes, da Opção de Esquerda, apoiada pela Força Socialista, pela Democracia Socialista e todo grupo de oposição a Vítor, foi eleita, derrotando o candidato Perly Cipriano, da Unidade na Luta, por apenas 4 votos de diferença, além de ganhar a maioria na composição do novo Diretório Regional.

Com a vitória da oposição, a situação de Vítor no partido ficou praticamente insustentável. Até mesmo os seus aliados na Assembléia começaram a reclamar da falta de resultados de seu governo. Agora, além da falta de apoio, Vítor ainda era refém dos setores dominantes no legislativo.

Por ocasião do XI Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, realizado no Rio de Janeiro, em 11 de agosto de 1997, Vítor, cedeu aos seus críticos. Criticado e censurado pela Direção Nacional e sem apoio da Regional, apresentou o seu pedido de desligamento, apesar de a ala da esquerda do PT ter sido derrotada por José Dirceu da Unidade na Luta, na disputa pela Direção Nacional do partido.

Perguntado sobre esta decisão, disse estar arrependido por não ter tomado esta atitude um ano antes. Afirmou também, que a tomava consciente de sua responsabilidade em administrar o estado, optando por seguir lutando por aquilo que acreditava que deveria ser feito pelo estado, a continuar sendo petista. *“Eu tinha condições de continuar tocando o governo sem o PT”*. Como era de se esperar, o seu desligamento do PT teve enorme repercussão na mídia nacional, gerando grande preocupação às lideranças nacionais do partido.

A saída de Vítor do PT provocou uma verdadeira debandada de militantes e lideranças em solidariedade a ele. Cerca de 50 pessoas solicitaram a desfiliação, entre as quais destacamos a dos Secretários de Educação e de Transportes, Robson Neves e Fernando Bettarello, respectivamente, o Diretor do Banestes, Waldir Toniato e o Presidente da Cesan, Cláudio Machado. Também alguns petistas do interior se desligaram do partido, como o prefeito de Conceição da Barra. Enfim, segundo dados do próprio Diretório Regional, de agosto até o final de 1977, cerca de 40% dos afiliados haviam deixado o partido.

Com Vítor fora do PT, as opiniões acerca dos rumos ou da linha que o partido deveria tomar ainda continuaram confusas. A experiência vivida pelo PT capixaba pode ser considerada uma derrota para o partido, mas significava também um alívio, como frisa a deputada Brice Bragato.

Vítor Buaiz, apesar de se mostrar reticente quanto ao ingresso em um novo partido, acabou se filiando ao Partido Verde, mas hoje não milita mais na política partidária. Os outros ex-petistas trataram de procurar abrigo em outros partidos como o PSDB, o PSB. Até o final de seu mandato, 31 de dezembro de 1998, a sua gestão e relação com a Assembléia continuaram nos mesmos moldes anteriores ao seu desligamento do PT, ou seja, contando com o apoio do grupo dominante.

Sem Vítor e seu grupo, o PT capixaba, apesar de se ver reduzido em 40% de seus filiados, se considerava agora mais puro. Porém, a constante associação feita entre o partido com o governador permaneceu como algo negativo. Além disso, para a opinião pública, a crise e a saída de Vítor do PT era culpa exclusiva do partido e não resultado de suas escolhas e alianças.

O governador Vítor Buaiz também saiu fragilizado deste desfecho da crise com o PT, razão porque decidiu não concorrer à reeleição. Encontrava-se sem partido e sem base partidária própria e confiável, como refém que era das representações dominantes na Assembléia Legislativa. Em situação semelhante encontrava-se o PT, igualmente fragilizado e sem nome significativo ou com inserção em todo o estado, para apresentar como candidato ao governo. Nestas circunstâncias o PT apoiou o vice-governador Renato Casagrande, do PSB, que foi derrotado por José Ignácio Ferreira, do PSDB que, por sua vez, havia se aliado ao PFL.

O saldo das eleições de 1998 para o PT no Espírito Santo, quando o candidato Lula foi derrotado novamente ante a reeleição de Fernando Henrique Cardoso, foi a eleição de Cláudio Vereza, como único deputado estadual, e João Carlos Coser, como único deputado federal para atuarem na próxima legislatura.

## IV CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cultura “pós-moderna” despreza a clássica dicotomia direita-esquerda, alegando que estes conceitos se tornaram obsoletos na complexidade das atuais estruturas sociais, atestada pela eclosão da crise do socialismo no fim do séc. XX, e a conseqüente hegemonia do neoliberalismo.

Entendemos que, além de estar impregnada no imaginário e no cotidiano político, esta dicotomia não indica apenas ideologias, mas programas e propostas distintas para os diferentes problemas que nos afetam na vida em sociedade, conduzindo os homens à ação em vista de determinados interesses. Estes interesses, mais revolucionários ou mais conservadores, dependem, sem dúvida daquele grupo que faz o pêndulo inclinar-se para um lado ou outro, que é o centro.

Neste contexto, não nos restam dúvidas que o PT, pela sua história, pela sua ideologia e pelos seus objetivos, se enquadra no bloco da esquerda, especialmente porque se propõe a uma mudança estrutural e política, pela construção do socialismo.

Percebemos que é notória e histórica a fragilidade do sistema partidário brasileiro, o que favorece os desmandos, o clientelismo e o jogo de interesses em prejuízo da plena cidadania e da democracia. Esta fragilidade se deve em grande parte à cultura política brasileira, de atrelamento aos interesses do Estado ou aos interesses políticos e econômicos da elite, representados por partidos geralmente criados de acordo com as conveniências ou necessidades do momento. Em parte, por estes fatores, há quem afirme que no Brasil não existem verdadeiramente partidos políticos, se comparados aos modelos clássicos. Nem o PT se enquadra nestas características.

Quem nos possibilita compreender e explicar não só o modelo de partido que abarca o PT, mas também todo sistema partidário brasileiro, é Gramsci, para quem o partido é o centro da rede social, um organismo de mediação e síntese, de hegemonia, dominação e luta, para formar a vontade coletiva. Neste sentido, o movimento comunitário, o jornal e até o sindicato pode ser considerado um partido ou expressão

dele. Todos estes elementos estão, em síntese, em função da conquista e da manutenção do poder.

No Brasil, com a predominância dos partidos do tipo “sempre cabe mais um” (*catch-all parties*) e a loquaz autonomia individual dos políticos, o discurso nebuloso e a postura ideológica indefinida é sintomática. Os grupos políticos que se formam em torno de um líder - e de interesses - desafiam qualquer noção de partido político estruturado. A vitória do candidato e de seu grupo depende do acesso a recursos públicos e isso supõe uma engenhosa e complexa teia de alianças e novas adaptações e arranjos políticos.

As categorias morais de respeito, dignidade e lealdade servem muito mais de base para expressão de alianças políticas do que bem definidos princípios ideológicos, políticos ou partidários, que situa a pessoa num dos lados do espectro político e limitam seu espaço de articulação política.

O processo de redemocratização política no Brasil se deu de forma gradual e plebiscitária, evidenciada especialmente a partir de 1974, com as eleições senatoriais, quando se configurou uma ampla oposição ao regime, com a vitória significativa dos candidatos do PMDB, tido como oposição. Aliás, o regime militar sempre manteve uma fachada de legalidade e representatividade ao permitir eleições legislativas nos três níveis.

Todo este processo levou à consolidação dos partidos e ao regime democrático sem traumas, que culminaram com a reforma política de 1985, quando os partidos clandestinos se legalizaram e outros partidos puderam se estruturar. Apesar do quadro de deterioração econômica e social, a normalidade do calendário eleitoral e da disputa política estava garantida, bem como o respeito aos direitos individuais e civis.

A fragilidade do sistema partidário, a viciada cultura política, a ambigüidade e oportunismo da maioria dos políticos brasileiros continuam presentes e disseminadas no processo de redemocratização e plenamente visíveis, especialmente em nível regional. Os políticos locais que atuam no próprio município ou estado são, ao mesmo tempo, articuladores e dependentes do jogo político

nacional, mantendo o *status quo* de tendências contraditórias e interesses, especialmente na distribuição de cargos públicos.

Obviamente está sempre em jogo a sua própria sobrevivência política, a de seus padrinhos e aliados, o que emperra qualquer possível renovação ou mudança significativa na estrutura política, apesar da “pseudo-democracia”. Neste sentido, o PT e outros partidos de esquerda representam uma louvável exceção. A fidelidade partidária é quase total, fundamentada na sua maioria das vezes por convicções ideológicas.

A grave deterioração da economia e a perda da credibilidade e governabilidade de Sarney, a descrença da população nos políticos ditos tradicionais, atrelados ao poder e associados à ineficiência do Estado, provocadas principalmente pela frustração das expectativas geradas no início da Nova República tiveram efeito sobre as eleições, revelando preferências por novos nomes, o que explica em parte o crescimento do PT.

Na verdade, as eleições municipais de 1988 determinaram a largada para a eleição presidencial de 1989, conforme sugere Bolívar Lamounier (1989) uma vez que envolveu todo o eleitorado nacional, devolvendo ao país a realidade democrática e efetivou a quebra da hegemonia do PMDB, alcançada em 1986 e revelou o crescimento das esquerdas, principalmente o PT.

Como pudemos perceber, a ascensão fulminante de Collor, bem como a sua queda precoce, não foi obra do acaso, mas fruto de bem tramadas articulações entre as elites políticas conservadoras e o empresariado, embevecido pela economia de mercado e apavorado com a possibilidade de um ex-operário socialista chegar ao poder.

A renúncia de Collor, em 2 de outubro de 1992, diante da abertura de um processo de *impeachment* pelo Senado, foi histórica e significativa dentro do novo contexto democrático que se desenhava no Brasil, mormente pelo passado recente de ameaças de intervenção militar, arranjos políticos de interesses, de promessas e favores. Os poderes legislativo e judiciário agiram com fluência e rapidez espantosos, porém, dentro da constitucionalidade. Naquele momento o Brasil vivia



uma espécie de catarse política e moral, como um verdadeiro rito de passagem, jamais celebrado e vivido no país, conforme observa Banck (1998, p. 68).

Diante do desenvolvimento da economia global e da situação de imobilidade econômica, os capitalistas brasileiros, influenciados e pressionados pela onda neoliberal e os credores internacionais estão convictos de que transferir a gestão de alguns *bens do povo* (grifo nosso), geridos pelo Estado, para a iniciativa privada, não se constitui em nenhuma imoralidade. Para eles, a estatização é anti-democrática e a administração historicamente ineficiente e centralizadora.

É compreensível a fúria ideológica do PT contra o neoliberalismo, uma ideologia que legitima a sociedade burguesa contra as tendências socializantes, defende o mercado livre como expressão da liberdade humana, opõe-se às intervenções do Estado na economia e propugna a sua privatização, considera autoritário e retrógrado o intervencionismo do Estado no mercado, como prevê a ideologia socialista.

Um partido que como poucos cumpriu o seu papel de oposição, condição na qual surgiu, com certeza enfrenta entraves ou dificuldades de natureza burocrática para lidar com o aparelho administrativo, além das resistências internas para buscar uma política de alianças, bem como, a relação ambígua quanto aos conflitos entre os interesses políticos e as reivindicações salariais dos funcionários. Lutar pela manutenção de empregos é a posição correta de líderes sindicais, cuja função é defender os interesses de seus associados e não de dirigentes partidários e/ou membros do governo.

Segundo os seus idealizadores, a peculiaridade petista está fundamentada na sua própria origem e na prática da democracia interna, - pelo menos em tese - promovendo uma intensa discussão sobre o modo de se construir o socialismo. O socialismo petista - (nem socialismo real e nem social-democracia) - coloca-se como radicalização da democracia, distinto de tudo que, enquanto concepção, viu-se concretizado em todos os países do chamado socialismo real. Este compromisso democrático pretende concretizar-se em todas as dimensões do partido: no seu modo de ser e de organizar-se, nos valores que assume perante a sociedade, no seu relacionamento com os movimentos sociais e com a sociedade civil, nas

propostas consubstanciadas em seu programa político, na sua atuação parlamentar e em cargos executivos, em toda ação cotidiana de cada petista, conforme se afirma nas Resoluções do 1º Congresso do PT (São Bernardo do Campo, dezembro de 1991).

Um sério problema enfrentado pelos partidos de massa é a possibilidade de se transformarem em partidos eleitoreiros ou até mesmo *catch-all*, à medida em que se distanciam das bases, passando a coligar-se com diversos grupos, criando propostas políticas abrangentes na tentativa de abarcar todos os segmentos sociais. Neste caso, há o risco de o vínculo do candidato com suas bases se reduzir ao período eleitoral, quando o único objetivo passa a ser as eleições. As campanhas são financiadas por grandes empresas, abandonando-se com isso o discurso ideológico, substituindo-o por um discurso pragmático, voltado para a mídia.

Esta não deixa de ser uma luta interna do PT, onde um grupo age mais em função das eleições, distanciando-se da base partidária e afastando as massas da militância, limitando inclusive a prática da participação democrática nas instâncias decisórias. O resultado tem sido uma constante luta entre as tendências pela hegemonia, dificultando inclusive a convivência democrática que, por vezes, tem resultado na desfiliação de alguns membros e formação de novos partidos.

Desde o seu surgimento, o PT não oscila entre a direita e a esquerda. Escolheu ser de esquerda, mas do lado do Brasil moderno. Porém, apesar da defesa de políticas sociais, embora assistencialistas, tem dificuldades em fazer uma clara opção por mudanças estruturais em favor dos setores mais marginalizados que compõe a imensa maioria do povo. Contraditoriamente, concentrou esforços e gastou energias na luta salarial, esquecendo que a maioria da população não tem emprego fixo. Tornou-se sindical, ignorando que os sindicatos representam apenas uma pequena parcela dos trabalhadores e nem sempre os mais pobres. A esquerda, tal como o PT, ficou prisioneiro do próprio sistema que diz enfrentar, conforme denuncia, em tom de auto-crítica, o senador e ex-governador petista de Brasília, Cristóvam Buarque (1992).

Não é por acaso que críticos do PT como Rosenfield (2002) e também Azevedo (1995), entre outros, apontam uma série de dificuldades e contradições quando o

partido é desafiado a praticar este discurso, não mais como oposição, mas no exercício do poder. Estas mesmas incongruências e dificuldades, percebemos na análise dos fatores e causas das tensões entre Vítor Buaiz e o PT no Espírito Santo, tanto durante a sua administração na prefeitura de Vitória (1989-1992), quanto no governo do estado (1995-1998).

O que observamos é uma verdadeira guerra pela hegemonia entre as tendências majoritárias ou entre um bloco mais moderado e outro mais de esquerda. A hegemonia dentro do partido e na sociedade é a possibilidade de exercer o poder político e influenciar nos rumos do partido e ou da nação, bem como, tornar a sua ideologia apreensível pelo senso comum, algo como uma filosofia das massas. E, para isso, muitas vezes os limites entre a ética, o bom senso, o respeito e a agressão ou desmerecimento e desqualificação política e até moral do outro, do que pensa e/ou age diferente, são muito tênues.

Ressaltamos aqui que estas mesmas tensões e disputas entre as tendências foram ou são comuns em todos os lugares (prefeituras, governos estaduais) em que o PT exerceu ou está exercendo algum mandato executivo no país. Ou seja, os conflitos ocorridos no Espírito Santo, entre a tendência majoritária Unidade na Luta e a Opção de Esquerda e outras tendências menores, se repete a nível nacional.

Embora os objetivos estejam claros em seus discursos, pairam ainda dúvidas de como o PT pretende provocar a mudança para o socialismo, alternando compromisso radical com os caminhos democráticos e legais, mesmo com intenções de ruptura revolucionária, revelando a sua principal faceta e uma das suas principais características: a variada clivagem ideológica e as constantes tensões e disputas internas.

Por essas e outras, o PT sofre resistências na hora de fazer alianças eleitorais mais amplas e consistentes, que lhe possam garantir uma base de apoio mais identificada com suas propostas, além das restrições impostas pelo próprio partido com relação aos outros. Assim seus governantes têm que assumir ou articular coalizões com as Assembléias e/ou Câmaras, em vista da estabilidade e governabilidade. Eis um dos focos mais comuns e sérios de tensões entre as bancadas petistas, entre as lideranças e militantes em geral, especialmente os blocos mais à esquerda, na maior

parte dos casos e o poder executivo. Como já pontuamos anteriormente, esta é uma realidade ou são fatos que têm comprometido a aplicação de programas e do “modo petista de governar”, bem como, frustrado expectativas da população e de militantes.

É neste contexto que se insere o governo de Vítor Buaiz. Da esperança de reconstrução econômica, ético-política, de inclusão e desenvolvimento social. Enquanto Vítor teve que buscar apoio na Assembléia em setores de centro e de direita, na tentativa de aprovar e implementar medidas julgadas necessárias, e para isso é necessário ceder, negociar e até rever prioridades, as lideranças e a bancada se sentiram traídas, acusando-o de inverter prioridades julgadas essenciais para um partido de esquerda e de desrespeitar ou negar o programa petista.

A conjuntura econômica e política local e nacional, as pressões do mercado e dos credores ou fiadores do governo, pressionaram Vítor Buaiz a fazer uma opção pela reforma do estado e a adotar uma política desestatizante, de enxugamento da máquina administrativa. Eram estas as condições impostas. Estes temas foram sempre objetos de crítica dos partidos de esquerda, como PT. Para o PT capixaba, portanto, Vítor se aliou ao neoliberalismo, configurando atitudes de significado político e ideológico, inclusive quanto à luta interna pela hegemonia, que decretou o adiamento do sonho petista.

A esquerda petista considera que este não foi um governo do PT; sentiu-se traída, enquanto o governador se defende afirmando que as tendências contrárias à sua gestão não sabem distinguir entre governar para a sociedade e dentro de uma conjuntura adversa e governar para o PT com sua visão sindicalista e redutora, acerca da necessidade de se governar com os outros partidos. Como vimos, neste embate, saíram prejudicados o projeto ou o sonho petista de construir o socialismo.

Olhando mais objetivamente, os governos do Espírito Santo, e do Distrito Federal foram os primeiros cargos deste nível ocupados pelo PT. Como afirma Vítor, foi um verdadeiro laboratório para o PT local e até nacional, uma vez que não existia uma cartilha ou um conjunto de experiências anteriores que pudessem nortear algumas decisões mais complexas e/ou conjunturais.

Além disso, o PT capixaba enfrentou problema da representatividade e inserção no interior do estado. Sua força estava restrita principalmente aos centros urbanos de

Vitória e Vila Velha, inclusive os seus principais quadros ou lideranças se restringiam quase na totalidade a este espaço geográfico. O próprio “tamanho” do partido na época fez do PT um partido limitado e dependente de outros partidos políticos para alcançar os seus objetivos, fato do qual os críticos de Vítor e o bloco de oposição interna não se deram conta ou menosprezaram.

As diferenças pessoais entre Vítor Buaiz e a oposição do próprio PT foram exacerbadas. Enquanto a presença das tendências no interior do partido deveria ser um diferencial, uma característica da prática democrática interna, tornou-se também fator de desestabilização, de divergências ideológicas e até pessoais.

Não nos restam dúvidas que as questões ideológicas, tal como denunciadas e enfrentadas por Gramsci, por ocasião de suas críticas e desencontros, primeiro com o PSI (Partido Socialista Italiano) e posteriormente também com o Partido Comunista Italiano, contribuíram decisivamente para o que poderíamos chamar de colapso do PT no ES. Assim como na Itália, no tempo de Gramsci, encontramos no interior do PT aqueles que têm uma visão mais estatizante, mais fechada às alianças e ao diálogo com outros partidos e até com o capitalismo, e outros mais abertos e identificados com a social-democracia, portanto, reformistas. Estes perfis podem ser vistos tanto no Espírito Santo quanto a nível nacional.

Os problemas que o PT enfrentou no Espírito Santo na época foram, sem dúvida, influenciados e determinados, em grande parte, pela conjuntura nacional. No entanto não só o partido não se fortaleceu e não cresceu no ES, como provou ser incapaz de administrar os seus próprios desafios ideológicos, não importando se era um partido pequeno ou grande. O que não se pode negar é que o PT é um partido que com sua atuação contribuiu significativamente para a redemocratização do país.

Destacamos dois fatores determinantes, dentre outros, para a crise e o rompimento entre o PT e o governador Vítor Buaiz: a luta interna entre as tendências pela hegemonia e, atrelada a esta primeira questão, as críticas às políticas adotadas por Vítor Buaiz, consideradas neoliberais, eterno inimigo e culpado de todas as desgraças sociais e econômicas. Estes dois pontos, é óbvio, não desqualificam outras tantas críticas feitas por lideranças petistas como o centralismo, a ausência dos movimentos populares e de mais setores do próprio partido na administração, a

demissão de funcionários, a nomeação de pessoas consideradas suspeitas ou impróprias para fazerem parte de um governo petista.

Foi uma crise que provocou conseqüências políticas danosas, tanto para o governador, que se retirou por completo da cena política, voltando ao exercício da medicina e do magistério na Universidade Federal do Espírito Santo, quanto para o Partido dos Trabalhadores e suas tendências, cujo impacto foi percebido com mais intensidade através do desempenho eleitoral do PT em 1998, no Espírito Santo, quando conseguiu eleger apenas um deputado estadual e um representante para a Câmara Federal.

Vale lembrar que, além do quase ostracismo a que Vítor Buaiz foi relegado, praticamente todo o seu grupo de apoio se dispersou, não o acompanhando na filiação ao pequeno e quase inexpressivo Partido Verde. Aliás, alguns não só deixaram de acompanhá-lo, como deixaram visível o seu alto grau de fisiologismo, buscarem abrigo e até se filiarem em partidos duramente criticados pelo PT.

A dificuldade de um partido de perfil gramsciano concretizar as suas propostas, a resistência dos grupos mais à esquerda em construir alianças, ampliar a sua visão para além do próprio partido, em vista da governabilidade e de se abrir para a realidade da globalização, entre outros, merecem, sem dúvida, estudo mais aprofundado.

## V - REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio. O Estado. In: JAGUARIBE, Hélio (org.). **Sociedade, Estado e partidos na atualidade brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

ARAUJO, Maria Paula Nascimento. **A utopia fragmentada**. As novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

AZEVEDO, Clóvis Bueno de. **A estrela partida ao meio**. São Paulo: Ed. Entrelinhas, 1995.

BANCK, Geert. **Dilemas e símbolos**: estudos sobre a cultura política do Espírito Santo. Vitória: IHGES, 1998. Cadernos de História. N. 13.

BITTENCOURT, Gabriel. (org). **Espírito Santo**: um painel da nossa história. Vitória: EDIT, 2002.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda**: razões e significados de uma distinção política. 2. ed rev. e ampl. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

BUAIZ, Vítor. Fico no PT e quem quiser que me agüente. **A Gazeta**, Vitória, Caderno de Política, p. 8, 8 dez. 1996. Entrevista concedida ao jornalista André Hees.

BUARQUE, Cristóvam. **A revolução na esquerda e a invenção do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992.

CHACON, Vamireh. **História dos partidos brasileiros**: discurso e práxis dos seus programas 3. ed. rev. e atual. Brasília: Ed. UnB, 1998.

CHARLOT, Jean. **Os partidos políticos**. Brasília: Ed. UnB, 1982.

COUTINHO, Carlos Nelson; NOGUEIRA, Marco Aurélio (orgs.). **Gramsci e a América Latina**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**. Porto Alegre: LPM, 1981.

\_\_\_\_\_. **Gramsci**: um estudo sobre o seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar/UnB, 1980.

EAGLETON, Terry. A ideologia e suas vicissitudes no Marxismo Ocidental. In: ZIZEK, Slavoj (org). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

\_\_\_\_\_. **Ideologia**. São Paulo: Unesp, 1997.

ESTADO paga parcela de agosto. **A Gazeta**, Vitória, Caderno de Política, p. 3, 6 dez. 1996.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2. ed. São Paulo: EDUSP (FDE), 1995. p. 512-556.

FRANCO, Augusto de. **Autonomia e partido revolucionário**. Goiânia: Ferramenta, 1985.

FRANCO, Sebastião, Pimentel; HEES, Regina Rodrigues. **A República e o Espírito Santo**. Vitória: Multiplicidade, 2003.

GIDDENS, Anthony. **Para além da esquerda e da direita: o futuro da política radical**. São Paulo: Ed. UNESP, 1996.

GORENDER, Jacob. **Marxismo sem utopia**. São Paulo: Ática, 1999.

GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

\_\_\_\_\_. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981. p. 11-139.

\_\_\_\_\_. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. p. 3-23.

GUIMARÃES, José Celso de M. Soares. **Brasil, um país travado**. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1990.

HARNECKER, Marta. **Tornar possível o impossível: a esquerda no limiar do século XXI**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HOLANDA, Francisco Urubam Xavier de. **Do liberalismo ao neoliberalismo: o itinerário de uma cosmovisão impenitente**. 2. ed. rev e ampl. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

HUGGINS, Martha K. **Política e política: relações Estados Unidos/América Latina**. São Paulo: Cortez, 1998.

JAGUARIBE, Hélio (org.). **Sociedade, Estado e partidos na atualidade brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

KECK, Margaret E. **PT, a lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira**. São Paulo: Ática, 1991.

KINZO, Maria D'Alva G. **Radiografia do quadro partidário brasileiro**. São Paulo: Centro de Estudos da Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, Nº 1, 1993.

KNEIPP, Bruno Burgarelli Albergaria. **A pluralidade de partidos políticos**. Belo Horizonte: Del rey, 2002.

LAMOUNIER, Bolívar. **Partidos e utopias: o Brasil no limiar dos anos 90**. São Paulo: Loyola, 1989.



LAMOUNIER, Bolívar; MENEGUELLO, Rachel. **Partidos políticos e consolidação da democracia**: o caso brasileiro. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O trabalho do partido entre as massas**: artigos e discursos. São Paulo: LECH – Livraria Editora Ciências Humanas Ltda, 1979.

\_\_\_\_\_. **A doença infantil do comunismo**. Lisboa: Avante, 1975.

LÖWY, Michel. **Ideologia e ciências sociais**: elementos para uma análise marxista. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MAINWARING, Scott. **Sistemas partidários em novas democracias**: o caso do Brasil. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2001.

MALAGUTI, Manoel Luiz; CARCANHOLO, Reinaldo A.; CARCANHOLO, Marcelo D. (orgs.). **Neoliberalismo**: a tragédia do nosso tempo. São Paulo: Cortez, 1998.

MARTINEZ, Paulo. **Poder e cidadania**. São Paulo: Papirus, 1997.

MENEGUELLO, Rachel. **PT**: a formação de um partido, 1979-1982. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

NICOLAU, Jairo Marconi. **Multipartidarismo e democracia**: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

PAULO NETO, José. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

PERRONE, Adriano; MOREIRA, Thais Helena Leite **História e geografia do Espírito Santo**. 5. ed. Vitória: [s.n.] 2003.

POMAR, Wladimir. **Um mundo a ganhar**: revolução democrática e socialista. São Paulo: Viramundo, 2002.

PT NACIONAL alerta e dá ultimato a Vítor. **A Gazeta**, Vitória, Caderno de política, p. 2, 26 mar. 1997.

RODRIGUES, Alberto Tosi. **O Brasil de Fernando a Fernando**: neoliberalismo, corrupção e protesto na política brasileira de 1989 a 1994. Ijuí: UNIJUÍ, 2000.

ROSENFELD, Denis L. **PT na encruzilhada**: social-democracia, demagogia ou revolução? Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

SADER, Emir, **O poder, cadê o poder?** Ensaio para uma nova esquerda. São Paulo: Boitempo, 1997.

SAMPAIO, Plínio de Arruda. (org.) **Desafios da luta pelo socialismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

SARTORI, Giovanni. **Partidos políticos e sistemas partidários**. Brasília: UnB, 1982.

SEILER, Daniel-Louis. **Os partidos políticos**. Trad. de Renata Maria P. Cordeiro. Brasília: UnB, 2000.

SILVA, Antônio Ozaí da. **Os partidos e organizações marxistas no Brasil (1987–1994)**: permanências e descontinuidades. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: PUC, 1998.

SILVA, Marta Zorzal e. **O Espírito Santo**: Estado, interesses e poder. Vitória: FCAA/SPDC, 1995.

SCHMITT, Rogério. **Partidos políticos no Brasil: (1945-2000)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

SCHMYDER, José P. **História do Espírito Santo**: uma abordagem didática e atualizada (1535-2002). Campinas: Cia da escola, 2002.

### **OUTROS DOCUMENTOS E FONTES**

ESPÍRITO SANTO (Estado). Decreto-lei n. 5.276, de 8 de novembro de 1996. **Diário Oficial do Estado do Espírito Santo**, Vitória, 09 de novembro de 1996. Seção 1, Apêndice 1.

UM OUTRO Espírito Santo. Uma vida com dignidade. **Bases do programa de governo**. Partido dos Trabalhadores. 1994 – Vítor Governador. Vitória, 1994.

PROJETO MEMÓRIA. Marco Aurélio Garcia (coord.). **Partido dos Trabalhadores**: trajetórias. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

\_\_\_\_\_. **Resoluções de encontros e congressos, Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.